

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Terça-feira, 6 de Março de 2007

Número 46

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

SONAECON, SGPS, S. A.

Relatório n.º 1-U/2007:

Contas de 2004 6100-(2)



PARTE J

SONAECON, SGPS, S. A.

Relatório n.º 1-U/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 45 466/880901; identificação de pessoa colectiva n.º 502028351.

Maria Teresa da Costa Martins Abrantes, ajudante da Conservatória do Registo Comercial da Maia:

Certifica, que ficou depositada na pasta respectiva, toda a documentação referente à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2004, bem como os referentes às contas consolidadas do mesmo exercício.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial da Maia, 19 de Janeiro de 2003. —
A Ajudante, *Maria Teresa da Costa Martins Abrantes*.

Relatório e contas de 2004

Relatório gestão

1 — Apresentação do Grupo

A Sonaecom — SGPS Sonaecom concentra a sua actividade na gestão e coordenação estratégica de um portfólio de empresas que operam nos mercados de telecomunicações, media, *software* e integração de sistemas. As estruturas corporativa e accionista a 31 de Dezembro de 2004 encontram-se resumidas na tabela abaixo apresentada.

Sonaecom				
Sonaecom SGPS: 82,46%		Free Float: 17,54%		
Telecoms		Media	SSI	
46,29% ⁽¹⁾	56,7%	56,7%	100%	
Outros accionistas				
FT 20,2%	FT 43,3%	FT 43,3%		
093X 25,7%				
Maxistar 2,8%				
Parpública 5,04%				

⁽¹⁾ 62,34% direito de voto.

⁽²⁾ Subsidiária integralmente detida pela Novis mas gerida pela SSI.

2 — Resumo das actividades

Telecomunicações

Receitas:

O crescimento das receitas do negócio das telecomunicações reparte-se pelo crescimento moderado das receitas do móvel, forte crescimento das receitas do fixo e um forte decréscimo das receitas de acesso Internet residencial.

Por força do já elevado nível de penetração de serviços móveis em Portugal (de acordo com os dados reportados pelos operadores móveis, mais de 100% dos portugueses são utilizadores) e do atraso ao nível de toda a indústria de penetração UMTS, foi difícil aumentar as receitas de serviços móveis durante 2004. Para além do mais, ao longo do ano continuou-se a assistir a uma tendência de substituição de tráfego fixo pelo móvel levando assim a uma redução das receitas de operadores fixos a terminarem chamadas na rede da Optimus, as quais passaram de 10% das receitas de serviço totais em 2003 para 9% em 2004. As receitas de clientes aumentaram 5% no período, impulsionadas por um aumento do volume de tráfego de 2% e de um aumento

de preços por parte de todos os operadores de 2% em Fevereiro. As receitas de *roaming* aumentaram 14% como resultado das receitas adicionais associadas com o Campeonato Europeu de Futebol e com o festival de música *Rock in Rio*, ambos realizados em Portugal.

No que se refere ao serviço fixo, o crescimento registado nas receitas, em 2004, deve-se, essencialmente, ao crescimento do negócio *wholesale* e à aquisição da KPNQwest Portugal em final de Abril. As receitas do negócio de voz de acesso indirecto registaram uma quebra significativa pelo facto de se ter deixado de dar enfoque a esta área de negócio e passado a dar mais importância ao negócio de acesso directo, cujo valor actual líquido é mais interessante. O crescimento do negócio de acesso directo foi positivo ao longo do ano, mas não foi suficiente para compensar a perda de receitas de acesso indirecto.

As receitas de acesso Internet residencial também registaram uma quebra significativa em 2004 motivado pela continuada migração de utilizadores de banda estreita para soluções de banda larga. O Clix havia cancelado a sua oferta de banda larga no princípio de 2004 por força das más condições económicas da oferta grossista ADSL da Portugal Telecom. Apenas voltou ao mercado de banda larga com base na desagregação do ADSL em Novembro, pelo que o peso líquido das receitas de banda larga sobre o total de receitas foi mínimo.

Clientes:

O crescimento da base de clientes resulta da combinação de várias tendências:

A decisão da Optimus, tomada no início de 2004, de rever os critérios de contabilização da base de clientes, eliminando aqueles que não eram considerados economicamente viáveis, levou a uma descida de 8% para 2,13 milhões de clientes, o que reflecte uma queda de 177 000 clientes no final de 2004. Grande parte destas desactivações traduziram-se em novas activações em produtos destinados a PMEs. A receita média por utilizador (ARPU) aumentou 9% de 22,4 euros, em 2003, para 24,3 euros em 2004. Os clientes activos no final de 2004 ascendiam a 1,6 milhões e a quota de mercado da Optimus, no final do 3T04, era de 20% de clientes.

O número de clientes de acesso directo da Novis registou um aumento significativo em 2004, de 109%. O total de clientes activos reduziu 13% para 183 000 clientes, facto explicado pelo menor enfoque em soluções de acesso indirecto. O número total de circuitos fornecidos aumentou, em 2004, para 4104 o que compara com 1303, em 2003.

O negócio de fixo da Sonaecom fornece agora soluções de acesso directo ao mercado residencial e empresarial. No final de 2004, 61 centrais encontravam-se equipadas com investimentos SHDSL para fornecer a Optimus e outros grandes clientes empresariais, com circuitos de alta capacidade. Fizeram-se ainda investimentos em equipamento ADSL em 23 destas centrais para fornecer soluções de acesso directo a clientes residenciais e empresas de menor dimensão. No final de 2004, a Novis tinha 4000 clientes de acesso directo.

No final do 3T04, a quota de mercado da Novis era de 5,5% do mercado residencial, 9,9% do mercado empresarial e 13,3% do mercado das microempresas.

Em Novembro de 2004, o Clix lançou a oferta de *broadband* de acesso directo sobre ADSL mais competitiva do mercado: 2,4 e 8 mega ADSL. Estas incluem a assinatura mensal de telefone por um preço inferior a metade da melhor oferta da PT e oferecem até oito vezes mais velocidade tendo em conta a oferta de 8 mega.

É importante sublinhar que existe um desfasamento temporal significativo entre o momento do registo e o momento da activação, que pode ser de até oito semanas, justificada pelo tempo necessário para desagregar a linha de um cliente, prazo este que engloba o tempo de aprovisionamento da Novis e da Portugal Telecom.

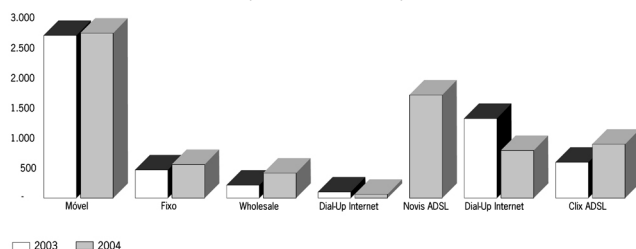
Estão a fazer-se esforços para conseguir que este tempo de activação seja reduzido.

Tráfego:

O tráfego total gerido pelo Grupo Sonaecom ascendeu a 7,2 mil milhões de minutos em 2004 em comparação com 5,4 mil milhões em 2003, o que representa um aumento de 33% em parte resultante do aumento no tráfego grossista e da utilização do serviço de banda larga.

Tráfego Sonaecom 2003-2004

(milhões de minutos)

**Media**

O ano de 2004 foi relativamente bom para o *Público*, tendo-se registado alguma recuperação ao nível de receitas de publicidade e um sucesso continuado de venda de produtos associados. Registou-se uma quebra dos níveis de circulação do jornal em 2004 face ao ano anterior, explicado pelo continuado aumento de popularidade de formatos do tipo *tabloid* e pelos volumes inferiores de circulação de produtos associados, os quais venderam em média menos por colecção. No final do 3T04, a quota de mercado de circulação do *Público* era de 13,5%. O *Público* manteve a sua estratégia de extensão da marca, tendo aberto mais quiosques próprios (actualmente cinco no final de 2004) e testou o conceito de editora, tendo lançado oito livros originais. Apesar do aumento das receitas de publicidade em 2004, continuam abaixo das do melhor ano, 2001. O *Público* gerou um FCF de 1,1 milhões de euros.

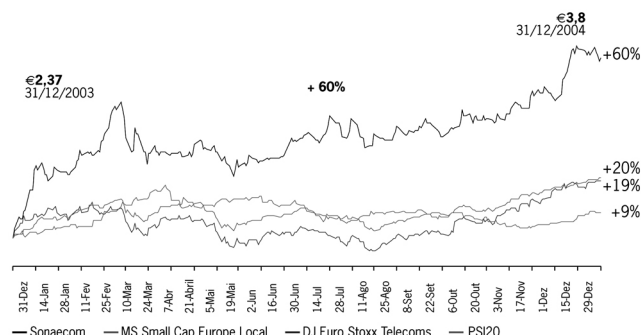
SSI

A SSI teve um ano muito bom. O mercado português e alemão foram os principais motores de crescimento para a Enabler, em paralelo com um nível de ocupação dos consultores bastante elevado (cerca de 85%). A WeDo captou uma série de novos contratos de empresas de telecomunicações bastante importantes de entre os quais se destaca a ERA (Polónia), Auna (Espanha), Vimpelcom (Rússia) e Vodafone Egipto. A SSI registou também uma boa performance em termos de margem operacional, por força essencialmente de uma optimização dos subcontratos e por uma redução de pessoal. O FCF aumentou em 2004 para 6 milhões de euros o que compara com cerca de 2 milhões em 2003.

3 — Performance em Bolsa em 2004

A cotação da Sonaecom valorizou 60% durante o ano, tendo fechado a 31 Dezembro 2004 a 3,8 euros e com uma capitalização bolsista de

860 milhões de euros. Com esta *performance*, a cotação da Sonaecom valorizou mais 51% do que o principal índice nacional de acções (PSI20), mais 40% que o índice Europeu da Morgan Stanley da *small caps* e mais 41% que o principal índice de acções de telecomunicações (DJ Eurostoxx Telco).

Performance relativa da Sonaecom em 2004

O volume médio diário de transacções da Sonaecom em 2004 foi de 344 000 acções o que representa cerca de 1% do capital disperso em bolsa (cerca de 17,54% do capital social). A boa *performance* bolsista da Sonaecom deriva dos seus bons resultados económico-financeiros e da melhoria continuada da sua estrutura de capital, os quais, em muitos casos excederam as expectativas do mercado. A cotação da Sonaecom beneficiou igualmente da melhoria do sentimento do mercado para com acções de empresas de telecomunicações.

Ao longo de 2004, a Sonaecom participou em várias conferências para investidores e organizou deslocações da gestão para contactar directamente com investidores, quer em Portugal, quer no estrangeiro:

Fevereiro: *road-show* em Paris.

Março: *road-show* em Lisboa/Londres/Nova Iorque/Boston.

Maio: *road-show* em Londres.

Junho: Iberian Small & Mid Caps Conference, Lisboa.

X SCH Seminário de Telecomunicações, Marbelha.

Setembro: Conferência Euronext NextEconomy, Paris.

Novembro: *road-show* em Frankfurt/Londres/Edimburgo.

Dezembro: *road-show* em Madrid.

4 — Resultados operacionais

A demonstração dos resultados da Sonaecom — SGPS para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2004 e 2003, encontra-se resumida na tabela abaixo apresentada:

(Em milhões de euros)

Resumo Sonaecom	FY04	FY03	Variação	Porcentagem
Receitas de serviços	4,2	3,7	0,5	14,2
Despesas operacionais	(6,5)	(5,5)	(1,0)	(18,2)
EBITDA	(1,4)	(0,8)	(0,6)	(76,2)
EBIT	(1,6)	(1,3)	(0,3)	(22,6)
Actividade financeira líquida	6,8	8,5	(1,7)	(19,7)
Provisões para investimentos financeiros	(9,0)	(30,9)	21,9	70,9
Resultados extraordinários	—	0,6	(0,6)	(99,6)
EBT	(3,7)	(23,1)	19,3	83,9
Resultado líquido	(3,7)	(23,1)	19,3	83,9

Durante 2004, a Sonaecom — SGPS gerou receitas de serviços de 4,2 milhões de euros, essencialmente no âmbito dos serviços de gestão fornecidos às suas participadas relativamente a:

- Gestão da envolvente regulatória;
- Apoio ao financiamento das sociedades;
- Auditoria interna e gestão de risco;
- Suporte fiscal e legal;
- Relações públicas e eventos;
- Apoio em projectos de desenvolvimento de sistemas de informação;
- Cedências parciais e temporárias de colaboradores.

Os custos operacionais do centro corporativo Sonaecom, representam aproximadamente 0,7% do total da facturação consolidada e

no final de 2004 empregava 43 colaboradores dos quais 26 afectos à divisão de serviços partilhados do grupo.

O total dos custos operacionais (excluindo o efeito das amortizações, depreciações e provisões) ascendeu a 6,5 milhões de euros, o que compara com os 5,5 milhões de euros registados durante 2003. Este aumento nos custos resulta essencialmente dos custos com os planos de prémios de desempenho diferidos (PPDD), mas também da transferência para a Sonaecom das equipas de apoio à gestão, da sub-holding Sonae Matrix — SGPS.

O EBITDA foi negativo em 1,4 milhões de euros, o que compara com os 0,8 milhões de euros registados em 2003 e resultou essencialmente do aumento dos custos acima descritos.

O EBIT foi negativo em 1,6 milhões de euros, 0,3 milhões de euros inferiores aos apresentados em 2003, principalmente devido a um

aumento dos custos associado aos PPDD. Todavia, este aumento foi parcialmente compensado pela redução de 0,3 milhões de euros nas amortizações, resultado da redução das amortizações dos activos intangíveis relacionados com a oferta pública de acções que já se encontram totalmente amortizados.

As principais fontes de receitas financeiras da Sonaecom — SGPS foram os rendimentos provenientes das aplicações de tesouraria e dos suprimentos concedidos às suas subsidiárias. Assim, os juros debitados ascenderam a 7,2 milhões de euros, abaixo dos 9,1 milhões registados no ano anterior, resultado dos inferiores volumes de liquidez aplicada, da capitalização de alguns suprimentos e da redução registada na taxa média de juro da Euribor.

A actividade financeira líquida (receitas e custos relativos a juros) foi positiva em 6,8 milhões de euros, 1,7 milhões de euros abaixo da registada em 2003.

Os resultados financeiros em 2004 (actividade financeira líquida e outros custos e proveitos financeiros incluindo provisões para investimentos financeiros) foram negativos em 2,2 milhões de euros, consi-

deravelmente acima dos 22,4 milhões de euros negativos registados no ano anterior, essencialmente devido a inferiores provisões para investimentos financeiros que ascenderam a 9 milhões de euros face aos 30,9 milhões de euros de reforço em 2003.

Em 2004, a Sonaecom apresentou um prejuízo de 3,7 milhões de euros que compara com o prejuízo de 23,1 milhões de euros registado em 2003.

Esta melhoria dos resultados líquidos resultou essencialmente do valor significativamente mais reduzido de provisões registadas em 2004.

5 — Actividade financeira

A liquidez da Sonaecom continua a ser uma das principais fontes de financiamento para algumas empresas do grupo Sonaecom, principalmente para aquelas em que o EBITDA e o *free cash-flow* ainda não são suficientes para financiar a sua actividade operacional.

A tabela seguinte resume os principais fluxos financeiros realizados em 2004:

(Em milhões de euros)	
	2004
Alterações na liquidez da Sonaecom — SGPS:	
Liquidez da Sonaecom — SGPS em 31 de Dezembro de 2003	80,5
Aquisições e prestações acessórias concedidas	(121,1)
Prestações suplementares na Sonae Matrix — SGPS	(78,9)
Prestações suplementares na Sonaecom — Sistemas de Informação	(38,0)
Prestações suplementares para o Miauger	(0,1)
Prestações suplementares para o Exit	(0,2)
Aquisição do Exit	(4,0)
Suprimentos líquidos (concedidos) recebidos	116,2
Sonae Telecom BV	(2,4)
Sonae Matrix — SGPS	79,6
Sonaecom Sistemas de Informação	39,0
Empréstimos de empresas do Grupo recebidos (devolvidos)	(6,8)
Pagamento de dívida bancária	—
Movimentos financeiros da Sonaecom	7,8
Juros pagos	(0,3)
Juros recebidos	9,2
Receitas operacionais	6,4
Despesas operacionais e outras	(7,5)
Total de movimentos do período	(3,9)
Liquidez da Sonaecom — SGPS em 31 de Dezembro de 2004	76,6
Reconciliação da liquidez individual da Sonaecom — SGPS, para o seu contributo para a liquidez consolidada a 31 de Dezembro de 2001	—
Liquidez da Sonaecom — SGPS em 31 de Dezembro de 2004	76,6
Liquidez aplicada na Novis	(38,6)
Contributo da liquidez da Sonaecom — SGPS para a liquidez consolidada em 31 de Dezembro de 2004	38,0

Durante 2004 a liquidez da Sonaecom registou um decréscimo de 3,9 milhões de euros. Esta redução reflecte o impacto de duas importantes ocorrências: (1) O uso das aplicações da Novis na Sonaecom para financiar a aquisição da KPNQwest Portugal, (2) a política de optimização dos encargos financeiros líquidos do grupo, através da utilização da liquidez para reduzir as dívidas bancárias de curto prazo em algumas empresas do grupo, nomeadamente na Novis e no Público.

A redução líquida dos suprimentos de 116,2 milhões de euros ficou a dever-se essencialmente à combinação de quatro factores:

(i) A capitalização de 117,2 milhões de euros de suprimentos, dos quais, 38 milhões de euros para a Sonaecom Sistemas de Informação e 78,9 milhões de euros para a Sonae Matrix — SGPS, ambos destinados ao cumprimento do *ratio* de estrutura mínima estabelecida no artigo 35.º

(ii) Reforço dos suprimentos no Público, via Sonae Telecom BV com o objectivo sua dívida bancária total.

(iii) Recebimento da Sonae Matrix — SGPS de alguns suprimentos concedidos, em resultado do excesso de caixa gerado na alienação de

alguns investimentos (venda do Exit à Sonaecom — SGPS).

(iv) A necessidade de cumprir necessidades financeiras de pequenas subsidiárias.

A principal explicação para o decréscimo das disponibilidades reside no facto das aplicações de tesouraria das participadas na Sonaecom se terem reduzido face a Dezembro de 2003. Para o período em análise, a Novis utilizou as suas aplicações de tesouraria na Sonaecom — SGPS para adquirir a KPNQwest Portugal mas também para reduzir parte da sua dívida bancária de curto prazo, redução esta parcialmente compensada pelo aumento das aplicações financeiras da Optimus na Sonaecom que em 31 de Dezembro de 2004 ascendiam a 6 milhões de euros.

Adicionalmente, a actividade operacional da Sonaecom — SGPS gerou um fluxo positivo de 7,8 milhões de euros que compensou parcialmente o aumento dos suprimentos e a redução nas aplicações de tesouraria na Sonaecom.

As principais origens destes fluxos foram os juros e os serviços prestados às subsidiárias.

6 — Proposta de aplicação de resultados

Em 2004 a Sonaecom gerou um resultado negativo de 3 725 781,79 euros. O conselho de administração propõe que o mesmo seja transferido na sua totalidade para resultados transitados.

7 — Agradecimentos

Ao fiscal único agradecemos pela supervisão e cooperação prestada durante 2004. Adicionalmente, expressamos a nossa gratidão aos fornecedores, às instituições bancárias e a outros parceiros do Grupo pela confiança que depositaram em nós.

Acima de tudo, queremos expressar a nossa gratidão a toda a equipa de colaboradores do Grupo Sonaecom, que trabalharam incansavelmente para assegurar a continuidade do sucesso alcançado e cujos esforços são totalmente reconhecidos.

Maia, 24 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.*

Relatórios de gestão e de governo das sociedades

1 — Envolvente Sonaecom

1.1 — Principais indicadores operacionais em 2004

Eventos operacionais:

Janeiro: a Novis lança o ADSL 1024k *light* por 99 euros, destinado ao segmento residencial e dos pequenos negócios e profissionais liberais (SoHo — Small Office Home Office), bem como ao segmento das PME.

O Clix suspende os serviços de ADSL para novos clientes devido à economia insustentável da oferta grossista da PT.

A Motorola é anunciada como fornecedora da rede de UMTS da Optimus no Norte de Portugal.

Março: a Novis e o Clix unem esforços para introduzir a melhor oferta no que respeita ao acesso, em simultâneo, à Internet ADSL e à linha de telefone fixo — Revolução das Flores.

A Optimus Zone lança em exclusivo o telemóvel SonyEricsson T630.

A WeDo lança a versão 4.0 da respectiva solução de gestão de contas completa (ICS — Integrated Collections Solution).

Abril: a Novis adquire a KPNQwest Portugal.

Maio: a WeDo e a HP anunciam parceria para desenvolver soluções de telecomunicações para a América Latina. A Novis anuncia tarifas planas para o serviço de voz no mercado residencial.

Julho: O UMTS começa a ser comercializado.

Agosto: refinanciamento da dívida bancária da Optimus com um financiamento de 450 milhões de euros..

Setembro: lançamento da oferta Mega ADSL da Novis para PME.

Outubro: a Brisa compra o RAID, o *software* da WeDo para garantia de fiabilidade das receitas.

Novembro: lançamento do Optimus Home.

Lançamento do Clix Mega ADSL 2/4/8, a oferta de banda larga mais competitiva do mercado.

Dezembro: a ANACOM emite parecer sobre o Optimus Home.

As taxas de terminação móvel são estabelecidas num parecer da ANACOM.

A Mainroad ganha o contrato para liderar o projecto Casa da Música.

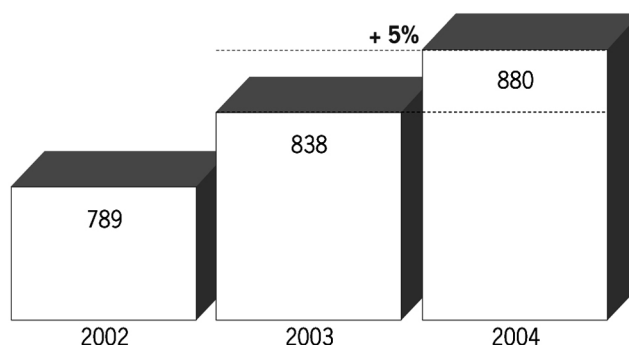
Principais indicadores financeiros e operacionais consolidados

	(Em milhões de euros)				
	2002	2003	2004	2004- -2003 (percen- tagem)	2003 -2002 (percen- tagem)
Volume de negócios	789	838	880	5	6
EBITDA	72	146	201	38	103
Resultado líquido (a)	-99	-20	39	298	80
FCF	-55	35	62	80	163
Endividamento líquido	374	316	256	-19	-15

(a) Resultado líquido antes de interesses minoritários em conformidade com as IFRS.

Volume de negócios

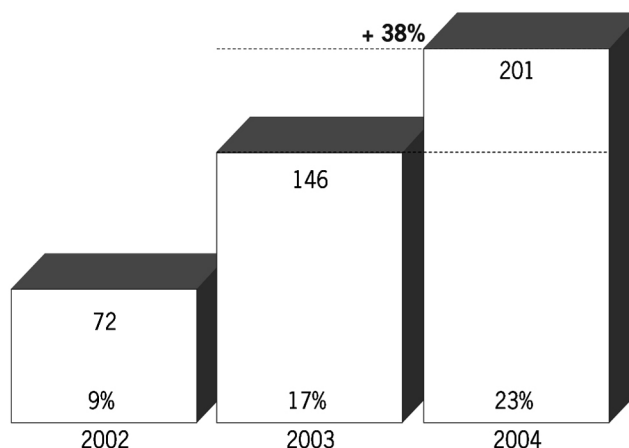
(milhões de euros)



O volume de negócios aumentou 5%, tendo atingido 880 milhões de euros em 2004.

EBITDA

(milhões de euros)

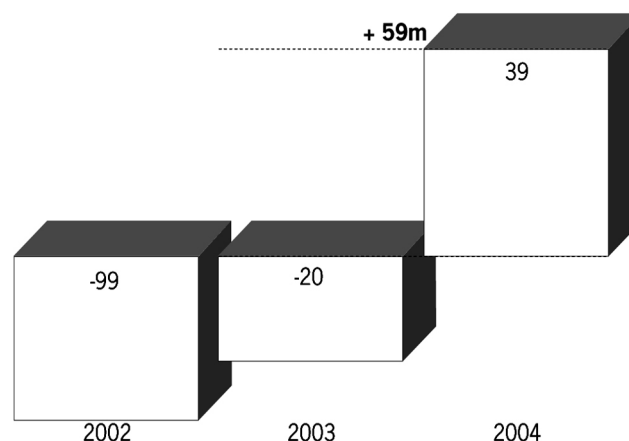


O EBITDA aumentou 38% para 201 milhões de euros.

A margem de EBITDA como percentagem do volume de negócios foi de 23%, em 2004, o que compara com os 17% registados em 2003.

Resultado líquido

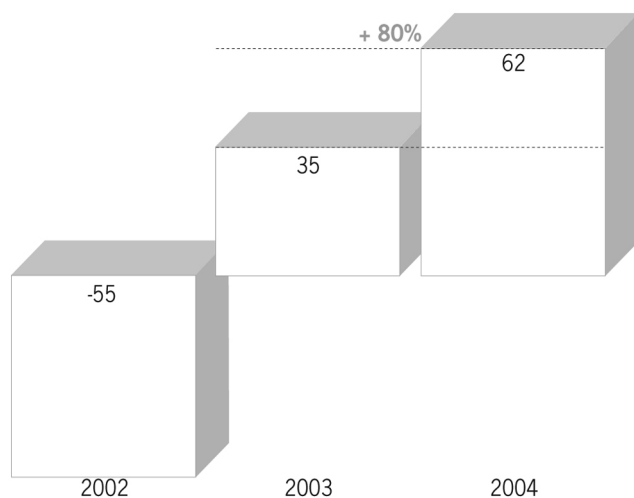
(milhões de euros)



Pela primeira vez, a Sonaecom registou resultado líquido positivo de 39 milhões de euros. Em 2003, o resultado líquido foi negativo (20 milhões de euros).

FCF (alavancado)

(milhões de euros)

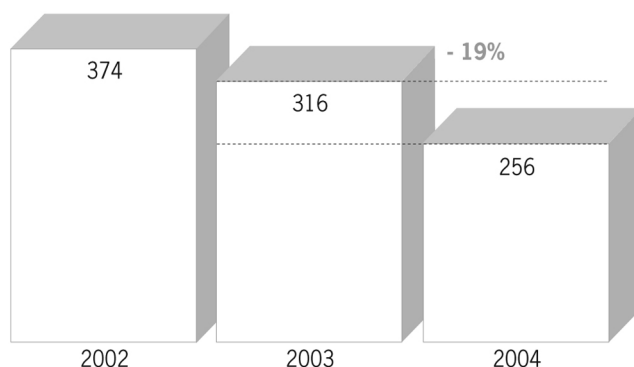


O FCF registado foi de 62 milhões de euros, ou seja, mais 80% do que o valor registado no ano anterior.

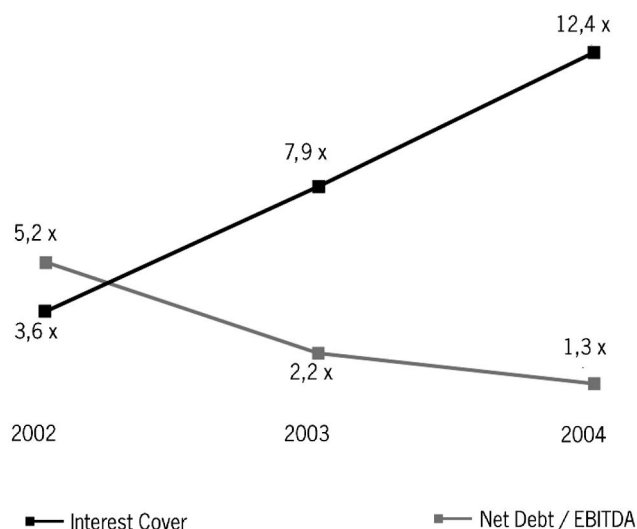
A margem de FCF sobre o volume de negócios foi de 7%, em comparação com os 4% de 2003.

Endividamento líquido

(milhões de euros)



O endividamento líquido reduziu 19%, para 256 milhões de euros.

Ratio de cobertura de juros e endividamento líquido/EBITDA

No final de 2004, o *ratio debt: equity* (endividamento a dividir pelos capitais próprios) era de 41:59, o que compara com 54:46 no final de 2003.

O *ratio Net Debt EBITDA* (endividamento Líquido a dividir pelo EBITDA) foi de 1,3 x, em comparação com 2,2 x em 2003.

O *ratio* de cobertura de juros (EBITDA a dividir pelos juros) aumentou de 7,9x, em 2003, para 12,4 x em 2004.

A análise detalhada dos resultados consolidados e da *performance* operacional de 2004 está incluída na secção 2.

1.2 — A nossa missão e valores

Por detrás dos objectivos financeiros e operacionais alcançados em 2004 está o desenvolvimento e a comunicação da missão, valores e cultura do Grupo por todas as empresas do universo Sonaecom.

Esta atitude está constantemente reflectida numa cultura de gestão homogénea que se faz notar em todas as empresas do Grupo.

Todos os colaboradores estão ligados entre si através de um sítio do Grupo na Internet que promove activamente os valores, iniciativas e eventos do Grupo. Hoje em dia, na Sonaecom, existe uma forte ligação e envolvimento entre os seus colaboradores, o que representa um factor chave para a maximização do potencial de valor de um Grupo integrado.

Missão:

A ambição da Sonaecom é ser a melhor empresa na prestação de serviços de comunicações em Portugal, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura de uma forma determinada criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

Valores:**Ambição:**

Sermos os melhores a operar no mercado Português. Termos a capacidade de enfrentar e exceder os nossos limites. Acreditarmos nas nossas capacidades e competência. Sermos incansáveis na perseguição dos nossos objectivos.

Inovação:

Criarmos constantemente novas formas de comunicar: mais simples, mais eficazes e rentáveis.

Quebrarmos de forma sistemática com o convencional e termos a capacidade de surpreender o mercado.

Sermos capazes de superar os sucessos já conquistados fazendo uso da nossa já reconhecida superioridade tecnológica.

Responsabilidade social:

Comprometermo-nos com a comunidade, tanto pela crescente preocupação com as boas práticas como sendo socialmente responsáveis. Agirmos cuidando do futuro.

Orientação para o cliente:

Sabermos o que o cliente quer e pensa.

Aproximarmo-nos profundamente das necessidades dos nossos clientes.

Desenvolvermos produtos, serviços e soluções de qualidade e que acrescentem valor a cada um dos nossos clientes.

Orientação para as pessoas:

Sermos a escolha de eleição dos melhores profissionais, potenciando as suas capacidades.

Regermos as nossas equipas por lealdade, profissionalismo, honestidade de actuação e pensamento e sentido de verdade.

Agirmos de forma transparente e com respeito pelos princípios éticos do mercado e da sociedade.

Orientação para o negócio:

Procurarmos a máxima rentabilidade para consistentemente sustentar o nosso crescimento e cumprir com a nossa missão.

Procurarmos a solidez e sustentabilidade económica.

Asseguarmos um retorno superior para os nossos accionistas.

1.3 — A força das nossas marcas

A força da nossa vantagem competitiva reside na força das nossas marcas. A capacidade de aumentarmos a nossa posição de mercado e reforçarmos o posicionamento das nossas marcas junto dos clientes depende do nosso esforço contínuo para conhecermos e compreendermos os nossos clientes e como estão segmentados, bem como adequarmos os nossos produtos e serviços às suas necessidades.

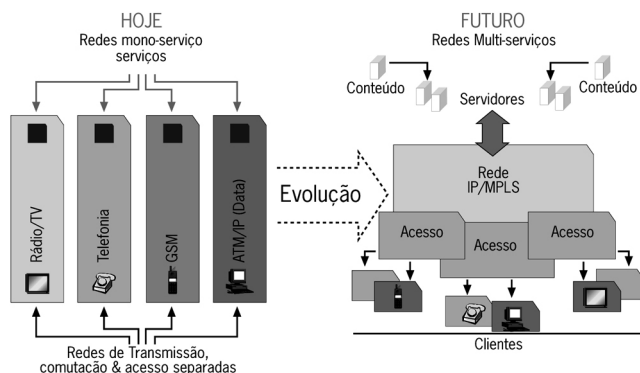
Em 2004, investimos tempo e recursos significativos para estudarmos a forma como as nossas várias marcas de telecomunicações são vistas pelos nossos segmentos específicos de clientes e para avaliarmos a sua posição relativa dentro do *portfolio* da Sonaecom. Foi requerida a ajuda de uma empresa de consultadoria internacional, a Roland Berger, para nos ajudar a efectuar esta avaliação.

Identificámos uma série de valores que são comuns a todas as nossas marcas e outros que são exclusivos do posicionamento de cada marca individualmente. Estas conclusões servirão, no futuro, como plataforma de desenvolvimento do posicionamento das nossas marcas e das actividades de *marketing*.

1.4 — Uma rede integrada

O ano de 2004 foi determinante para a valorização da rede da Sonaecom enquanto seu activo estratégico. A rede de suporte aos vários negócios, móvel, fixo e Internet, teve importantes evoluções a vários níveis:

Capilaridade e cobertura;
Capacidade e flexibilidade;
Inovação e novos serviços.



Assim, ao nível do *core* da rede foi sem dúvida determinante o lançamento da nova tecnologia UMTS. Além do avultado investimento que tal lançamento tem associado, ele representa uma responsabilidade acrescida para a Sonaecom na medida em que a Optimus passou a operar duas redes em paralelo (GSM e UMTS), sendo essencial assegurar e manter, em ambas, a elevada qualidade de serviço a que os nossos clientes estão habituados.

Embora a rede já viesse a ser preparada de exercícios anteriores, a rede entrou em produção para o lançamento do UMTS em Julho de 2004, com a disponibilização do serviço de vídeo-chamadas, de Internet de banda larga e de novos conteúdos no recente Portal Zone 3G. Até ao final de 2004, a cobertura da população era de 30%, tendo-se estendido a cobertura, para além de Lisboa e Porto, a todas as outras capitais de distrito.

Por sua vez a rede de transmissão da Sonaecom evoluiu significativamente a sua capilaridade tendo alargado a sua cobertura até ao final do ano a 61 centrais principais (incluídas na ORALL — Local Loop Access Reference Offer). Com esta capilaridade a rede da Sonaecom cobre 990 000 lacetes locais em cobre, cerca de 25% do total dos lacetes em Portugal. O alargamento da capilaridade permite a ligação directa de parte significativa das nossas redes GSM e UMTS. Nos casos em que tal não é ainda possível aproximou-se a utilização da nossa rede até ao ponto mais próximo. Estas duas possibilidades reduzem significativamente os custos de operação da rede móvel.

Ainda ao nível do *core* da rede de transmissão, a progressiva migração para a nossa rede dos serviços que quer a Optimus, quer a Novis e a KPNQwest compravam à PT, tornou necessário o aumento de capacidade de transmissão disponível, tendo-se recorrido à tecnologia DWDM nos principais trajectos do *backbone* e ligações internacionais.

Também ao nível da rede de transmissão começaram a ser introduzidos troços de Gigabit Ethernet, mais adequada às necessidades dos

serviços baseados em IP, ao mercado de acesso à Internet e a futuros serviços como a IP/TV (televisão sobre IP).

Ao nível da rede de acesso, para além da rede UMTS, a rede de acesso fixa em cobre foi alargada também para suportar serviços para o mercado empresarial e residencial. Num processo que começou no ano passado a rede pôde acompanhar o aparecimento e negociar muito boas condições de tecnologia ADSL2+ que começou a instalar em todas as centrais de acesso em cobre no último trimestre do ano. Como característica destes desenvolvimentos na rede, para lá da capacidade que deram para as marcas do grupo lançarem produtos inovadores (como foram os casos dos Novis e Clix a 8 Mbps), está o facto de serem investimentos muito modulares, cujos valores são proporcionais ao crescimento do número de clientes.

Principais indicadores

	Final de 2004
Quilómetros de fibra de <i>backbone</i>	5 525
Quilómetros de condutas de redes metropolitanas	522
Norte	163
Sul	359
Número de edifícios ligados com fibra	206
Centrais com SHDSL e circuitos de interligação	61
Centrais com acesso ao lacete local (ADSL + Voz)	23

Ao nível dos serviços fixos foi expandida a cobertura dos serviços IP/MPLS e foi preparada a introdução da tecnologia VoIP de forma mais estruturante na rede de comutação de voz através da introdução de novos comutadores de tecnologia IP (*softswitch*) que entrarão em produção no início de 2005.

Manteve-se também o objectivo de melhorar continuamente o desempenho da rede de GSM/GPRS, por forma a continuar a liderar na qualidade de serviço prestada aos clientes, reforçando-se a cobertura e capacidade da rede, colocando ao serviço um número substancial de novas estações base.

Promoveu-se ainda a permanente actualização tecnológica da rede e uma continuada pesquisa de novas soluções e de novos serviços: nos serviços móveis e nesses tanto sobre o GSM/GPRS como sobre UMTS; nos serviços fixos onde se continuam a avaliar soluções mais recentes de tecnologias FWA (*fixed wireless access*), como novos serviços sobre IP como sejam os serviços de TV; e também em serviços convergentes como a rede de suporte ao Optimus Home.

Não menos importante, no que respeitam os *roadmaps* tecnológicos mais estruturantes da companhia, depois de análise técnico-económica no âmbito do ciclo de planeamento, a evolução estratégica das tecnologias de rede de transmissão e da rede de comutação de voz fixa sofreram evoluções importantes. Assim, para suportar o crescimento das necessidades da rede de transmissão, quer ao nível de *backbone* quer ao nível da distribuição, os investimentos concentrar-se-ão nas tecnologias xWDM (Wave Division Multiplexing) e xGigabit Ethernet, em alternativa a SDH (Synchronous Digital Hierarchy). Por sua vez, para acomodar as necessidades crescentes de comutação de voz fixa, quer para ofertas tradicionais, quer para novos serviços, a opção tecnológica é em plataformas de *softswitching*, isto é, utilizando tecnologia VoIP que permitem não só maior flexibilidade de oferta de produtos, mas também maior capacidade por unidade de custo, em detrimento das plataformas tradicionais de comutação. Já neste contexto os projectos de alargamento de capacidade de rede de transmissão e a instalação do primeiro *softswitch* na Novis, em Lisboa, são reflexo deste novo *roadmap* tecnológico.

Ao nível dos parceiros tecnológicos reforçou-se a relação com a Motorola no que respeita a rede UMTS e na rede óptica e na rede de acesso iniciou-se uma relação promissora com o fornecedor chinês Huawei Technologies.

1.5 — Uma organização e equipa de gestão integradas

O modo como estamos organizados reflecte a nossa abordagem de gestão integrada. A comissão executiva é composta pelo CEO do Grupo, os CEOs das várias unidades de negócio, o CFO do Grupo e o CLRO (Chief Legal and Regulatory Officer) do Grupo.

Na prática, os negócios de telecomunicações fixas e Internet (Novis e Clix) estão a ser geridos por uma única equipa executiva, e a organização está estruturada de forma a reflectir os três segmentos de mercado fundamentais: residencial, empresarial e grossista. Para além

da comissão executiva da Sonaecom e das comissões executivas das empresas operacionais, a Sonaecom criou uma equipa executiva composta por directores de todas as empresas de telecomunicações, cujo principal objectivo é certificar-se de que a Sonaecom está a explorar ao máximo o potencial do Grupo, no que respeita a novas oportunidades de negócio e ao desenvolvimento de produtos, serviços e sinergias.

Após o final de 2004, a equipa de gestão sofreu alterações, explicadas em detalhe na secção 2.4, eventos subsequentes. Estas alterações contemplam a saída de António Casanova, que irá assumir novas funções como administrador executivo da Sonae Imobiliária em Abril de 2005.

Luis Filipe Reis ficou responsável por todo o negócio de telecomunicações, incluindo a Optimus, e as seguintes alterações ocorrerão nas empresas operacionais:

Miguel Almeida, administrador executivo da Optimus, tornar-se-á COO do negócio móvel, reportando a Luis Reis;

Pedro Carlos, administrador executivo da Novis, permanece como COO do negócio fixo, reportando a Luis Reis.

A reorganização da equipa de gestão executiva da Sonaecom vem aumentar ainda mais a intenção estratégica de desenvolver uma equipa de gestão integrada para todos os activos de telecomunicações, fomentando, sempre que possível, sinergias e oportunidades de negócio integradas.

Estrutura accionista

Sonaecom				
Sonae SGPS: 82,46%		Free Float: 17,54%		
Telecoms		Media	SSI	
46,29% ⁽¹⁾	56,7%	56,7%	100%	
				 
Outros accionistas				
FT 20,2%	FT 43,3%	FT 43,3%		
093X 25,7%				
Maxistar 2,8%				
Parpública 5,04%				

(1) 82,34% direito de voto.

(2) Subsidiária integralmente detida pela Novis mas gerida pela SSI.

A France Telecom é o accionista principal e parceiro estratégico activo de todas as nossas empresas de telecomunicações, tendo participado como accionista no lançamento dos respectivos negócios.

A Sonae SGPS detém aproximadamente 82% do capital social da Sonaecom e os restantes cerca de 18% representam a participação pública transaccionada na Euronext. O *free-float* da Sonaecom é constituído por um conjunto de investidores institucionais nacionais e internacionais e por uma base menor de pequenos investidores.

1.6 — Envolvente regulatória

A existência de um ambiente competitivo dinâmico e equitativo é de importância fundamental para o sucesso da nossa estratégia no universo das telecomunicações e media. A Sonaecom dedica uma parcela significativa do seu tempo e energia a lidar com questões regulatórias fundamentais que prejudicam o desenvolvimento de um ambiente competitivo justo, sejam ao nível da ANACOM e da autoridade da concorrência em Portugal, como também ao nível da Comissão Europeia, em Bruxelas.

Dos principais desenvolvimentos regulatórios ocorridos em 2004, e de entre aqueles que se antecipam para 2005, gostaríamos de sublinhar os seguintes:

Natureza geral:

A legislação específica para o sector foi alterada em 2004, em resultado da transposição de cinco directivas comunitárias. O Parlamento Português aprovou a Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro.

Segundo esta lei, a ANACOM foi obrigada a desencadear a revisão de quase todas as obrigações impostas ao operador incumbente e considerar a imposição de compensações para os outros operadores. A meio de 2004, o professor Pedro Duarte Neves substituiu o Dr. Álvaro Dâmaso como presidente do conselho de administração da ANACOM,

e a Dr.ª Teresa Maury substituiu, mais tarde, a professora Maria do Carmo Seabra como membro do conselho de administração.

Móvel:

As regras de partilha de rede foram melhoradas e o *roaming* nacional 3G foi formalmente autorizado. Em resultado deste reforço, a ANACOM reduziu as obrigações respeitantes à cobertura para os operadores com infra-estrutura própria e autorizou que a restante cobertura obrigatória fosse conseguida quer por partilha de rede, quer por *roaming* nacional.

No 4T04, a Sonaecom lançou um serviço convergente fixo-móvel (o Optimus Home) que utiliza um serviço de acesso móvel grossista fornecido pela Optimus. A ANACOM emitiu um parecer a autorizar a oferta em Dezembro de 2004, esperando-se ainda, à data deste relatório, uma decisão final.

Em Dezembro de 2004, a ANACOM emitiu um parecer para reduções trimestrais progressivas das taxas de terminação móvel até Outubro de 2006, com as tarifas fixo-móvel e móvel-fixo a convergirem no mesmo nível de 11,6 centimos de euros.

O espectro de tarifas GSM desceu 10%, em 2004.

Fixo:

No 4T04, a ANACOM reviu as condições de acesso e interligação da rede ADSL do operador incumbente, reduzindo os preços e obrigando a disponibilidade da interligação de ADSL ao nível regional (acesso *bitstream*), o que abrange 28 pontos de interligação, além dos dois pontos de interligação nacionais já existentes (acesso grossista).

A ANACOM iniciou uma revisão das condições de desagregação do lacete local (ULL), cujos resultados são esperados no início de 2005, em particular uma revisão das tarifas de activação e das condições operacionais.

A Sonaecom apresentou à Comissão Europeia uma queixa contra o domínio do Grupo Portugal Telecom na maioria dos mercados relevantes em que opera.

A Comissão Europeia emitiu uma declaração de objecções contra o Grupo Portugal Telecom.

Não obstante o anteriormente exposto, sublinha-se a existência de matérias de curto e médio prazo no âmbito de regulação e competitividade e que carecem de acção urgente para que Portugal se consiga aproximar dos padrões da União Europeia, a saber:

Efeito de rede — criado pela combinação de efeitos: a maior diferenciação na Europa entre chamadas terminadas na própria rede do operador e chamadas terminadas noutra rede — os preços para o utilizador das chamadas para dentro da própria rede são inferiores ao custo de uma terminação ou originação simples *wholesale*; e o nível elevado de tarifas de terminação móvel;

Processos de desagregação do lacete local inefficientes e caros e fracos níveis de serviço, leva a que os níveis de processamento reais possam variar entre os 30 dias e os 120 dias;

Abuso continuado de posições de mercado dominantes e práticas concorrenciais pouco transparentes.

1.7 — Perspectivas futuras

O ano de 2005 será um ano de maiores desafios em termos de crescimento do volume de negócios e de margens operacionais, dado o impacto dos cortes graduais das tarifas de terminação e o período de transição que o nosso negócio fixo está a atravessar, avançando cada vez mais para soluções de acesso directo, e afastando-nos de soluções de acesso indirecto que são menos atraentes numa perspectiva de valor actual.

Em 2005, iremos aumentar o ritmo do investimento nas nossas marcas, bem como no marketing e nas vendas e para promover o produto de substituição fixo por móvel e maximizar os benefícios previsíveis do aumento de actividade relacionada com a banda larga. Continuaremos a otimizar a rede Sonaecom e procurar aumentar a cobertura UMTS, como forma de apoiar os nossos negócios de telecomunicações e de reduzir a nossa dependência da rede do operador incumbente. Continuaremos a evoluir em direcção a uma gestão e estrutura organizacional mais integrada para o nosso negócio de telecomunicações.

O ritmo do crescimento futuro dependerá da aceitação de soluções convergentes fixo-móvel e do negócio de dados móveis que, até à data, tem sido lenta, da evolução do negócio de banda larga e do nosso eventual interesse em desenvolvermos uma oferta de *triple play* (voz, Internet e televisão por cabo).

No *Público*, iremos implementar medidas para aumentar a circulação e continuaremos a desenvolver esforços no sentido de liderarmos o mercado na venda de produtos associados com colecções inovadoras que se apoiem na marca *Público*.

Relativamente à área de SSI, esperamos continuar a mostrar um crescimento orgânico estável, em particular nos mercados internacionais.

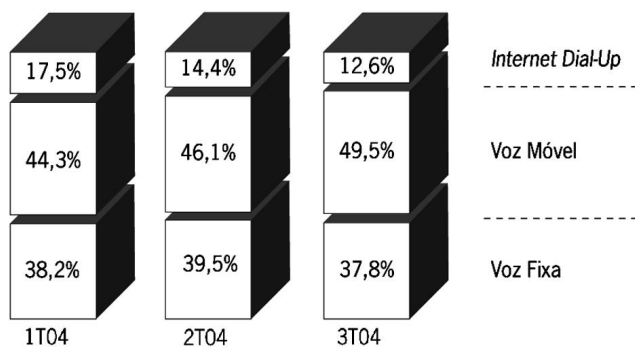
2 — Relatório de gestão

2.1 — Análise do sector

De acordo com o European Information Technology Observatory (EITO), em 2004, o valor do mercado Europeu de telecomunicações está estimado em 277 biliões de euros correspondentes a um acréscimo de 4,6% face a 2003, ultrapassando, deste modo, o crescimento do PIB na União Europeia (1,8%) (de acordo com a OCDE). Os principais motores desta tendência são os serviços fixos de dados e os serviços móveis que registam crescimentos de 11,5% e 7%, respectivamente.

O valor do mercado português de telecomunicações, para 2004, está estimado em 7,4 biliões de euros, sendo que, 45% dizem respeito a serviços móveis, 32% a serviços de voz fixa, 19% a serviços de Internet e dados e o remanescente a serviços de televisão por cabo.

Total de minutos do sector

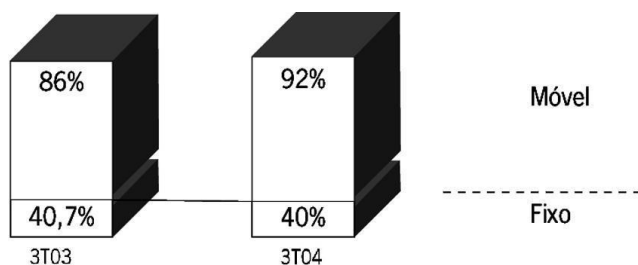


Durante o ano de 2004, em média, por trimestre, foram cursados 5,7 biliões de minutos o que corresponde a um decréscimo de 5,3% face ao ano anterior. Este decréscimo resulta, sobretudo, da *performance* do tráfego de Internet Dial-up (a sofrer uma forte pressão por parte do ASDL).

Faça a este decréscimo e a uma relativa estabilização do tráfego de voz fixa, é ao tráfego de voz móvel (como nas receitas) que corresponde a maioria do número de minutos do sector (49,5% no 3.º trimestre de 2004).

Taxa de penetração registada

(Porcentagem da população)

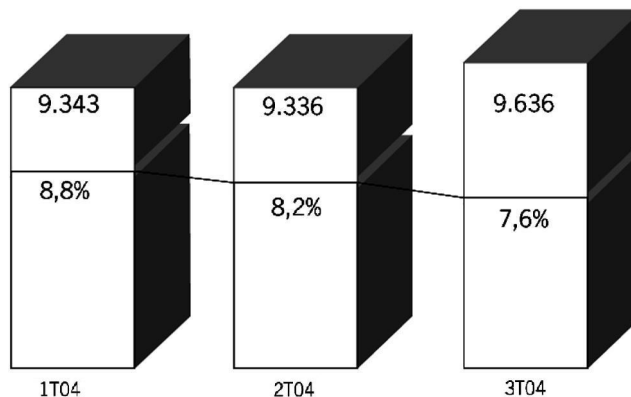


Fonte. — ANACOM.

No final do 3.º trimestre de 2004, a penetração do serviço móvel reportada pela ANACOM atingiu os 92% continuando, deste modo, acima da média europeia: 84%. Pelo contrário, a penetração do serviço fixo reduziu marginalmente situando-se abaixo da média europeia. O tráfego fixo tem continuado a diminuir devido à substituição fixo-móvel.

Clientes móveis

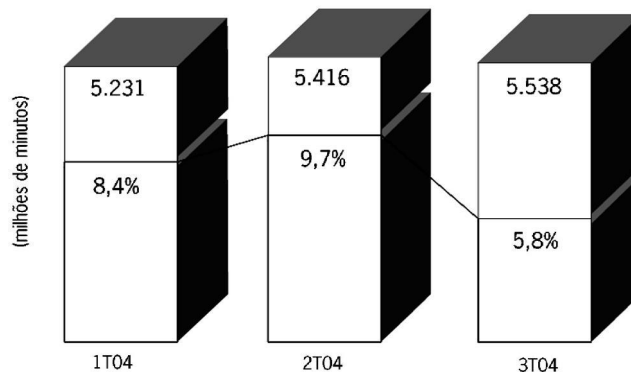
(Milhões)



Fonte. — ANACOM.

Durante os primeiros nove meses de 2004, o número de clientes do serviço móvel cresceu cerca de 8%, motivado, principalmente, por um crescimento no segmento de pré-pagos que já representam 79% do total de clientes do serviço móvel. A grande maioria deste crescimento verificou-se no terceiro trimestre e coincidiu quer com o lançamento de novas ofertas 3G, quer com o lançamento de acções de *marketing* dirigidas a segmentos de utilizadores mais jovens, à utilização do terminal móvel nas empresas e à fidelização e retenção de clientes.

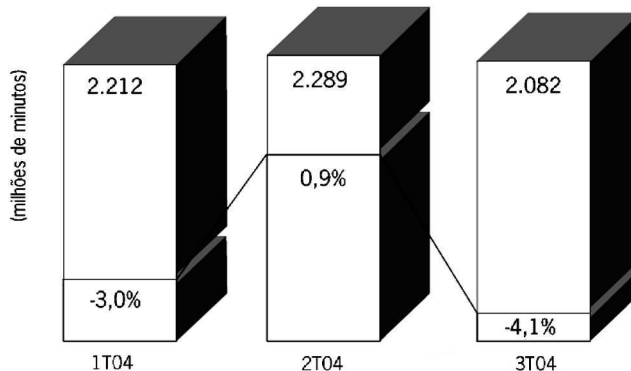
Total tráfego móvel



Fonte. — ANACOM.

No que diz respeito ao tráfego e considerando dados acumulados ao terceiro trimestre, registou-se um incremento face ao ano anterior de 7,8% e 8% no tráfego originado e terminado nas redes móveis, respectivamente. As SMS continuam a registar crescimentos acima dos verificados no tráfego. Acumulado ao terceiro trimestre de 2004 e face a igual período do ano anterior, registaram um crescimento de 10%.

Tráfego de voz fixa

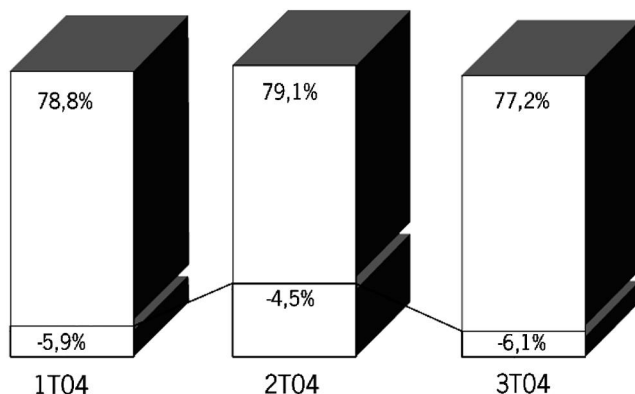


Fonte. — ANACOM.

No terceiro trimestre de 2004, os novos operadores de serviço fixo de telefone foram responsáveis por 17,2% do tráfego fixo total (em minutos), gerado no mercado português, o que corresponde a um acréscimo de 5,3 p. p. face ao 3.º trimestre de 2003. No tráfego de voz, é notório o aumento de quota de mercado (mais 5 p. p. face ao 3.º trimestre de 2003) dos novos prestadores tanto em termos de minutos cursados como no que se refere a chamadas originadas.

Taxa de mercado do incumbente

(Minutos de voz)

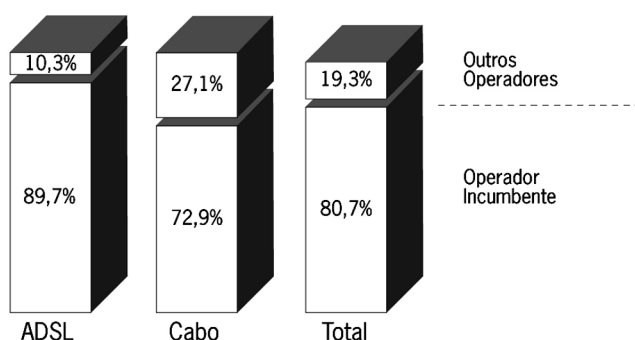


Fonte. — ANACOM e UE.

Após cinco anos de liberalização, o incumbente continua a manter a sua situação de domínio. No final do terceiro trimestre de 2004, detinha 93,7% do número total de acessos principais, bem como 87% das receitas das chamadas de rede fixa. Os nove operadores que, neste momento, são seus concorrentes detêm quotas de 21,6% nas chamadas nacionais e 22,2% nas chamadas internacionais.

Tal como referido anteriormente, o tráfego de Internet Dial-Up continua a registar quedas sucessivas. Dados acumulados ao terceiro trimestre de 2004 indicam um decréscimo face ao ano anterior na ordem dos 36% para os 2,5 biliões de minutos, devido, primordialmente, a uma rápida migração para soluções de maior largura de banda suportadas em ofertas quer de ADSL, quer de cabo.

Quota mercado *broadband*



Fonte. — ANACOM e relatório e contas PT 3T04

No final do terceiro trimestre de 2004, o total de clientes *broadband* ascendia a 746 000, sendo que 53,3% dizem respeito a ofertas de cabo e 46,7% a ofertas de ADSL. A penetração de *broadband* em Portugal, em Setembro de 2004, registava 7,1% o que compara com 6,3% no trimestre anterior. No final do 3.º trimestre de 2004, ao operador incumbente correspondia uma quota de mercado nas ofertas de *broadband* de 89% no ADSL e 73% no cabo.

2.2 — Análise financeira consolidada

As demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom e das suas subsidiárias são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) desde Janeiro de 2003.

Durante o ano de 2004, fez-se sentir um progresso significativo; a Sonaecom registou um crescimento acentuado nas principais áreas de negócio e uma melhoria substancial na rentabilidade e FCF. Por outro lado, a Sonaecom conseguiu melhorar a sua estrutura de capital:

O volume de negócios aumentou 5% para 880 milhões de euros em 2004;

O EBITDA registado foi de 201 milhões de euros em 2004, mais 38% que em 2003. A margem do EBITDA cresceu para 23% em comparação com os 17% registados em 2003;

O resultado líquido (resultado líquido antes de interesses minoritários em conformidade com as IFRS) de 39 milhões de euros foi positivo, pela primeira vez, em comparação com o resultado negativo de 20 milhões de euros registados em 2003;

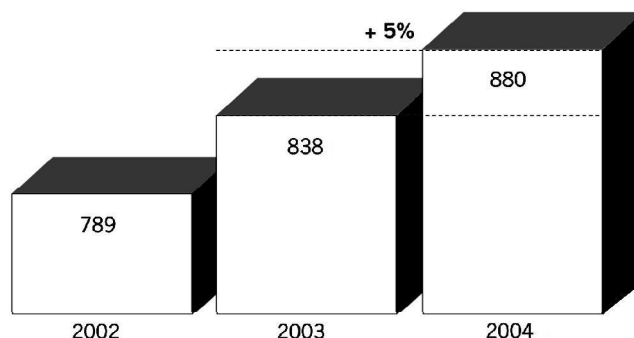
O FCF registado foi de 62 milhões de euros, um crescimento de 80% em comparação com 35 milhões de euros registados em 2003;

O endividamento líquido nominal (o endividamento líquido nominal não inclui o impacto da IAS 39. O endividamento bancário é apresentado no balanço líquido do total dos custos associados às condições de financiamento. Esses custos eram diferidos e registados como custos financeiros durante o período de vida do financiamento reduziu 18% para 275 milhões de euros;

Os *ratios* de cobertura de juros (EBITDA/juros) e de endividamento líquido nominal /EBUDA foram de 12,4× e 1,4×, respectivamente, o que compara com 7,9× e 2,3×, em 2003.

Volume de negócios

(Milhões de euros)



Em 2004, o crescimento do volume de negócios foi, em grande parte, influenciado pelos seguintes factores (numa base individual):

Aumento de 4% das receitas de clientes e de 14% das receitas de *roaming* na Optimus;

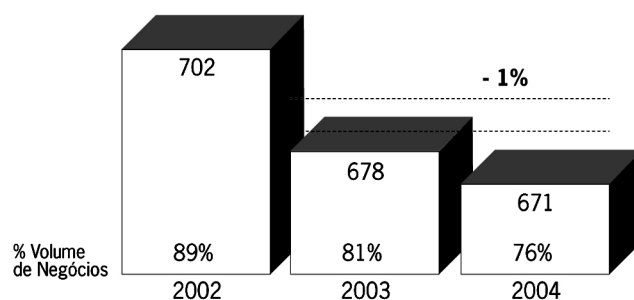
O crescimento do negócio grossista da Novis e do contributo da KPNQwest Portugal, adquirida em Abril;

Crescimento de 8% do volume de negócios da SSI por força dos novos contratos assinados pelas sucursais internacionais em particular na Enabler.

A deterioração do negócio de acesso à Internet de banda estreita e o afastamento do Clix do mercado de banda larga de Janeiro a Novembro, tiveram um impacto negativo sobre as receitas. A refocagem da Novis em soluções de acesso directo de maior valor actual líquido em detrimento de soluções de acesso indirecto de maior volume, teve igualmente um impacto negativo sobre as receitas.

Custos operacionais (OPEX)

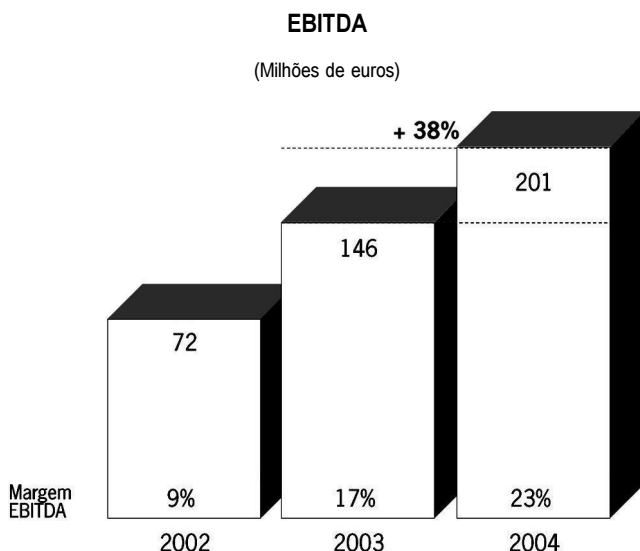
Total OPEX (milhões de euros)



Fomos bem sucedidos nos esforços de contenção de custos em 2004 e no aproveitamento de eficiências de Grupo.

Em particular, obtivemos economias de escala e sinergias adicionais através da gestão integrada da rede Sonaecom, tendo aumentado a autonomia no que diz respeito ao aprovisionamento de circuitos de alta capacidade e de transmissão.

Resultado da aquisição da KPNQwest Portugal, os custos operacionais consolidados aumentaram mais 5 milhões de euros.



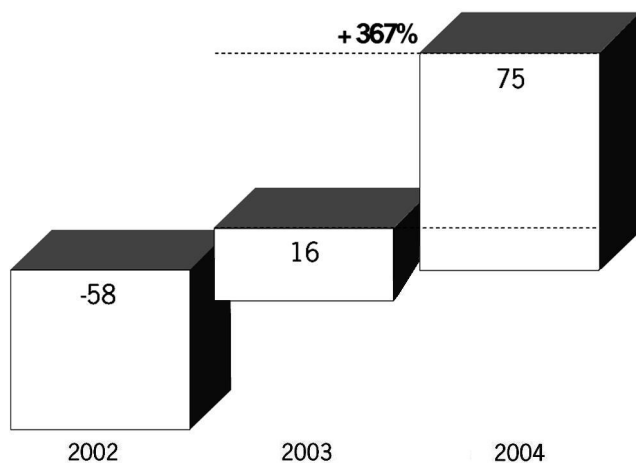
O EBITDA aumentou consideravelmente, impulsionado pela melhoria das margens de serviço, pela política continuada de contenção de custos e também pela redução significativa do montante de provisões.

O EBITDA registou um aumento de 38% para 201 milhões de euros e, em 2004, alcançou-se uma margem EBITDA de 23%, o que compara com 17% em 2003.

Refira-se ainda que foi possível reduzir o risco de incobráveis e consequentemente de provisões, por via de uma melhoria significativa da gestão de fundo de maneo.

EBIT (resultados antes de impostos e encargos financeiros)

(Milhões de euros)



O EBIT quase quintuplicou, em 2004, para 75 milhões de euros o que compara com 16 milhões de euros em 2003.

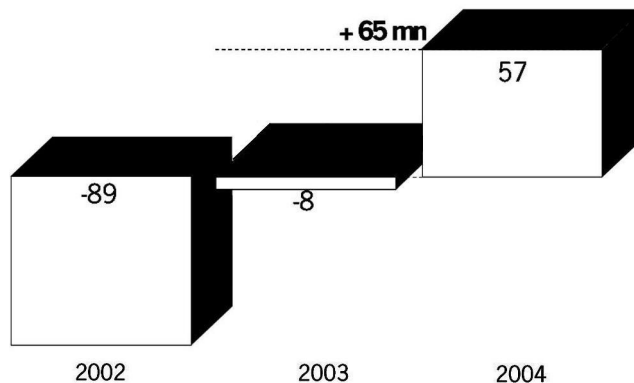
As amortizações e depreciações registaram uma ligeira redução para 125 milhões de euros, o que compara com 129 milhões de euros em 2003.

Esta redução inclui o impacto das novas IFRS em que o *goodwill* (diferenças de consolidação) é contabilizado como um activo mas não

é objecto de amortização (porém é sujeito a testes anuais de imparidade) e o impacto da amortização total de alguns activos tecnológicos.

EBT (resultados antes de impostos)

(Milhões de euros)



Impulsionado pela melhoria de performance operacional e por uma redução nos prejuízos financeiros líquidos, o EBT aumentou de 8 milhões de euros negativos, em 2003, para valores positivos de 57 milhões de euros em 2004. Esta melhoria foi possível graças ao facto de não ter sido necessário constituir provisões para investimentos financeiros, à redução do nível médio de endividamento e, ainda, devido à redução do *spread* obtido em Agosto aquando do refinanciamento da dívida de longo prazo da Optimus (ver secção sobre financiamento abaixo). Os encargos financeiros reduziram de 18 milhões de euros, em 2003, para 16 milhões de euros em 2004.

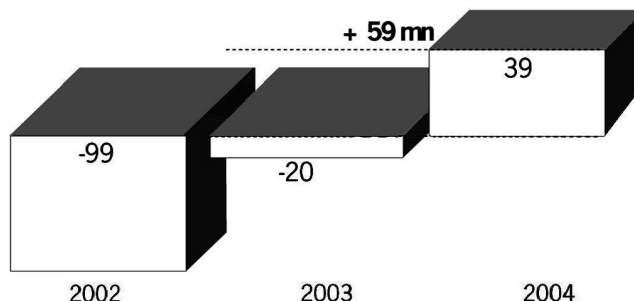
Impostos:

Os encargos com impostos ascenderam a 18,2 milhões de euros em 2004 dos quais 1,4 milhões de euros referem-se a impostos pagos no exercício (1 milhão de euros pela Enabler) e 16,8 milhões de euros referem-se a movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos. Estes últimos incluem a anulação de impostos diferidos no Clix no montante de 2,8 milhões de euros e a utilização de 15,5 milhões de euros de impostos diferidos activos na Optimus contra lucros gerados no exercício.

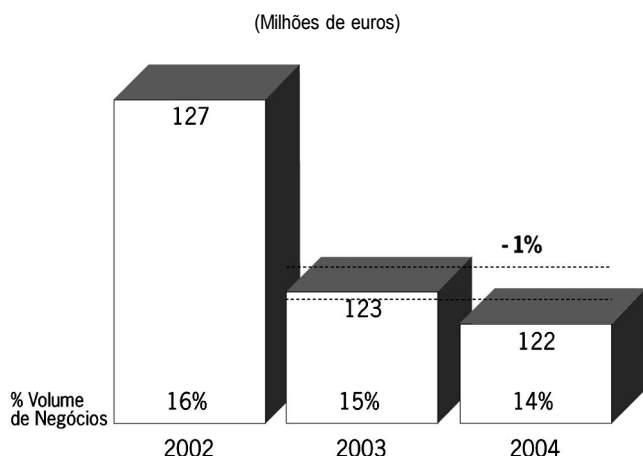
Resultado líquido (resultado líquido antes de interesses minoritários em conformidade com as IFRS):

Resultado líquido antes de interesses minoritários em conformidade com as IFRS

(Milhões de euros)



Pela primeira vez a Sonaecom obteve resultado líquido positivo para um exercício completo em 2004. Isto deveu-se à melhoria da performance operacional e à redução do nível de amortizações e de encargos financeiros, não obstante o aumento do nível de impostos. O resultado líquido consolidado aumentou para 39 milhões de euros, o que compara com prejuízos de 20 milhões de euros em 2003. O resultado líquido após interesses minoritários aumentou para 18 milhões de euros positivos em 2004, o que compara com prejuízos líquidos de 19 milhões de euros em 2003.

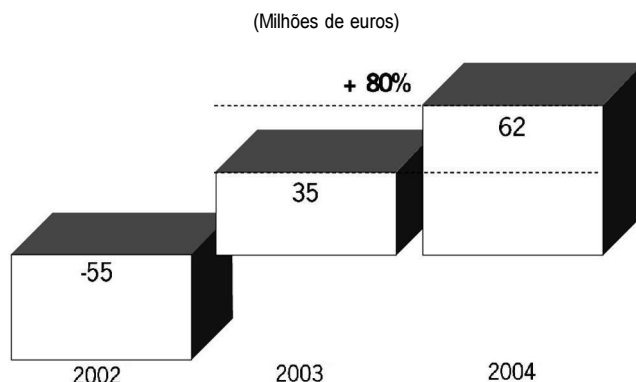
Investimento (CAPEX) e política de investimentos

Em 2004, o Grupo investiu 122 milhões de euros, aproximadamente o mesmo que em 2003, uma percentagem significativa do volume de negócios, reforçando assim a importância que se dá na Sonaecom a investir em iniciativas de crescimento sustentado.

Grande parte dos investimentos realizados em 2004 foi destinada a investimentos na rede (82 milhões de euros) e a tecnologias de informação (27 milhões de euros).

A Optimus investiu 104 milhões de euros essencialmente para melhorar a qualidade e capacidade da sua rede.

Ainda em 2004, a Optimus aumentou o ritmo de investimento na rede UMTS e investiu na melhoria dos sistemas de informação, nomeadamente na melhoria dos processos de CRM e facturação, centralização de *data centres*, consolidação de sistemas ERP e investimento no Optimus Zone.

FCF (Alavancado)

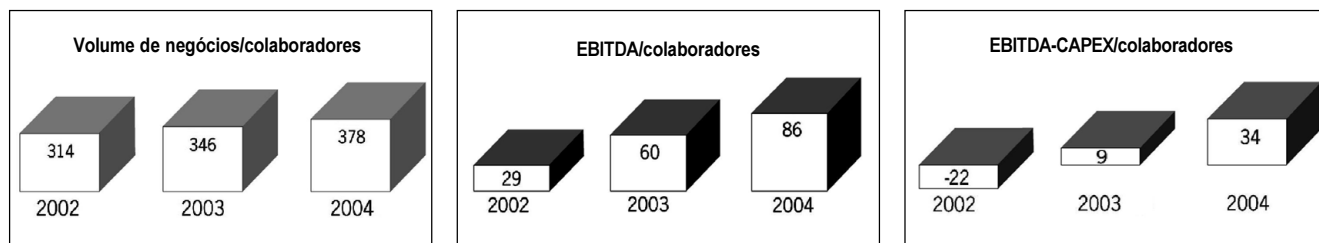
Ao longo de 2004, a Sonaecom gerou 62 milhões de euros de FCF, mais 80% do que os montantes gerados em 2003.

No 4T04, o FCF foi afectado pelo pagamento antecipado de 39 milhões de euros pela aquisição dos activos da Oniway em negócio fechado em 2002, estando tal pagamento previsto apenas para 2005 (transferência da obrigação do pagamento para a Sonae — SGPS). Sem este pagamento, o FCF seria superior a 100 milhões de euros.

A empresa que mais contribuiu para o FCF positivo foi a Optimus, sendo que o *Público* e SSI também geraram FCF positivo. A Novis e o Clix ainda são consumidores de FCF embora estejam gradualmente a convergir para território positivo.

Produtividade

(Milhões de euros)



Os níveis de produtividade da Sonaecom baseados no volume de negócios, EBITDA e EBITDA-CAPEX registaram aumentos significativos, beneficiando da melhoria continuada dos processos e sistemas e na redução continuada da estrutura de custos.

Estrutura de capital e financiamento:

No dia 6 de Agosto, a Optimus assinou um acordo de financiamento a cinco anos, com base numa garantia do Banco Europeu de Investimento (EIB) no valor de 450 milhões de euros, para substituição do endividamento existente e que irá permitir financiar o plano de negócios da empresa.

Este financiamento permite à Optimus obter condições mais favoráveis, incluindo um *spread* mais baixo e condições financeiras menos onerosas.

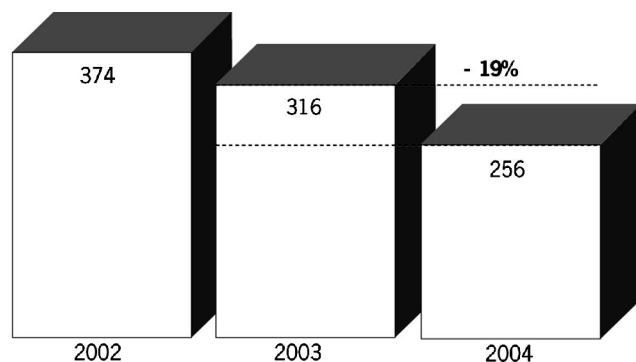
O *spread* de abertura desta operação é de 75 pontos base até Dezembro de 2004 e, a partir desta data, a margem deverá evoluir em função de uma grelha pré-acordada (endividamento líquido/EBITDA) e indexada ao grau de alavancagem financeira da empresa.

O financiamento contempla o reembolso em duas tranches: 30% em Junho de 2008 e os restantes 70% em Junho de 2009.

No final de 2004, o endividamento líquido consolidado ascendia a 256 milhões de euros, em comparação com 316 milhões de euros registados no final de 2003.

Endividamento líquido consolidado ajustado de acordo com a IAS 39, incluindo os períodos comparativos de 2002 e 2003)

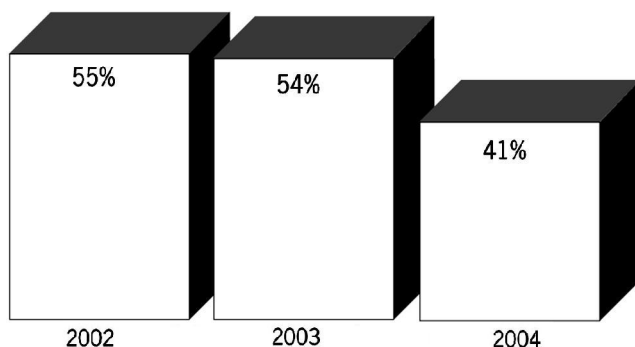
(Milhões de euros)



Em Dezembro de 2004, a Sonaecom adoptou a IAS 39, passando a registar o endividamento bruto total líquido dos custos originais de

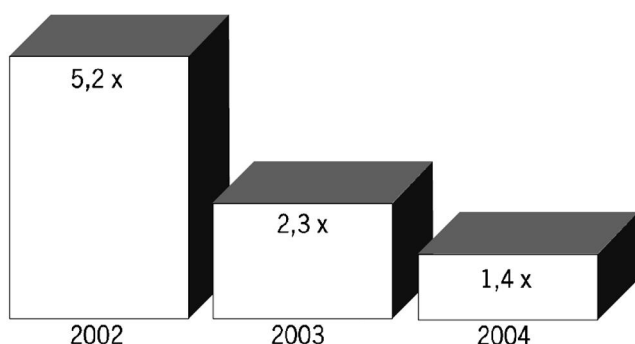
montagem da operação de financiamento da Optimus. Desta forma, ao endividamento bruto nominal de 328,5 milhões de euros foram deduzidos 19,3 milhões de euros de custos de montagem.

Endividamento bruto nominal
(endividamento bruto nominal + capitais próprios)



A alteração no endividamento bruto nominal em 2004 (excluindo o impacto da IAS 39) levou a uma redução de 151 milhões de euros que resulta da boa *performance* operacional e da política de optimização da função financeira, que permitiu a redução dos encargos financeiros. A liquidez disponível na Sonaecom foi empregue na redução do endividamento bancário da Novis no 3T04 (23 milhões de euros) e a liquidez e FCF gerado na Optimus foram utilizados para reduzir o seu endividamento bancário. Desta forma, a liquidez consolidada passou de 144 milhões de euros no final de 2003 para 53 milhões de euros no final de 2004.

Endividamento líquido nominal/EBITDA



A redução do endividamento e o aumento da rentabilidade operacional permitiram melhorar significativamente os rácios de estrutura de capital, aumentando ainda a capacidade do Grupo solver as suas obrigações financeiras. O *ratio* de cobertura de juros aumentou de 7,9×, em 2003, para 12,4×, em 2004, e o *ratio* de endividamento líquido nominal/EBITDA melhorou de 2,3× para 1,4×.

2.3 — Análise dos principais indicadores operacionais

2.3.1 — Telecomunicações:

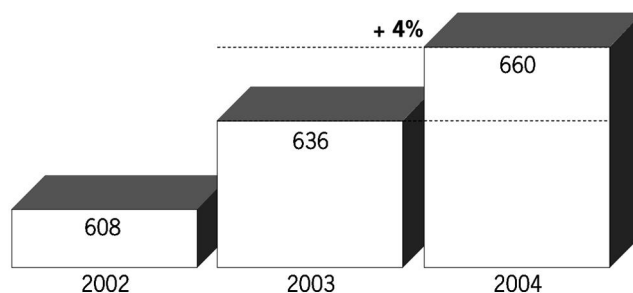
Receitas:

O crescimento das receitas do negócio das telecomunicações reparte-se pelo crescimento moderado das receitas do móvel, forte crescimento das receitas do fixo e um forte decréscimo das receitas de acesso Internet residencial.

Por força do já elevado nível de penetração de serviços móveis em Portugal (de acordo com os dados reportados pelos operadores móveis, mais de 100% dos portugueses são utilizadores) e do atraso ao nível de toda a indústria de penetração UMTS, foi difícil aumentar as receitas de serviços móveis durante 2004. Para além do mais, ao longo do ano continuou-se a assistir a uma tendência de substituição de tráfego fixo pelo móvel levando assim a uma redução das receitas de operadores fixos a terminarem chamadas na rede da Optimus, as quais passaram de 10% das receitas de serviço totais em 2003 para 9% em 2004.

Volume de negócios Optimus

(Milhões de euros)

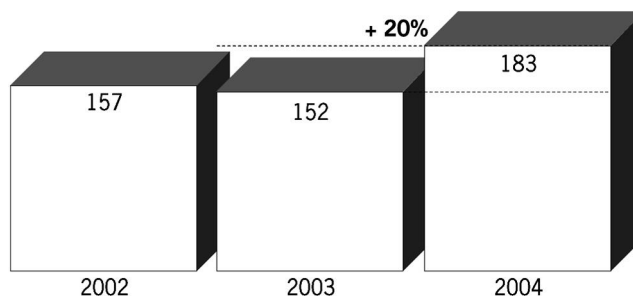


As receitas de clientes aumentaram 5% no período, impulsionadas por um aumento do volume de tráfego de 2% e de um aumento de preços por parte de todos os operadores de 2% em Fevereiro. As receitas de *roaming* aumentaram 14% como resultado das receitas adicionais associadas com o Campeonato Europeu de Futebol e com o festival de música *Rock in Rio*, ambos realizados em Portugal.

Optimus	2003	2004	Variação (percentagem)
Receitas de serviço	580	602	4
Receitas de clientes	361	380	5
Receitas de operadores	185	183	- 1
Receitas de <i>roaming</i>	34	39	14

Volume de negócios Novis

(Milhões de euros)

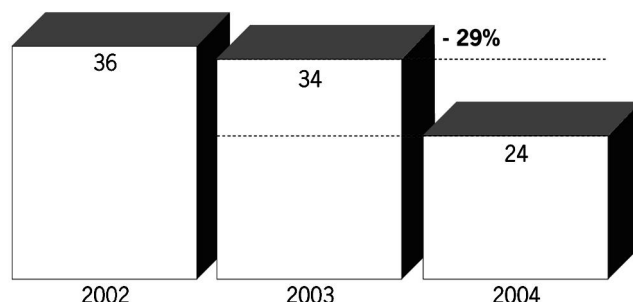


No que se refere ao serviço fixo, o crescimento registado nas receitas, em 2004, deve-se, essencialmente, ao crescimento do negócio *wholesale* e à aquisição da KPNQwest Portugal em final de Abril. As receitas do negócio de voz de acesso indirecto registaram uma quebra significativa pelo facto de se ter deixado de dar enfoque a esta área de negócio e passado a dar mais importância ao negócio de acesso directo, cujo valor actual líquido é mais interessante.

O crescimento do negócio de acesso directo foi positivo ao longo do ano, mas não foi suficiente para compensar a perda de receitas de acesso indirecto.

Volume de negócios Clix

(Milhões de euros)



As receitas de acesso Internet residencial também registaram uma quebra significativa em 2004 motivado pela continuada migração de utilizadores de banda estreita para soluções de banda larga. O Clix havia cancelado a sua oferta de banda larga no princípio de 2004 por força das más condições económicas da oferta grossista ADSL da Portugal Telecom. Apenas voltou ao mercado de banda larga com base na desagregação do ADSL em Novembro, pelo que o peso líquido das receitas de banda larga sobre o total de receitas foi mínimo.

Clientes:

O crescimento da base de clientes resulta da combinação de várias tendências:

A decisão da Optimus, tomada no início de 2004, de rever os critérios de contabilização da base de clientes, eliminando aqueles que não eram considerados economicamente viáveis, levou a uma descida de 8% para 2,13 milhões de clientes, o que reflecte uma queda de 177 000 clientes no final de 2004. Grande parte destas desactivações traduziram-se em novas activações em produtos destinados a PME's. A receita média por utilizador (ARPU) aumentou 9% de 22,4 euros, em 2003, para 24,3 euros em 2004. Os clientes activos no final de 2004 ascendiam a 1,6 milhões e a quota de mercado da Optimus, no final do 3T04, era de 20% de clientes.

O número de clientes de acesso directo da Novis registou um aumento significativo em 2004, de 109%. O total de clientes activos reduziu 13% para 183 000 clientes, facto explicado pelo menor enfoque em soluções de acesso indirecto. O número total de circuitos fornecidos aumentou, em 2004, para 4104 o que compara com 1303, em 2003.

O negócio de fixo da Sonaecom fornece agora soluções de acesso directo ao mercado residencial e empresarial. No final de 2004, 61 centrais encontravam-se equipadas com investimentos SHDSL para fornecer a Optimus e outros grandes clientes empresariais, com circuitos e alta capacidade. Fizeram-se ainda investimentos em equipamento ADSL em 23 destas centrais para fornecer soluções de acesso directo a clientes residenciais e empresas de menor dimensão. No final de 2004, a Novis tinha 4000 clientes de acesso directo. No final do 3T04, a quota de mercado da Novis era de 5,5% do mercado residencial, 9,9% do mercado empresarial e 13,3% do mercado das microempresas.

Em Novembro de 2004, o Clix lançou a oferta de *broadband* de acesso directo sobre ADSL mais competitiva do mercado: 2,4 e 8 Mega ADSL. Estas incluem a assinatura mensal de telefone por um preço inferior a metade da melhor oferta da PT e oferecem até 8 vezes mais velocidade tendo em conta a oferta de 8 Mega.

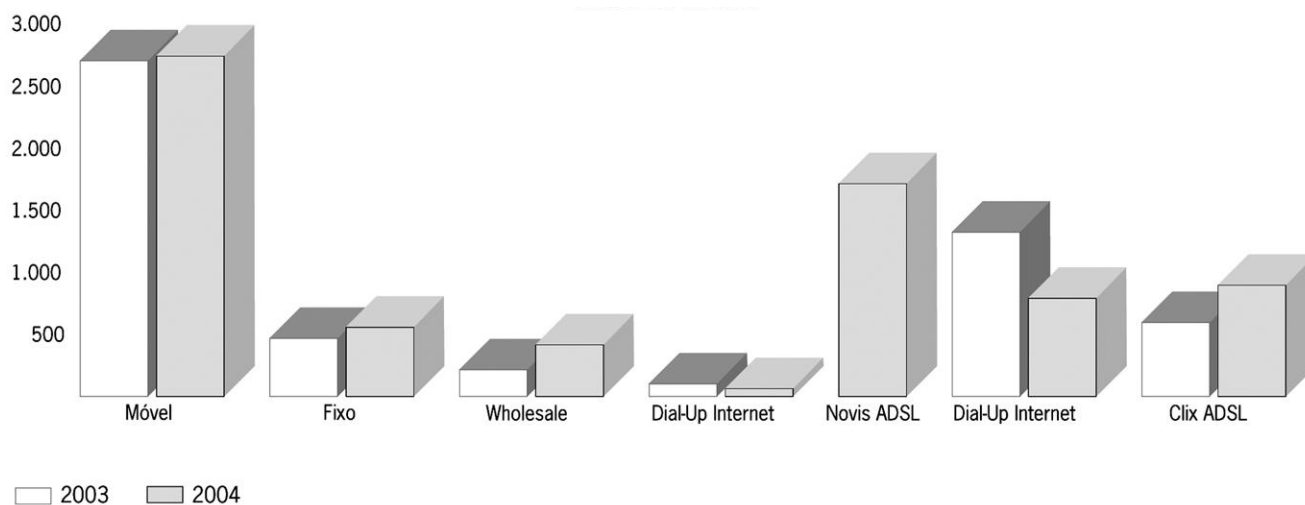
É importante sublinhar que existe um desfazamento temporal significativo entre o momento do registo e o momento da activação, que pode ser de até oito semanas, justificada pelo tempo necessário para desagregar a linha de um cliente, prazo este que engloba o tempo de aprovisionamento da Novis e da Portugal Telecom. Estão a ser efectuados esforços para conseguir que este tempo de activação seja reduzido.

Tráfego:

O tráfego total gerido pelo Grupo Sonaecom ascendeu a 7,2 mil milhões de minutos em 2004 em comparação com 5,4 mil milhões em 2003, o que representa um aumento de 33%, em parte resultante do aumento no tráfego grossista e da utilização do serviço de banda larga.

Tráfego Sonaecom 2003-2004

(Milhões de minutos)



2.3.2 — Media:

O ano de 2004 foi um ano positivo para o *Público*, tendo-se registado alguma recuperação ao nível de receitas de publicidade e um sucesso continuado de venda de produtos associados. Em 2004, o *Público* gerou um Ebitda de 2,1 milhões de euros (0,5 milhões de euros em 2003), resultados líquidos de 32 000 euros (prejuízos líquidos de 0,8 milhões de euros em 2003) e FCF de 1,2 milhões de euros (2,6 milhões de euros em 2003). Registou-se uma quebra dos níveis de circulação do jornal em 2004 face ao ano anterior, explicado pelo continuado aumento de popularidade de formatos do tipo *tabloid* e pelos volumes inferiores de circulação de produtos associados, os quais venderam em média menos por colecção. No final do 3T04, a quota de mercado de circulação do *Público* era de 13,5%. O *Público* manteve a sua estratégia de extensão da marca, tendo aberto mais lojas próprias (actualmente cinco no final de 2004) e testou o conceito de editora, tendo lançado 8 livros originais. Apesar do aumento das receitas de publicidade em 2004, continuam abaixo das do melhor ano, 2001.

2.3.3 — SSI:

Em geral, o ano de 2004 foi também um bom ano para a SSL. O volume de negócios cresceu 8% para 67 milhões de euros e o EBITDA

aumentou 26% para 8 milhões de euros. Em termos de margem operacional, a SSI registou também uma boa performance por força, essencialmente, de uma optimização dos subcontratos e por uma redução do número de pessoal.

O FCF aumentou em 2004 para 6 milhões de euros o que compara com cerca de 2 milhões em 2003.

Os mercados português e alemão foram os principais motores de crescimento para a Enabler, em paralelo com um nível de ocupação dos consultores bastante elevado (cerca de 85%).

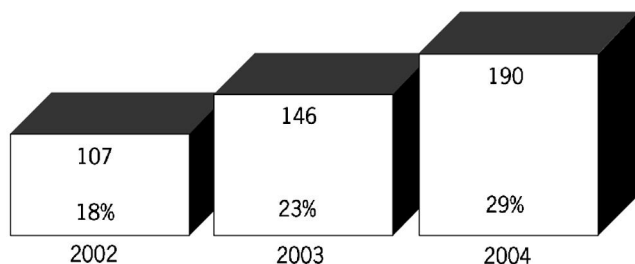
A WeDo captou uma série de novos contratos de empresas de telecomunicações bastante importantes de entre os quais se destaca a ERA (Polónia), Auna (Espanha), Vimpelcom (Rússia) e a Vodafone Egypt adquiriram o produto para garantia de fiabilidade das receitas (RAID).

2.3.4 — Rentabilidade das empresas operacionais:

No final do ano de 2004, todas as empresas da Sonaecom apresentaram EBITDA positivo com a excepção do Clix. As margens EBITDA em percentagem do volume de negócio apresentaram melhorias significativas impulsionadas pelo aumento de receitas, poupanças de custos e melhorias de eficiência operacional.

Optimus EBITDA e margem de EBITDA

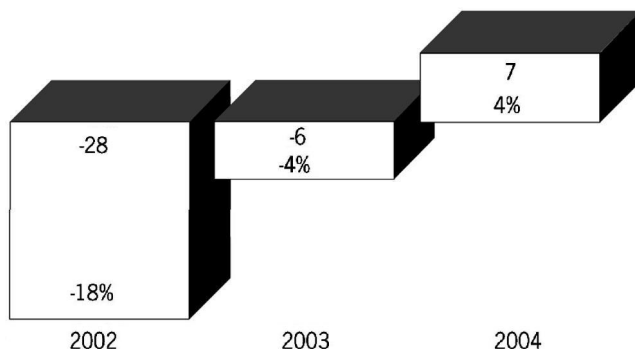
(Percentagem de volume de negócios)



A Optimus gerou um EBITDA de 190 milhões de euros, e aumentou a sua margem em 6 pontos percentuais passando de 23%, em 2003, para 29%, em 2004.

Novis EBITDA e margem de EBITDA

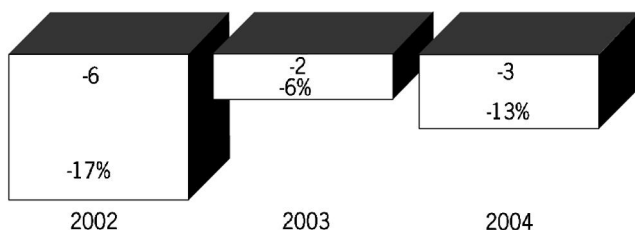
(percentagem de volume de negócios)



A Novis registou, pela primeira vez, EBITDA positivo para o ano completo de 7 milhões de euros. A KPNQwest Portugal contribuiu dois milhões de euros para o EBITDA do ano.

Clix EBITDA e margem de EBITDA

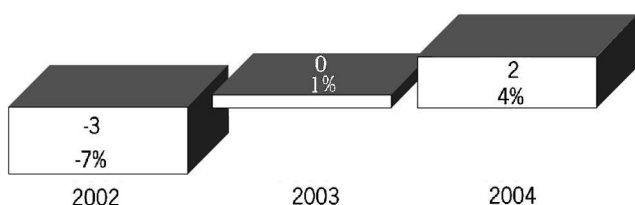
(Percentagem de volume de negócios)



O EBITDA do Clix sofreu um decréscimo face a 2003, tendo registado um EBITDA negativo de 3,1 milhões de euros, em 2004, em comparação com o EBITDA negativo de 1,9 milhões de euros, em 2003. Tal facto deveu-se à sua retirada do mercado de banda larga, durante a maior parte do ano, e à migração continuada de clientes de banda estreita para soluções de banda larga concorrentes.

Público EBITDA e margem de EBITDA

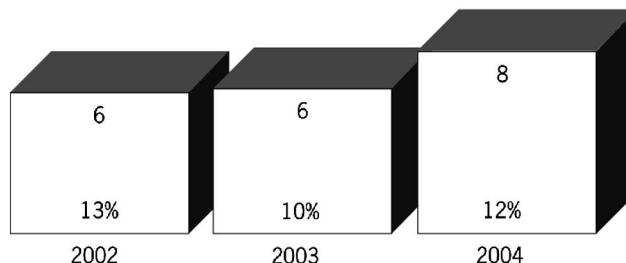
(Percentagem de volume de negócios)



O volume de negócios do público aumentou 6%, em 2004, para 55 milhões de euros e a margem EBITDA aumentou para 4%, o que compara com 1% em 2003. O Público alcançou resultados líquidos positivos, em 2004, de 32 000 euros, e o FCF foi também positivo em 1,2 milhões de euros.

SSI EBITDA e margem de EBITDA

(Percentagem de volume de negócios)



O turnover do SSI aumentou 8% em 2004 para 67 milhões de euros tendo o EBITDA aumentado 26% para 8 milhões de euros.

2.4 — Eventos subsequentes

Os acontecimentos seguintes registaram-se após 31 Dezembro 2004 mas antes da aprovação de contas em conselho de administração:

2.4.1 — Alterações à equipa de gestão:

Em Janeiro de 2005, a Sonae — SGPS anunciou ter convidado António Casanova para membro executivo do conselho de administração da Sonae Imobiliária. À data deste relatório, António Casanova era administrador executivo da Sonaecom tendo a responsabilidade pelo negócio móvel e passará a exercer as suas novas funções a partir de Abril 2005. Este anúncio é consistente, com a política do Grupo Sonae de se alavancar no elevado potencial dos Gestores de Topo para preencher lugares de gestão em várias áreas do Grupo.

A reorganização subsequente da equipa de gestão da Sonaecom vai de encontro à intenção estratégica de desenvolver uma equipa de gestão integrada para todo o negócio das telecomunicações, aproveitando sinergias e oportunidades de negócio sempre que possível. A equipa de gestão da Sonaecom terá as seguintes alterações:

Lúis Reis, actualmente administrador executivo da Sonaecom e responsável pelo negócio fixo, passará também a ser responsável pela área do negócio móvel;

Miguel Almeida, actualmente administrador executivo da Optimus, passará a ser o responsável operacional da Optimus (COO), reportando hierarquicamente a Luís Reis;

Pedro Carlos, actualmente administrador executivo da Novis, continuará a ser o responsável operacional da Novis (COO), reportando hierarquicamente a Luís Reis.

2.4.2 — Papel comercial:

Em 28 de Janeiro de 2005, a Sonaecom assinou um contrato com uma instituição financeira portuguesa relativo a um programa de papel comercial (PPC) com um limite de 70 milhões de euros. As emissões ao abrigo do PPC, apesar de destinadas a colocações junto de investidores institucionais, são integralmente tomadas firmes pela instituição financeira responsável pela montagem e gestão do programa. O contrato será válido durante cinco anos, renovável por iguais períodos, permitindo à Sonaecom a utilização de fundos por períodos de sete dias a 360 dias, até ao limite de 70 milhões de euros.

O PPC irá providenciar à Sonaecom — SGPS uma linha de crédito para suportar as suas necessidades de tesouraria, bem como as das suas subsidiárias que, na actual fase, ainda não tenham capacidade de recorrer a crédito bancário sem recurso ao accionista.

2.4.3 — Outros:

Em 25 de Janeiro de 2005, os conselhos de administração das empresas Clixgest, Internet e Conteúdos, S. A. e Novis Telecom, S. A., aprovaram um projecto de fusão por incorporação da Clix na Novis, a qual ocorrerá com efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2005, sujeita à aprovação em reunião de assembleia geral de accionistas das respectivas sociedades.

2.5 — Artigos 447.º, 448.º e participações qualificadas

Anexo a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Títulos detidos pelos membros dos órgãos sociais e respectivas transacções durante 2004:

(Em euros)						
Data	Aquisições		Alienações		Saldo	
	Quan- tidade	Valor médio	Quan- tidade	Valor médio	Quan- tidade	
Conselho de administração:						
Belmiro Mendes de Azevedo:						
Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (a)					49 999 997	
Imparfin — SGPS, S. A. (c)					150 000	
Sonae — SGPS, S. A. (d)					14 901	
Sonaecom — SGPS, S. A.					75 537	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo:						
Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (a)					1	
Imparfin — SGPS, S. A. (c)					150 000	
Sonae — SGPS, S. A. (d)					277 486	
Sonaecom — SGPS, S. A.					278 967	
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	14 092	—	—	—	—
António Castelo Branco Borges:						
Sonae — SGPS, S. A. (d)					2 593	
Sonaecom — SGPS, S. A.					3 000	
António José Santos Silva Casanova:						
Sonae — SGPS, S. A. (d)					250 000	
Sonaecom — SGPS, S. A.					8 638	
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	8 638	—	—	—	—
Alienação	8-12-2004	—	1 075	3,70	—	—
Alienação	9-12-2004	—	50 000	3,70	—	—
Alienação	10-12-2004	—	9 255	3,70	—	—
David Graham Shenton Bain:						
Sonae — SGPS, S. A. (d)					3 518	
Sonaecom — SGPS, S. A.					15 000	
Alienação	4-3-2004	—	15 340	3,41	—	—
George Christopher Lawrie:						
Sonae — SGPS, S. A. (d)					106 000	
Sonaecom — SGPS, S. A.					208 000	
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis:						
Sonaecom — SGPS, S. A.					—	
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	9 363	—	—	—	—
Alienação	11-5-2004	—	39 263	3,01	—	—
Richard Henry O' Toole:						
Sonaecom — SGPS, S. A.					3 000	
Mesa da assembleia geral:						
João Pedro Mendonça da Silva:						
Sonae — SGPS, S. A. (d)					10 000	
Aquisição	9-11-2004	10 000	0,97	—	—	—
Sonaecom — SGPS, S. A.					—	
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	3 372	—	—	—	—
Filipa de Sousa Taveira da Gama S. Carvalho					—	
Sonaecom — SGPS, S. A.					440	

Notas:

						(Em euros)
	Data	Aquisições		Alienações		Saldo
		Quan- tidade	Valor médio	Quan- tidade	Valor médio	— Quan- tidade
(a) Efanor Investimentos — SGPS, S. A.:						
Sonae — SGPS, S. A.						949 983 715
Pareuro, BV						20 000
Sonaecom — SGPS, S. A.	20-3-2004	1 000	3,08	—	—	1 000
(b) Pareuro, BV:						
Sonae — SGPS, S. A.						108 820 695
(c) Imparfin — SGPS, S. A.:						
Sonae — SGPS, S. A.						4 105 273
(d) Sonae — SGPS, S. A.:						
Sonaecom — SGPS, S. A.	27-1-2004	299 000	2,94	—	—	39 362 998

Anexo a que se refere o artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

	Número de acções em 31 de Dezembro de 2004
Efanor Investimentos — SGPS, S. A.:	
Sonae — SGPS, S. A.	949 983 715
Pareuro, BV	20 000
Sonaecom, SGPS, SA	1 000
Pareuro, BV:	
Sonae — SGPS, S. A.	108 820 695
Sonae — SGPS, S. A.:	
Sonaecom — SGPS, S. A.	39 362 998
Sonae Investments, BV	40
Sonae Investments, BV:	
Sonaecom — SGPS, S. A.	147 211 738

Participações qualificadas:

Dando cumprimento ao artigo 9.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2004:

Accionista	Número de acções	Porcen- tagem de direitos de voto
Sonae Investments, BV	147 211 738	65,07
Sonae — SGPS, S. A.	39 362 998	17,40
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	278 967	0,12
Belmiro Mendes de Azevedo	75 537	0,03
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	60 070	0 03
Álvaro Carmona e Costa Portela	5 000	—
Efanor Investimentos — SGPS, S. A.	1 000	—
<i>Total imputável</i>	186 995 310	82,65

2.6 — Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2004, a Sonaecom apresentou um resultado líquido consolidado positivo de 18 048 373 euros.

Nas suas contas individuais, a Sonaecom apresentou um resultado líquido negativo de 3 725 781,79 euros, propondo-se que seja transferido para resultados transitados.

2.7 — Agradecimentos

Agradecemos ao fiscal único pelo aconselhamento e ajuda prestados durante o ano de 2004. Agradecemos também aos nossos fornecedores, às instituições bancárias e a outros parceiros do Grupo pela

confiança que depositaram em nós. A comissão executiva agradece aos seus administradores não-executivos pela sua valiosa contribuição. Finalmente, gostaríamos de agradecer a toda a equipa de colaboradores do Grupo Sonaecom que trabalharam intensamente para assegurar a continuidade do sucesso alcançado e cujo esforço é claramente visível nos resultados por nós alcançados.

3 — Relatório de governo das sociedades

3.1 — Cumprimento com as recomendações da CMVM

A Sonaecom cumpre todas as recomendações da CMVM ao nível do governo das sociedades, à excepção da recomendação IV-8, que

recomenda que a remuneração de todos os administradores deve ser publicada numa base individual (ver secção 3.7.3.3. deste relatório).

3.2 — Órgãos sociais — constituição e organização

O conselho de administração da Sonaecom é composto por nove membros, dos quais cinco são administradores não-executivos e quatro são administradores executivos. Dos administradores não executivos, três são independentes na medida em que não se encontram associados a grupos de interesses específicos quer da sociedade, quer dos seus accionistas de referência, segundo os critérios definidos no Regulamento n.º 11/2003 da CMVM. Os administradores independentes exercem uma influência relevante no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento das orientações estratégicas da empresa, pelo que a estrutura organizativa do conselho de administração demonstra um claro equilíbrio entre o número de administradores que representam os accionistas de referência e o número de administradores independentes.

O CEO e CFO da Sonaecom, os CEOs das duas principais unidades de negócio e o consultor do conselho de administração da Sonaecom formam a comissão executiva.

Sonaecom Comissão Executiva ⁽¹⁾				
CEO Grupo	Móvel	Fixo e Media	CFO Grupo	Legal & Regulação
Paulo Azevedo	António Casanova	Luís Filipe Reis	Chris Lawrie	António Lobo Xavier
CEO do Grupo SSI Fusões & Aquisições	Móvel Ambiente Serviço ao Cliente Manutenção e Supervisão Comunicação Interna	Fixo Media Recursos Humanos IT/IS	Administrativo Relação Investidores Planeamento e Controlo de Gestão Auditoria Interna Instalações Contabilidade Tesouraria e Finanças	Legal Regulação Relações Públicas Planeamento Fiscal

(¹) Já depois do final de 2004, a equipa de gestão da Sonaecom sofreu alterações, tal como explicado na secção 2.4 — Eventos subsequentes.

Os nossos administradores:

Belmiro de Azevedo:

Presidente não-executivo dos conselhos de administração da Sonae — SGPS e da Sonaecom e membro da direcção do World Business Council for Sustainable Development e do European Advisory Board da London Business School.

Cargos anteriores: director de investigação e desenvolvimento da Sonae, director-geral e administrador-delegado da Sonae, e Director da Associação para a União Monetária Europeia.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Química Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, PMD da Harvard Business School e participação no Financial Management Programme na Stanford University.

António Borges (independente):

Cargos anteriores:

Administrador não-executivo da Sonaecom e vice-presidente executivo da Goldman Sachs International.

Reitor do Insead, vice-governador do Banco de Portugal, membro do comité monetário para a Comunidade Europeia e presidente do subcomité de política monetária do Comité Europeu dos Governadores dos Bancos Centrais.

Habilitações literárias:

Licenciatura pela Universidade Técnica de Lisboa, e MA e PhD em Economia pela Stanford University na Califórnia.

Jean-François Pontal (independente):

Administrador não-executivo da Sonaecom.

Cargos anteriores:

CEO da subsidiária espanhola do Carrefour — PRYCA, membro do conselho de administração do Grupo Carrefour, vice-presidente executivo do Grupo France Telecom e CEO da Orange tendo-se retirado em Maio de 2003.

Habilitações literárias:

Licenciatura em engenharia do Centre d'Études Supérieures des Techniques Industrielles em França.

Richard O'Toole (independente):

Administrador não executivo da Sonaecom, e conselheiro e consultor de várias empresas privadas e públicas, nas áreas de comércio, concorrência e regulamentação.

Cargos anteriores:

Adjunto-especial do gabinete do director executivo da Agência Internacional de Energia da OCDE, correspondente político europeu do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefe de gabinete da Comissão Europeia, administrador-executivo da Divisão de Tecnologias no Grupo GPA, administrador-geral-adjunto do Acordo Geral de Comércio Aduaneiro (GATT), responsável pelo *government affairs* da empresa internacional de engenharia eléctrica ABB e membro da administração da companhia irlandesa East Telecom plc.

Habilitações literárias:

Licenciatura e mestrado pela National University of Ireland.

David Bain:

Administrador não-executivo da Sonaecom e CFO da Efanor Investimentos.

Cargos anteriores:

CFO da Sonaecom, da Inparsa e da Sonae — SGPS, Previamente tinha sido CFO do Grupo Auto-Sueco e CFO de várias empresas de Vinho do Porto do Grupo Taylor/Fonseca.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade de Bristol. Fellow do Institute of Chartered Accountants.

Paulo Azevedo:

Presidente da comissão executiva da Sonaecom e presidente do conselho de administração da Novis.

Administrador não-executivo da Sonae Indústria e administrador executivo da Sonae — SGPS.

Cargos anteriores:

Presidente da comissão executiva da Optimus e administrador executivo da Modelo Continente — SGPS.

Habilitações literárias:

Licenciatura em engenharia química pela École Polytechnique Fédérale de Lausanne e MBA pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais (Universidade do Porto).

Luís Filipe Reis:

Administrador executivo da Sonaecom, presidente das comissões executivas da Matrix e da Novis e administrador não-executivo da Optimus e da Sonaecom Sistemas de Informação. Administrador não-executivo da Modelo Continente — SGPS.

Cargos anteriores:

Membro executivo do conselho de administração da Modelo-Continente — SGPS, presidente da direcção do Banco Universo e director de *marketing* da Sonae Distribuição.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, MBA em Gestão de Empresas pelo ISEE da Universidade do Porto, Doutoramento em Economia pela Universidade Complutense de Madrid e frequência do SEP — Stanford Executive Program (Stanford University).

António Casanova:

Administrador executivo da Sonaecom.

Cargos anteriores:

Administrador executivo da Sonaecom. Administrador executivo da Optimus. Administrador de *marketing* e vendas da Optimus, administrador-geral-adjunto da Lever Portuguesa, director-coordenador de *marketing* no Banco Fonsecas & Burnay (Grupo BPI), consultor associado sénior na McKinsey & Co.

Habilitações literárias:

Licenciatura com distinção em Economia pela London School of Economics e MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

Chris Lawrie:

Administrador executivo e CFO da Sonaecom. Responsável pelas áreas de finanças, desenvolvimento corporativo e auditoria interna da Sonaecom. Administrador não-executivo da Optimus e WeDo. Consultor do conselho de administração e da comissão executiva da Sonaecom; trabalhou na banca de investimentos, cobrindo a Europa do Sul, nas áreas de fusões e aquisições, consultoria geral, mercados de capital próprio e financiamento da dívida; director do Grupo Europeu de Telecomunicações do Credit Suisse First Boston; Director da BZW; e trabalhou na Schrodgers nas áreas da banca e finanças empresariais.

Habilitações literárias:

Licenciatura com distinção em estudos empresariais e finanças, no Reino Unido.

Consultor do conselho de administração:

António Lobo Xavier:

Gestor de topo da Sonaecom com o pelouro legal; responsável pela regulação, planeamento fiscal e relações públicas. É membro do conselho de administração e de Comités de diversas instituições públicas e privadas.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito e Mestrado em Ciências Económico-Jurídicas pela Universidade de Coimbra.

O conselho de administração da Sonaecom criou dois comités, o comité de auditoria e finanças e o comité de nomeação e remuneração, de forma a melhorar a eficácia operacional do conselho de administração e ir ao encontro das melhoras práticas de governo da sociedade.

Comités do conselho de administração:

Comité de auditoria e finanças:

Richard O'Toole (independente).
Jean François Pontal (independente).
David Bain.

Comité de nomeação e remuneração:

Belmiro de Azevedo.
António Borges (independente).
Jean François Pontal (independente).
Paulo Azevedo.

3.2.1 — O conselho de administração:

De acordo com os estatutos da sociedade, o conselho de administração da Sonaecom deve integrar um número ímpar de membros — que podem ser três, cinco, sete ou nove membros — eleitos em assembleia geral de accionistas. O mandato do conselho de administração é de quatro anos e contempla a possibilidade de reeleição dos seus membros. O actual mandato engloba o período compreendido entre 2004 e 2007. O conselho de administração é responsável pela eleição do seu presidente. O conselho de administração da Sonaecom actualmente em funções é constituído por nove membros, incluindo quatro administradores executivos e cinco administradores não-executivos, dos quais três são administradores independentes (tal como previamente referido nesta secção).

O conselho de administração reúne, no mínimo, quatro vezes por ano, tal como disposto nos estatutos da sociedade. Em 2004, realizaram-se cinco reuniões do conselho de administração sendo que uma destas reuniões foi dedicada exclusivamente à análise do desenvolvimento estratégico da Sonaecom. O *quorum* necessário à realização de qual-

quer reunião do conselho de administração considera-se devidamente constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada. As deliberações do conselho de administração são aprovadas por maioria de votos.

Em 2004, o Comité de Nomeação e Remuneração (CNR) procedeu a uma avaliação interna e global das funções e desempenho do conselho de administração.

Durante o ano de 2005, está previsto iniciar-se um processo de avaliação mais formal e completo que deverá contar com a ajuda de um consultor externo especializado neste tipo de avaliação e que deverá incluir a avaliação individual dos membros do conselho de administração.

3.2.2 — A Comissão executiva:

Os estatutos da Sonaecom permitem que o conselho de administração confira delegação de poderes numa comissão executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades e nos termos considerados apropriados. A comissão executiva deve integrar membros do conselho de administração especialmente seleccionados para este propósito. Segundo a delegação de poderes aprovada em conselho de administração, é necessário que todas as decisões da comissão executiva sejam aprovadas por unanimidade.

A comissão executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da sociedade com expressa exclusão dos seguintes temas:

- a) Eleição do presidente do conselho de administração;
- b) Cooptação de administradores;
- c) Convocações de assembleias gerais;
- d) Aprovação do relatório e contas anuais;
- e) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 500 000 euros;
- f) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- g) Deliberação sobre projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projectos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- h) Aprovação do Business Plan e do orçamento anual da sociedade;
- i) Deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de prémio de desempenho diferidos e fixação de remuneração variável aplicável a quadros de topo (acima do nível XIV) em áreas que não sejam da competência da assembleia geral ou da comissão de vencimentos;
- j) Definição ou alteração de políticas contabilísticas sempre que a sociedade em causa esteja integrada no perímetro de consolidação do Grupo;
- k) Aprovação de contas trimestrais e semestrais;
- l) Compra e venda, realização de operações de leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em activos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de 1 000 000 de euros, por cada transacção, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do Business Plan aprovados em conselho de administração;
- m) Subscrição ou compra de acções em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5 000 000 de euros, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do Business Plan aprovados em conselho de administração;
- n) Investimento em novas sociedades, bem como investimento em outros activos fixos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1 000 000 de euros excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do Business Plan aprovados em conselho de administração;
- o) Outros investimentos se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1 000 000 de euros, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do Business Plan aprovados em conselho de administração;
- p) Desinvestimentos ou alienação de activos desde que resulte da referida transacção um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afecte os postos de trabalho de mais de 100 trabalhadores, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do Business Plan aprovados em conselho de administração.

Por forma a garantir total transparência e rigor, todas as deliberações da comissão executiva são extraídas, de forma sistemática, das respectivas actas das reuniões da comissão executiva e enviadas, por escrito, para o conselho de administração da Sonaecom.

A comissão executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês. O CEO do Grupo é o presidente da comissão executiva. Em 2004, realizaram-se 21 reuniões da comissão executiva da Sonaecom.

3.2.3 — O Comité de auditoria e finanças:

Comité de auditoria e finanças:

Richard O'Toole (presidente, independente).
Jean François Pontal (independente).
David Bain.

O comité de auditoria e finanças da Sonaecom (CAF) é constituído por três membros que integram o conselho de administração e que são eleitos pelo próprio conselho de administração. O CAF reúne, no mínimo, cinco vezes por ano. Em 2004, efectuaram-se cinco reuniões deste comité. O CAF é responsável pelo controlo e monitorização dos processos de divulgação de resultados financeiros e respectivas normas contabilistas, pela avaliação, em nome do conselho de administração, do risco associado à execução das actividades da empresa e pelo cumprimento das recomendações de governo das sociedades. O CAF reúne, ainda, com o auditor externo da sociedade e com a equipa de auditoria interna da Sonaecom. O comité é composto por três administradores não-executivos e é presidido por um administrador não-executivo independente.

3.2.4 — O Comité de nomeação e remuneração:

Comité de nomeação e remuneração:

Belmiro de Azevedo (presidente).
António Borges (independente).
Jean François Pontal (independente).
Paulo Azevedo.

O comité de nomeação e remuneração da Sonaecom (CNR) é constituído por quatro membros: o presidente do conselho de administração da Sonaecom, o CEO e dois administradores não-executivos independentes.

O CNR reúne, no mínimo, uma vez por ano.

Em 2004, fizeram-se duas reuniões do CNR. O comité é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de administrador ou a outros cargos de topo dentro do Grupo Sonaecom.

É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outros benefícios, em nome do conselho de administração.

O CNR reporta hierarquicamente ao conselho de administração e trabalha em coordenação com a comissão de vencimentos da Sonaecom.

O CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação enviada.

3.3 — Exercício do direito de voto e representação accionista:

Mesa da assembleia geral de accionistas:

Luzia Gomes Ferreira (presidente).
João Mendonça (vice-presidente).
Filipa Carvalho (secretária).

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário e é eleita pelos accionistas para integrar um mandato de quatro anos.

A assembleia geral de accionistas é convocada e dirigida pelo presidente ou, na sua ausência, pelo vice-presidente.

Nos termos do artigo 20.º dos estatutos, a assembleia geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituíam que, até oito dias antes da realização da assembleia as tenham:

- Averbado em seu nome nos registos da sociedade, sendo nominativas;
- Registado em seu nome nos livros da sociedade ou depositados em instituição de crédito, sendo ao portador;
- Inscrito em conta de valores mobiliários escriturais, se revestirem essa natureza.

O depósito junto de intermediário financeiro e a inscrição referida na alínea c) do parágrafo anterior têm de ser comprovados por carta emitida pela respectiva instituição, que dê entrada na sociedade pelo menos oito dias antes da data da realização da assembleia geral.

A cada grupo de 500 acções corresponde um voto tendo os accionistas direito a tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por 500 do número de acções que possuam.

Os estatutos da Sonaecom contemplam a possibilidade de os accionistas votarem por correspondência no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais. Os votos por correspondência, inseridos nos respectivos boletins de voto, serão considerados quando recebidos na sede da sociedade por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia.

O presidente da mesa é responsável pela verificação da autenticidade e salvaguarda da confidencialidade do voto.

O regime de representação de accionistas também se encontra assegurado nos estatutos da Sonaecom na medida em que os accionistas que sejam pessoas singulares se podem fazer representar por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral que indique o nome, domicílio do representante e data da assembleia. Já os accionistas que sejam pessoas colectivas deverão fazer-se representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta, cuja autenticidade será apreciada pelo presidente da mesa.

Filipa Santos Carvalho é a secretária da sociedade e Vera Lopes Pereira a Secretária substituta. David Bain é o administrador representante da empresa junto da Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CMVM).

3.3.1 — Limitações aos direitos de voto:

Todos os accionistas têm o mesmo direito de voto.

O conselho de administração não tem conhecimento de direitos especiais ou acordos parassociais que envolvam accionistas da sociedade.

A sociedade não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de ofertas públicas de aquisição.

Todos os elementos relativos à preparação da assembleia geral, incluindo a própria convocatória, bem como todas as regras referentes à participação dos accionistas estão disponíveis no site da sociedade, www.sonaecom.pt.

3.4 — Comissão de vencimentos

A assembleia geral de accionistas nomeou uma comissão de vencimentos que é responsável pela aprovação das remunerações e outros benefícios dos membros do conselho de administração e outros membros dos órgãos sociais da empresa.

Esta comissão reúne, pelo menos, uma vez por ano e é constituída pelos seguintes accionistas: Sonae — SGPS, Sonae Investments BV e Efanor Investimentos — SGPS.

3.5 — Gestão de risco

A Sonaecom entende a gestão de risco como um dos pilares do governo das sociedades. Por isso, a gestão de risco está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os seus gestores e colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco visa auxiliar a gestão a identificar, avaliar e a gerir os riscos que afectam os negócios da Sonaecom, antecipando factores que possam comprometer os objectivos de negócio e dinamizando a implementação de acções para os gerir.

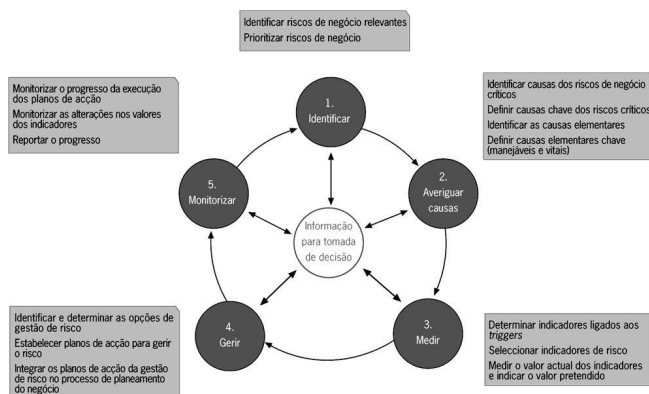
A Sonaecom foca-se nos riscos estratégicos, que são os riscos de alto impacto e probabilidade, que podem dificultar a prossecução dos objectivos e a criação de valor na empresa.

A abordagem seguida na gestão dos riscos estratégicos permite alinhar o ciclo de gestão de risco com o ciclo de planeamento estratégico das empresas da Sonaecom, e está estruturada nas seguintes fases:

- Priorizar os riscos críticos.
- Averiguar as suas causas.
- Medir a exposição ao risco.
- Implementar acções para colocar o risco nos níveis pretendidos.
- Monitorizar os níveis de risco e as acções.

A Optimus e o Público foram as empresas que completaram o ciclo de gestão de risco. Os resultados obtidos permitirão implementar esta

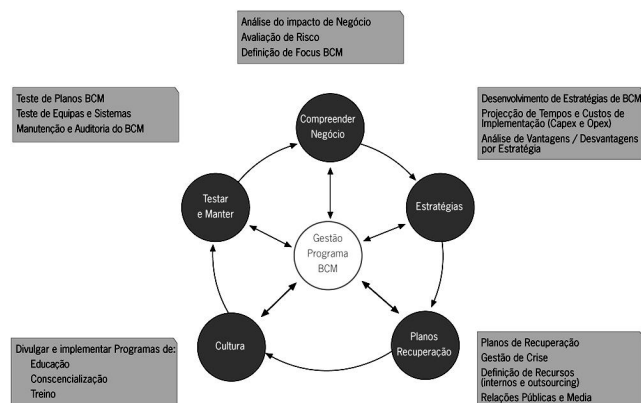
abordagem com segurança, durante 2005, em todos os negócios com mais relevância no *portfolio* à Sonaecom.



São alvo de atenção especial os riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas, que apesar de não terem alta probabilidade de ocorrência, possuem um impacto potencial elevado.

Destaca-se a implementação do projecto de continuidade de negócio, cujo objectivo é diminuir o risco de interrupção de negócio, com origem em situações de catástrofe ou falhas técnico-operacionais. Este projecto desenvolve-se em cinco fases:

- Compreender o negócio.
- Desenvolver estratégias de recuperação.
- Desenvolver e implementar planos de recuperação.
- Divulgar e implementar a cultura de Business Continuity Management.
- Testar, manter e auditar os planos de recuperação (transição do projecto para o processo).



Em 2005, a Optimus vai implementar a terceira fase do projecto de continuidade de negócio. A Novis e o Clix estão ainda na fase inicial do projecto e a implementação da primeira fase — conhecimento do negócio — está prevista para 2005.

Paralelamente ao projecto de continuidade de negócio, a Sonaecom efectua de forma recorrente diagnósticos e testes à segurança física das suas instalações críticas, nomeadamente centrais, *data centres* e *call centres*, de forma a obter uma melhor percepção dos riscos a que as mesmas estão expostas e a implementar medidas correctivas.

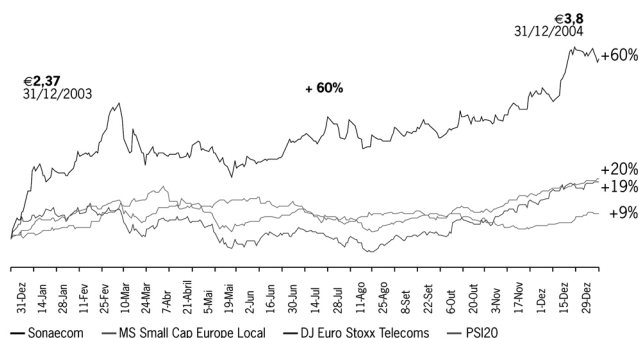
A auditoria interna comunica trimestralmente ao comité de auditoria e finanças da Sonaecom os resultados e as conclusões relevantes das auditorias efectuadas. No âmbito desta comunicação, é dado especial enfoque à gestão de risco e continuidade de negócio.

3.6 — A Sonaecom e o mercado de capitais

3.6.1 — Performance do título Sonaecom no ano de 2004

A cotação da Sonaecom valorizou 60% durante o ano, tendo fechado a 31 Dezembro 2004 a 3,8 euros e com uma capitalização bolsista de 860 milhões de euros. Com esta *performance*, a cotação da Sonaecom valorizou mais 51% que o principal índice nacional de acções (PSI20), mais 40% que o índice Europeu Morgan Stanley para *small caps* e mais 41% que o principal índice de acções de telecomunicações (DJ Eurostoxx Telco).

Performance relativa da Sonaecom em 2004



O volume médio diário de transacções da Sonaecom em 2004 foi de 344 000 acções o que representa cerca de 1% do capital disperso em bolsa (cerca de 17,54% do capital social). A boa *performance* bolsista da Sonaecom deriva dos seus bons resultados económico-financeiros e da melhoria continuada da sua estrutura de capital, os quais, em muitos casos, excederam as expectativas do mercado. A cotação da Sonaecom beneficiou igualmente da melhoria do sentimento do mercado para com acções de empresas de telecomunicações.

Ao longo de 2004, a Sonaecom participou em várias conferências para investidores e organizou deslocações da gestão para contactar directamente com investidores, quer em Portugal, quer no estrangeiro:

Fevereiro: *road-show* em Paris.

Março: *road-show* em Lisboa/Londres/Nova Iorque/Boston.

Maio: *road-show* em Londres.

Junho: Iberian Small & Mid Caps Conference, Lisboa.

X SCH Seminário de Telecomunicações, Marbelha.

Setembro: Conferência Euronext NextEconomy, Paris.

Novembro: *road-show* em Frankfurt/Londres/Edimburgo.

Dezembro: *road-show* em Madrid.

3.6.2 — Departamento de relações com investidores:

A Sonaecom tem um departamento de relações com investidores (DRI) que faz a interligação da empresa com os accionistas, investidores e as autoridades do mercado, em particular com a entidade reguladora do mercado de capitais, a CMVM.

Todos os trimestres, o DRI é responsável por coordenar a preparação de um documento de divulgação de resultados ao mercado e por providenciar a preparação, sempre que necessário, de documentos relativos à comunicação e esclarecimento de factos relevantes ou quaisquer outros acontecimentos que possam influenciar a cotação das acções da Sonaecom. O DRI está também disponível para responder a todas as questões colocadas pelos intervenientes do mercado.

Como parte do compromisso assumido com os accionistas, a Sonaecom está disponível para reunir com os investidores, seja na forma de *road-shows* organizados pela empresa ou de sessões individuais a pedido dos interessados.

O departamento de relações com investidores da Sonaecom pode ser contactado por correio electrónico, através do endereço investor.relations@sonae.com ou pelo telefone +351 93 100 2270. O director do departamento de relações com investidores é Maria João Carrapato.

Por outro lado, a Sonaecom tem um sítio institucional na Internet (www.sonaecom.pt) onde é publicada toda a informação pública relevante da empresa como seja a informação sobre divulgação de resultados, comunicados, relatórios e contas, comunicados à imprensa e outros itens de carácter geral.

O representante para as relações com o mercado é David Bain, que pode ser contactado através do departamento de relações com investidores ou directamente através do endereço electrónico david-bain@sonae.com.

3.7 — Dever de informação

3.7.1 — Política de remuneração e outros benefícios:

A política de remuneração do Grupo Sonaecom tem duas componentes: remuneração fixa, na forma de um salário anual, pago 14 vezes por ano; e prémio de desempenho, pago no primeiro trimestre do ano seguinte. Adicionalmente, pode ser atribuída, discrecionariamente, uma terceira componente a 31 de Março do ano seguinte, sob a forma de benefícios diferidos no âmbito dos planos de prémio de desem-

penho diferidos (PPDD da Sonaecom ou PPDD). O PPDD da Sonaecom é descrito em detalhe na secção seguinte deste relatório.

Aos colaboradores do Grupo são atribuídos níveis de função internos de acordo com o modelo de Hay, um modelo internacional de classificação de funções empresariais, e são utilizados para a definição da política de remuneração e outros benefícios, na medida em que facilitam as comparações de mercado, bem como auxiliam na promoção e na manutenção da igualdade de tratamento interno dos colaboradores.

O salário anual é definido em função do nível de responsabilidade individual de cada um.

Os salários base são revistos anualmente e os aumentos reflectem o incremento de responsabilidade e, a um menor nível, os ajustamentos anuais da inflação.

O prémio de desempenho visa retribuir o cumprimento de determinados objectivos previamente fixados, associados a indicadores chave de negócio (*key performance indicators*), quer da empresa, quer pessoais.

O valor objectivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração base fixa, que varia entre 50% e 80%, de acordo com o nível de função. Deste montante, 70% é determinado pelos KPIs de negócio, isto é indicadores objectivos, tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, a *performance* das acções da empresa em bolsa, a *performance* de cada negócio do grupo, assim como a *performance* do grupo em geral. Os restantes 30% são determinados pelos KPIs pessoais, incluindo quer indicadores objectivos quer indicadores subjectivos. Os valores reais pagos são baseados na *performance* real e pode atingir um valor entre 0% e 120% do valor objectivo.

3.7.2 — Planos de prémio de desempenho diferidos da Sonaecom ou (PPDD):

Para além da remuneração fixa e do prémio de desempenho, aos colaboradores de nível igual ou superior a nove é também atribuído um prémio de desempenho diferido. Trata-se de um plano de benefícios diferidos, atribuídos de forma discricionária e baseados no valor das acções da empresa, diferidos por um período de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento.

A decisão da atribuição dos PPDD, em cada ano, cabe ao CNR em nome do conselho de administração. Os valores atribuídos resultam do valor do prémio de desempenho real para o mesmo ano a que este se refere.

De acordo com o que foi referido na secção anterior, o PPDD corresponde à terceira componente da política de remuneração e outros benefícios da Sonaecom.

Estes planos funcionam como meio de fidelização dos colaboradores, procurando aumentar a noção dos colaboradores sobre a sua importância na obtenção dos resultados da empresa, reflectida através da cotação da empresa em bolsa.

Até Março de 2004, os participantes podiam optar entre opções (plano de opções Sonaecom) ou acções (plano de acções Sonaecom). A partir de Março de 2004 (plano 2003, relativo à *performance* de 2003), os participantes apenas podem receber acções.

Todos os colaboradores de nível igual ou superior a 9 (os níveis de função internos da Sonaecom são atribuídos de acordo com o modelo

de Hay, um modelo internacional de classificação de funções empresariais.

A Sonaecom definiu internamente que os gestores com níveis de função iguais ou superiores a 14 deverão ser considerados gestores de topo e que os gestores com níveis de função iguais ou superiores a 15 poderão ser membros de comissões executivas) participam nos PPDD da Sonaecom, desde que a entrada no Grupo ocorra até 31 de Dezembro do ano anterior (os PPDD são atribuídos em Março de cada ano, em relação à *performance* do ano anterior).

O valor do prémio atribuído é calculado aplicando as percentagens seguintes ao prémio de desempenho, de acordo com o nível de função do colaborador (ver nota):

Nível 9 — > 60%;
Nível 10 e 11 — > 70%;
Nível 12 — > 80%;
Nível 13 e 14 — > 90%;
Nível 15 e superior — >100%.

Para os colaboradores com nível de função igual ou superior a 16, o PPDD da Sonaecom inclui também uma parte relacionada com as acções da Sonae — SGPS (planos de acções da Sonae), montante que pode representar até 40% do valor total atribuído em cada ano, percentagem esta dependente do nível de função do colaborador. No caso dos planos de acções da Sonae, o CNR pode optar, na data de vencimento, pelo pagamento em dinheiro em substituição dos objectivos de cada uma das empresas, em particular. As empresas do Grupo Sonaecom têm claramente beneficiado desta associação com o Grupo Sonae através do estabelecimento de acordos de parceria e da utilização do talento dos gestores de topo, em particular na fase inicial de desenvolvimento da Sonaecom.

Em Junho de 2000, na data do IPO, a Sonaecom implementou o primeiro plano (plano IPO), apenas baseado em opções, ao preço de 10 euros por acção. Este plano foi extinto em 2003.

Desde então, foram criados quatro planos, desde 31 de Março de 2001 (plano 2000) Março de 2004 (plano 2003).

O valor intrínseco do plano de opções é calculado tendo por base um modelo Black-Scholes para cálculo do valor de uma opção. O número de opções a ser atribuído é calculado através da divisão do valor do plano de prémio de desempenho diferido atribuído pelo valor da opção. Os planos de opções poderão ser exercidos a partir da data de vencimento, ou seja, após três anos da sua atribuição e ao longo de um período de 12 meses. O preço de exercício corresponde à cotação média no mês anterior à atribuição dos planos de opções.

Para os planos baseados em acções, o número de acções a atribuir é calculado através da divisão do valor das acções a atribuir pela cotação média no mês anterior à sua atribuição. As acções vencidas são transferidas para os beneficiários na data do terceiro aniversário da sua atribuição, a custo zero ou, no caso dos planos de acções da Sonae, pode ser pago o montante equivalente em dinheiro.

Os PPDD de acções da Sonaecom, em aberto no ano de 2004, resume-se como se segue:

	Cotação na data de atribuição <i>(a)</i>	Período de diferimento		Período de exercício		31 de Dezembro de 2004	
		Data de atribuição	Data de vencimento	De	Até	Número agregado de particip.	Número de opções/ acções
Opções Sonaecom:							
Plano 2000	6,265	31-3-2001	31-3-2004	1-4-2004	31-3-2005	25	65 940
Plano 2001	3,014	31-3-2002	31-3-2005	1-4-2005	31-3-2006	87	595 090
Plano 2002	1,694	31-3-2003	31-3-2006	1-4-2007	31-3-2007	122	2 018 339
Plano 2003	—	—	—	—	—	—	—
Acções Sonaecom:							
Plano 2000	6,265	31-3-2001	31-3-2004	—	—	—	—
Plano 2001	3,014	31-3-2002	31-3-2005	—	—	243	823 307
Plano 2002	1,694	31-3-2003	31-3-2006	—	—	226	1 345 895
Plano 2003	3,190	31-3-2004	31-3-2007	—	—	387	1 287 059

(a) Cotação média do mês anterior à data de atribuição.

O número de acções e opções da Sonaecom atribuídas, ainda diferidas, vencidas, canceladas ou extintas e exercíveis, dos PPDD da Sonaecom, no ano findo em 31 de Dezembro de 2004, é, descrito na seguinte tabela:

	Opções Sonaecom Acções		Sonaecom		Total
	Número agregado de particip.	Número de opções	Número agregado de particip.	Número de acções	Acções correspondentes
Saldo em 31 de Dezembro de 2003:					
Exercíveis	—	—	—	—	—
Ainda diferidas	259	2 931 393	713	2 624 575	5 555 968
Em aberto	259	2 931 393	713	2 624 575	5 555 968
Movimentos no ano:					
Atribuídas	—	—	406	1 325 763	1 325 763
Vencidas	(25)	(65 940)	(182)	(293 177)	(293 177)
Exercíveis	25	65 940	—	—	—
Canceladas/extintas	(25)	(252 024)	(81)	(200 900)	(518 864)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004:					
Exercíveis	25	65 940	—	—	65 940
Ainda diferidas	209	2 613 429	856	3 456 261	6 069 690
Em aberto	234	2 679 369	856	3 456 261	6 135 630

O plano de acções da Sonae SGPS é semelhante ao plano de acções da Sonaecom, com excepção de que, na data de vencimento, a atribuição de acções é geralmente substituída pelo pagamento do montante equivalente em dinheiro. Até à data foram atribuídos quatro planos, desde Março de 2001 (Plano 2000) até 31 de Março de 2004 (Plano 2003).

Os planos de acções da Sonae — SGPS em aberto durante o ano de 2004 podem ser resumidos como se segue:

	Cotação na data de atribuição	Período de diferimento		31 de Dezembro de 2004	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de particip.	Número de acções
Acções Sonae — SGPS:					
Plano 2000	1,12	31-3-2001	31-3-2004	—	—
Plano 2001	0,92	31-3-2002	31-3-2005	11	219 847
Plano 2002	0,36	31-3-2003	31-3-2006	11	570 281
Plano 2003	0,93	31-3-2004	31-3-2007	12	255 444

O número de acções da Sonae — SGPS, no âmbito do PPDD, atribuídas, ainda diferidas, vencidas e canceladas ou extintas, em 2004, são como se segue:

	Acções Sonae — SGPS	
	Número agregado de particip.	Número de acções
Saldo em 31 de Dezembro de 2003:		
Ainda diferidas	28	899 660
Movimentos no ano:		
Atribuídas	12	255 444
Vencidas	(6)	(109 532)
Canceladas/extintas	—	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2004:		
Ainda diferidas	34	1 045 572

A Sonaecom assinou acordos para cobrir o risco de execução e de variação de preço dos planos de opções e acções. Por sua vez, a Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias que espelham as condições do contrato principal, através dos quais passa as responsabilidades correspondentes para cada subsidiária.

Mediante este acordo, a responsabilidade total da Sonaecom nestes planos, passa a estar limitada a um preço máximo por acção de 2,25 euros (mais juros sobre os pagamentos diferidos), para os planos de 2001, 2002 e 2003 e de 3,14 (mais juros sobre os pagamentos diferidos), para o plano de 2004 da Sonaecom, o que gera uma responsabilidade total máxima de 11 977 529 euros, a qual é contabilizada nas rubricas de outros passivos correntes e outros passivos não correntes.

Os custos dos planos de opções e de acções são contabilizados ao longo dos seus respectivos períodos de diferimento. A 31 de Dezembro de 2004, foram já registados 7 milhões de euros em custos (3,9 milhões de euros em custos de 2004 e 3,1 milhões de euros em anos anteriores, incluindo 0,7 milhões de euros relacionados com o PPDD vencido em 2004) e os restantes 5,6 milhões de euros encontravam-se registados como custos diferidos.

3.7.3 — Política de remuneração dos administradores e outros beneficiários:

O Comité de Nomeação e de Remuneração (CNR) da Sonaecom é responsável pela identificação dos candidatos aos cargos de administrador e por supervisionar a preparação das propostas de remuneração e outros benefícios dos membros do conselho de administração (incluindo administradores executivos e não-executivos). A composição e funções do CNR é descrita na secção 3.2.4 acima. As propostas de remuneração e outros benefícios dos administradores executivos (excluindo o CEO) são baseadas na proposta do CEO do Grupo e preparadas com base em: (i) comparações de mercado; (ii) comparações efectuadas dentro do leque de empresas do grupo Sonae; e (iii) avaliação individual de cada administrador. A remuneração e outros benefícios propostos para o CEO, bem como a remuneração fixa proposta para os administradores não-executivos são baseados na proposta efectuada pelo presidente do conselho de administração utilizando a mesma metodologia.

Formalmente, o conselho de administração é responsável pela política de remuneração e outros benefícios e pelos montantes atribuídos aos membros do órgão de administração, delegando no CNR a responsabilidade primária dessa política, assim como tem a responsabilidade de ligação com a comissão de vencimentos (v. ponto 3.4 acima), a qual tem a responsabilidade de aprovar as propostas finais da remuneração e outros benefícios dos membros do conselho de administração, em nome dos accionistas.

A política de remunerações dos membros dos órgãos de administração do Grupo tem como objectivo remunerar de forma justa e

eficiente e, simultaneamente, de forma competitiva, tendo em atenção a performance individual de cada membro, quer no âmbito de cada empresa subsidiária, quer no Grupo como um todo.

Os administradores executivos são remunerados de acordo com a política de remuneração do Grupo, aplicada a todos os colaboradores de nível de função igual ou superior a 9, tal como descrito nas secções 3.7.1 e 3.7.2 acima.

Os administradores executivos recebem, para além da remuneração fixa e do prémio de desempenho, o prémio de desempenho diferido, no âmbito dos planos de prémio de desempenho diferidos da Sonaecom (PPDD).

Em relação aos administradores não-executivos, a remuneração de base pressupõe um compromisso de tempo anual, no sentido de preparar e estar presente em pelo menos cinco reuniões do conselho de

administração, em cada ano. Adicionalmente, os membros dos comités do conselho de administração beneficiam de um acréscimo à sua remuneração base de 10%. No caso do presidente do comité de auditoria e finanças e do comité de nomeação e de remuneração, a remuneração base é ainda acrescida em 5%. Estes acréscimos reflectem o compromisso adicional em termos de tempo e incremento ao nível da responsabilidade envolvida. Os administradores não-executivos não recebem prémio de desempenho nem outros benefícios.

3.7.3.1 — Remuneração dos administradores e outros benefícios:

Em 2004, a remuneração dos administradores, incluindo a remuneração fixa e o prémio de desempenho (calculadas numa base de acréscimo) são as seguintes:

Valor	Remuneração fixa	Prémio de desempenho	Total
Desagregação individual:			
Presidente (não executivo)	50 000	—	50 000
CEO (executivo)	324 285	264 450	588 735
Média dos restantes três administradores executivos	205 231	128 043	333 274
Média dos restantes quatro administradores não executivos	34 141	—	34 141
Agregado:			
Administradores executivos (4)	939 978	648 579	1 588 557
Administradores não executivos (5)	186 563	—	186 563
	1 126 541	648 579	1 775 120

Os administradores não-executivos não recebem prémio de desempenho.

O prémio de desempenho dos administradores executivos, na tabela acima, representa a melhor estimativa, em 31 de Dezembro de 2004, do prémio de desempenho, relativo ao ano de 2004.

O valor final será calculado e atribuído em Março de 2005, após a avaliação de desempenho e a aprovação pelo CNR, em nome do conselho de administração e pela comissão de vencimentos, em nome dos accionistas.

Para além dos valores referidos na tabela anterior, os administradores executivos auferem outros benefícios de acordo com os planos

de prémio de desempenho diferidos, tal como explicado na secção 3.7.3.2 seguinte.

3.7.3.2 — Participação dos administradores da Sonaecom nos planos de prémio de desempenho diferidos (PPDD):

Os administradores não-executivos não participam no plano de prémio de desempenho diferido. O número das acções e opções atribuídas aos administradores executivos, de acordo com os planos de prémio de desempenho diferidos vencidos, exercidos ou ainda diferidos, em 31 de Dezembro de 2004, resumem-se no quadro seguinte:

	Exercidas (a)	Diferidas			Total
	Plano 2000	Plano 2001	Plano 2002	Plano 2003	
Data de atribuição	31-3-2001	31-3-2002	31-3-2003	31-3-2004	
Início do período de exercício	31-3-2004	31-3-2005	31-3-2006	31-3-2007	
Cotação Sonaecom:					
Na data de atribuição (a)	6,265	3,014	1,694	3,190	—
Na data de exercício	3,05	—	—	—	—
Em 31 de Dezembro de 2004	—	3,80	3,80	3,80	—
Opções Sonaecom:					
Preço de exercício (a)	6,265	3,014	1,694	—	—
Valor na data de atribuição	2,192	1,273	0,601	—	—
Valor a 31 de Dezembro de 2004	—	0,931	2,272	—	—
Cotação Sonae — SGPS:					
Na data de atribuição	1,12	0,92	0,36	0,93	—
Na data de exercício	0,93	—	—	—	—
Em 31 de Dezembro de 2004	—	1,07	1,07	1,07	—
CEO (executivo):					
Número de acções Sonaecom	14 092	36 828	71 547	44 577	152 952
Número de opções Sonaecom	—	—	—	—	—
Número de acções Sonae — SGPS	52 552	80 435	224 444	101 935	406 814
Valor na data de atribuição	147 145	185 000	202 001	237 000	624 000
Valor na data de exercício	91 854	—	—	—	—
Valor em 31 de Dezembro de 2004	—	226 012	512 034	278 463	1 016 509

	Exercidas (a)	Diferidas			Total
	Plano 2000	Plano 2001	Plano 2002	Plano 2003	
Média dos restantes administradores executivos:					
Número dos restantes administradores executivos	2	2	2	3	—
Número de acções Sonaecom	9 001	21 588	22 893	22 733	90 105
Número de opções Sonaecom	—	—	53 009	—	106 018
Número de acções Sonae — SGPS	21 578	30 310	84 125	28 473	142 907
Valor na data de atribuição	80 555	92 950	100 950	98 997	292 896
Valor na data de exercício	47 519	—	—	—	—
Valor em 31 de Dezembro de 2004	—	114 464	297 416	116 850	528 730
Total dos restantes administradores executivos:					
Número de acções Sonaecom	18 001	43 175	45785	68 198	157 158
Número de opções Sonaecom	—	—	106 018	—	106,018
Número de acções Sonae — SGPS	43 155	60 620	168 250	85 418	314 288
Valor na data de atribuição	161 113	185 900	201 899	296 990	684 790
Valor na data de exercício	95 037	—	—	—	—
Valor em 31 de Dezembro de 2004	—	228 928	594 832	350 550	1 174 310
Total:					
Número de acções Sonaecom	32 093	80 003	117 332	112 775	310 110
Número de opções Sonaecom	—	—	106 018	—	106 018
Numero de acções Sonae — SGPS	95 707	141 054	392 694	187 353	721 102
Valor na data de atribuição	308 257	370 900	403 900	533 991	1 308 791
Valor na data de exercício	186 891	—	—	—	—
Valor em 31 de Dezembro de 2004	—	454 940	1 106 866	629 013	2 190 818

(a) Vencidas em 31 de Março de 2004. No caso das acções da Sonae — SGPS, foi pago, em dinheiro, o valor equivalente, em substituição da transferência das acções a custo zero.

(b) Cotação média do mês anterior à data de atribuição.

Os planos de prémio de desempenho diferidos são contabilizados durante o período de três anos, desde a sua atribuição até à data de início de exercício das opções ou entrega das acções. Quando as responsabilidades não são cobertas, a responsabilidade já reconhecida é ajustada, mensalmente, para o valor de mercado das acções e das opções (neste caso, tendo em conta a volatilidade, maturidade, taxa de juro e cotação das acções).

Os encargos relativos aos PPDD, relativos aos administradores executivos, reconhecidos ano, são como se segue:

Plano	Período de diferimento	Valor		Valor do encargo anual						
		Na data de atribuição	A 31 de Dez. de 2004 (a)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
2000	2001-2004	308 257	161 667	40 417	53 889	53 889	13 472	—	—	—
2001	2002-2005	370 900	299 619	—	74 904	99 873	99 873	24 968	—	—
2002	2003-2006	403 900	699 097	—	—	174 774	233 032	233 032	58 258	—
2003	2004-2007	533 991	521 649	—	—	—	130 412	173 883	173 883	43 471
		1 617 048	1 682 031	40 417	128 793	328 535	476 789	431 883	232 141	43 471

(a) Valor da responsabilidade, actualizada a preços de mercado (utilizado o modelo Black Scholes para valorização das opções), após as operações de *hedging*, excepto para o plano 2000, vencido em 31 de Março de 2004 e valorizado a essa data, após as operações de *hedging*.

3.7.3.3 — Cumprimento com as recomendações da CMVM e da União Europeia:

O Grupo Sonaecom tem procurado orientar a sua política de remunerações no sentido de se aproximar, cada vez mais, das disposições internacionais e melhores práticas em termos de governo das sociedades. No que diz respeito à CMVM, a Sonaecom cumpre com todas as recomendações de governo das sociedades à excepção da recomendação IV-8 em que se recomenda que a remuneração de todos os membros do conselho de administração seja divulgada numa base individual. A Sonaecom forneceu informação agregada sobre a remuneração fixa e variável do seu conselho de administração, bem como informação extensa sobre a participação do conselho de administração no plano de remuneração diferida da Sonaecom. A Sonaecom não publicou a remuneração dos membros do conselho de administração numa base individual, uma vez que tal ainda não é prática corrente em Portugal, nem se trata de um requisito legal segundo o direito das sociedades.

Em consonância com a política de divulgação no nosso relatório e contas de 2003, o conselho de administração decidiu continuar a publicar a remuneração dos administradores, bem como outras compensações, da seguinte forma: presidente (não-executivo), CEO (executivo), média dos restantes três administradores executivos, média

dos restantes quatro administradores não-executivos, e agregada para os administradores executivos apenas e para os administradores não-executivos apenas (ver secção 3.7.3.1). Esta decisão do conselho de administração baseia-se no facto de que os montantes individuais dos administradores não são geralmente revelados pelas outras empresas portuguesas cotadas, incluindo os concorrentes directos da Sonaecom. O conselho de administração acredita que a divulgação efectuada é adequada para avaliar separadamente a remuneração das quatro principais componentes do conselho de administração: presidente, CEO, comissão executiva e administradores não-executivos.

A divulgação da política de remunerações dos administradores neste capítulo também está de acordo com as principais recomendações da União Europeia publicadas em 2004 relativamente a esta matéria excepto, (i) quanto ao valor de remuneração individual de cada administrador e (ii) quanto à inclusão na agenda da assembleia geral anual de accionistas de um ponto específico relativo a política de remunerações ou alterações significativas à mesma.

3.7.4 — Procedimentos para venda de acções e respectivas regras de notificação:

Em Outubro de 2004, o conselho de administração da Sonaecom aprovou um conjunto de normas que regulam a venda de acções por

parte de administradores da Sonaecom e de outros colaboradores considerados relevantes. O leque de cobertura definido, incluindo o âmbito do significado de administradores e colaboradores relevantes, é o seguinte:

Membros do conselho de administração da Sonaecom — SGPS;
Membros do conselho de administração de outras empresas do Grupo Sonaecom;

Colaboradores do Grupo Sonaecom com acesso a áreas de informações de mercado sensíveis (IMS) onde se incluem: planeamento e controlo de gestão, tesouraria e financiamento, relações com investidores e contabilidade.

Estes procedimentos aplicam-se também a colaboradores que de alguma forma se relacionem com administradores e colaboradores relevantes.

Os procedimentos abaixo descritos foram criados com base na prática corrente das empresas cotadas no Reino Unido, tal como disposto no Capítulo 16 — Administradores das recomendações para sociedades cotadas publicadas pela autoridade de mercado do Reino Unido, à excepção das regras de notificação, que estão de acordo com as recomendações da CMVM actualmente em vigor em Portugal.

Os administradores e colaboradores relevantes da Sonaecom não devem fazer transacções de curto-prazo;

Os administradores e colaboradores relevantes da Sonaecom devem sempre obter autorização formal (por escrito) de um administrador devidamente designado antes de efectuarem qualquer transacção de acções da Sonaecom — SGPS (Sonaecom);

As transacções de acções da Sonaecom estão proibidas se ocorrerem nas seguintes circunstâncias:

Em período de fecho de contas, ou seja, o período anterior (mas não posterior) à divulgação de resultados, definido como um período de dois meses para a prestação de contas anuais e um mês para os períodos de prestação de contas semestrais e trimestrais;

Sempre que exista informação de mercado sensível não publicada;

Qualquer outro período que seja considerado sensível pelo administrador responsável pela autorização e que possa levar ao não cumprimento deste procedimento;

Desde que exista uma cláusula de circunstâncias financeiras pessoais excepcionais em que é permitida a venda mas não a aquisição de acções.

Foram implementadas medidas internas para divulgação destes procedimentos. O administrador designado como responsável pela autorização de transacções dos administradores é o presidente do comité

de auditoria e finanças, Richard O'Toole, que é um administrador não-executivo independente.

As regras de notificação, da CMVM exigem que sejam comunicadas todas as transacções relativas a (a) administradores da Sonaecom — SGPS; (b) administradores de outras empresas em posição de domínio ou de Grupo; (c) empresas controladas por um dos administradores das empresas referidas em (b); (d) qualquer indivíduo agindo em representação de um administrador ou empresa atrás referidos. A notificação deve ser enviada à Sonaecom — SGPS no período de sete dias úteis a contar da data da transacção e a Sonaecom deve informar a CMVM de imediato.

A notificação deve incluir: (a) a forma legal de aquisição ou alienação e respectiva data; (b) o número de acções transaccionadas e o saldo final de acções após a transacção; (c) o preço.

3.7.5 — Transacções relevantes:

Não se efectuaram transacções relevantes durante o ano com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo que possam ser considerados significativos em termos económicos, com a excepção dos acordos assinados com a Sonae Investments BV e a Sonae — SGPS. No que diz respeito à gestão corrente de tesouraria, a Sonaecom coloca o seu excesso de liquidez na Sonae — SGPS a uma taxa compensatória indexada à Euribor. Em 31 de Dezembro de 2004, o total de liquidez da Sonaecom era de 53,3 milhões de euros, dos quais 35,4 milhões de euros foram colocados na Sonae — SGPS.

Em 16 de Dezembro de 2003 e 30 de Julho de 2004, a Sonaecom — SGPS assinou contratos com a Sonae Investments e com a Sonae — SGPS, respectivamente, de forma a cobrir o risco de execução e de variação de preços dos PPDD (planos de prémios de desempenho diferidos). Por sua vez, a Sonaecom — SGPS estabeleceu contratos com as suas participadas transmitindo, assim, as respectivas responsabilidades a cada uma das empresas subsidiárias.

No 4T04, a Optimus efectuou o pagamento antecipado relativo à aquisição dos activos da Oniway, no montante de 39 milhões de euros, que se venceia em 2005. Este pagamento foi estruturado como uma transferência da obrigação para a Sonae — SGPS.

3.7.6 — Honorários dos auditores:

Durante o exercício de 2004, os honorários pagos pelo Grupo Sonaecom aos seus revisores oficiais de contas e auditores externos (Deloitte e outras empresas da sua rede) foram os seguintes:

	Revisão legal de contas	Outros serviços de garantia de fiabilidade	Consultoria fiscal	Outros serviços	Total
Grupo Deloitte	201 633	5 976	46 474	442 186	696 269
Valores em percentagem	29	1	7	63	100

A rubrica de outros serviços inclui projectos isolados relacionados com as obrigações no âmbito do lançamento do UMTS, formação de IAS/IFRS e alguns serviços que serão transferidos, em 2005, da Deloitte para outras empresas. Excluindo estes projectos isolados e os serviços que serão transferidos para outras empresas, os valores relativos a revisão legal de contas corresponderiam a aproximadamente 63% do total dos serviços da Deloitte, em 2004.

A política de gestão de risco da Sonaecom (conforme descrito acima), supervisionada pelo comité de auditoria e finanças, acompanha e controla os serviços solicitados aos nossos revisores oficiais de contas e auditores externos, e empresas do grupo, de forma a não ser comprometida a sua independência. Os honorários facturados à Sonaecom pelo Grupo Deloitte representam menos de 1% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. Adicionalmente, todos os anos é obtida uma carta de independência, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

3.7.7 — Cargos detidos pelos nossos administradores:

Belmiro Mendes de Azevedo:

Casa Agrícola de Ambrães, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Imocapital — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Modelo Continente — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Praça Foz — Sociedade Imobiliária, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Setimanal — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Sonae — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Sonae Capital — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Sonae Imobiliária — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Sonae Indústria — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Sonae Produtos e Derivados Florestais, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

SPRED — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

António Castelo Branco Borges:

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (presidente do conselho fiscal).

Goldman Sachs International (vice-presidente do conselho de administração).

Jerónimo Martins — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração).

CNP Assurances (membro do conselho de supervisão).

Caixa Seguros (vogal do conselho de administração, não-executivo).

SCOR (membro do conselho de supervisão).

Heidrick & Struggles (membro do conselho de administração).

David Graham Shenton Bain:

Antiquimo — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

BA Capital — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Casa Agrícola de Ambrães, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Efanor — Serviços de Apoio à Gestão, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Imoequip — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Imoespido — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Imopincel — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Imosoalho — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Lamiré — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Liaman, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Linhacom — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Magnoimo — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Migracom — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Pareuro, BV (director, não-executivo).

Plantimo — sociedade imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Realejo — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Retailbox, BV (director, não-executivo).

Setimanale — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Sonae Telecom, BV (director, não-executivo).

Total Share — SGPS, S.A. (vogal do conselho de Administração, não-executivo).

Vistas da Foz — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração/não-executivo).

Jean-François René Pontal:

Ing Direct, France (membro do conselho consultivo).

Richard Henry O'Toole:

Hutchison Europe Limited, United Kingdom (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo:

Clixgest — Internet e Conteúdos, S. A. (presidente do conselho de administração).

Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração).

Enabler — Informática, S. A. (presidente do conselho de administração).

Glunz, A.G. (membro do conselho de supervisão).

Imparfin — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração).

Migracom — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração).

Novis Telecom, S. A. (presidente do conselho de administração).

Praça Foz — Sociedade Imobiliária, S. A. (vogal do conselho de administração).

Público Comunicação Social, S. A. (membro do conselho geral).

Sonae — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Sonae Indústria — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Sonae Matrix Multimedia — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração).

Sonae Telecom — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração).

Sonaecom — Sistemas de Informação, SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração).

Tableros de Fibras, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Wedo Consulting — Sistemas de Informação, S. A. (presidente do conselho de administração).

António José Santos Silva Casanova:

Eurocash, S. A. (membro do conselho de supervisão).

Per-Mar — Sociedade de Construções, S. A. (presidente do conselho de administração).

Público — Comunicação Social, S. A. (membro do conselho geral).

Optimus Towering — Gestão de Torres de Telecomunicações, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Sonae Telecom — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração).

Wedo Consulting — Sistemas de Informação, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

George Christopher Lawrie:

Sonae Matrix Multimedia — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Optimus Telecomunicações, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Wedo Consulting — Sistemas de Informação, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis:

Clixgest — Internet e Conteúdos, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Enabler — Informática, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Exit Travel — Agência de Viagens e Turismo Online, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

JAUA — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Kpnqwest Portugal — Telecomunicações, S. A. (gerente).

Miauger — Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S. A. (presidente do conselho de administração, não-executivo).

Modelo Continente — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Noriema — SGPS, S. A. (presidente do conselho de administração, executivo).

Novis Telecom, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Optimus — Telecomunicações, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

Público — Comunicação Social, S. A. (membro do conselho geral).

Sonae Matrix Multimedia — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Sonae Telecom — SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração).

SonaeCom — Sistemas de Informação, SGPS, S. A. (vogal do conselho de administração, executivo).

Wedo Consulting — Sistemas de Informação, S. A. (vogal do conselho de administração, não-executivo).

4 — Relatório de responsabilidade social

Na Sonaecom assumimos a responsabilidade social como um valor relevante no papel da empresa, na materialização da consciência empresarial que urge tornar corrente de forma peremptória. É um importante compromisso com a comunidade, seja através da crescente preocupação com as boas práticas ou procurando ser socialmente responsável. E assim, a Sonaecom age cuidando o futuro.

4.1 — Código de conduta

O comprometimento da Sonaecom com os valores de responsabilidade social, que se pretende pilar basilar da actividade das diversas empresas do Grupo, traduziu-se num empenho que ultrapassa o simples realizar de acções pontuais de apoio à comunidade.

Nesse sentido, durante o ano de 2004 iniciaram-se esforços para a criação de um código de conduta ética, ao nível da responsabilidade social que, de forma voluntária, pretende construir as directrizes de orientação para as actividades do Grupo de forma a contribuir de forma pró-activa e eficaz para o desenvolvimento sustentável.

A finalização do código de conduta, a sua divulgação para todo o grupo e a implementação, de forma transversal, como instrumento orientador às actividades das diversas unidades de negócio terá lugar durante o ano de 2005.

4.2 — Recursos humanos

As nossas forças:

Atracção:

Investimos na constituição de uma equipa de excelência, pois é nossa pretensão recrutar, educar, motivar e reter os melhores profissionais. A Sonaecom assume-se como uma entidade empregadora de grande prestígio, pois este ambiente de eleição permite criar um ciclo virtuoso em que os melhores atraem os melhores.

A criação do *e-recruitment on-line* na *site* da Sonaecom permitiu um canal de comunicação para o exterior, divulgando as oportunidades de recrutamento existentes, e ao mesmo tempo constituiu-se como um meio mais massificado e de mais fácil acesso pelos candidatos no envio das candidaturas.

Envolvimento:

A cultura Sonaecom fomenta a participação e o interesse dos colaboradores no estabelecimento e planeamento anual dos seus objectivos individuais, promovendo o entusiasmo na concretização dos mesmos e o desenvolvimento do sentido de identidade e de compromisso com o projecto da empresa.

O estilo de gestão de recursos humanos na Sonaecom identifica estratégias de orientação para os colaboradores desenvolverem comportamentos desejáveis, e ao mesmo tempo promove a iniciativa, em consonância com a estratégia do negócio. Este sistema assenta numa política de premiar pelo atingimento dos objectivos e pela contribuição para o sucesso organizacional, promovendo e estimulando melhores níveis de desempenho.

Proximidade:

Estabelecer canais de comunicação eficazes é fundamental para acolher novos colaboradores, informar sobre acontecimentos e eventos da organização, dialogar entre as várias empresas da Sonaecom. A Intranet Sonaecom oferece aos colaboradores uma actualização contínua das actividades de negócio, das actividades de lazer inter-empresas, oportunidades de recrutamento e mobilidade interna, um espaço para expressar as suas opiniões e colocar questões de debate.

Em 2004, o plano de actividades do fórum de colaboradores da Sonaecom teve como objectivo reforçar laços entre os colaboradores e promover o conceito de equipa através da promoção e organização de eventos desportivos, culturais e sociais. No âmbito desse plano de actividades, destacam-se os torneios de *bowling*, ténis e futebol e os cursos de *kite-surf* e fotografia.

A Sonaecom aposta fortemente na qualificação dos seus colaboradores. Existe uma preocupação com a criação de oportunidades de mobilidade interna, de aquisição e desenvolvimento de determinadas competências-chave dos colaboradores, de acordo com os interesses dos colaboradores. Esta estratégia é claramente o reconhecimento das potenciais capacidades dos colaboradores. São estas prioridades estabelecidas na gestão de recursos humanos que permitem alcançar os processos e produtos de excelência de que tanto nos orgulhamos.

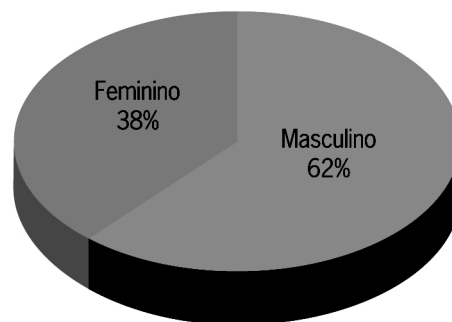
Recursos humanos em 2004:

A 31 de Dezembro de 2004 a Sonaecom era constituída por um total de 2309 colaboradores com uma média de idade de 33 anos. A Sonaecom equilibra juventude, experiência e qualificação, ao ter uma equipa de colaboradores com predominância de formação académica superior (64%) capaz de responder com profissionalismo, criatividade e empenho aos desafios do mercado.

Preocupada com a contínua motivação das suas equipas, a gestão da Sonaecom auscultou a opinião dos seus colaboradores através de um estudo de clima social. Como consequência deste estudo e com o intuito de fomentar o envolvimento, a comunicação e partilha de informação, foram criados grupos de trabalho compostos por colaboradores, cujo principal desafio consiste em propor novas e melhores soluções para a realidade organizacional.

Tem vindo a ser feita uma aposta numa política continuada de formação de qualidade para quadros Sonaecom, com especial enfoque para a atribuição de MBAs. Podemos assim concluir que 2004 foi um período marcado, essencialmente, pela forte aposta no desenvolvimento profissional e na criação de um espírito de grupo coeso.

Distribuição dos colaboradores por sexo (masculino/feminino)



Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias

4.3 — Ambiente:

A Sonaecom está consciente da sua responsabilidade na construção de um futuro onde o desenvolvimento sustentável constitui um dos valores de referência. Sendo o Ambiente um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável a Sonaecom assumiu de forma clara a gestão ambiental como um factor estratégico de criação de valor e competitividade.

O ano de 2004 foi o ano da consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que se encontra certificado pela Apcer desde 2003, em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001: 1999. O SGA da Sonaecom abrange as suas participadas, Optimus, Optimus Towering, Novis, Mainroad, Wedo Consulting, Público e publico.pt, XS, Digitmarket, Clix e Rádio Nova.

Das diversas actividades desenvolvidas em 2004, assumiram particular relevância as seguintes:

Redefinição dos processos de avaliação e gestão das actividades ambientais, nomeadamente identificação e avaliação de impactes ambientais, e da legislação ambiental;

Desenvolvimento de sistemas para monitorização e controlo dos processos ambientais, nomeadamente a monitorização de indicadores, e controlo das não conformidades;

Desenvolvimento de meios de comunicação com o intuito de envolver e sensibilizar para um comportamento ambiental mais consciente e activo, dos:

Colaboradores, com a distribuição do Ecoreport — *newsletter* distribuída por *email*;

Fornecedores, através da disponibilização no *site* de informação ambiental por tipo de fornecedor com influencia nos impactos ambientais.

A Optimus estabeleceu contrato com Ecopilhas para assegurar o correcto encaminhamento das baterias dos telemóveis no final do seu ciclo de vida;

A Optimus estabeleceu um protocolo de colaboração para monitorização com o Instituto das Telecomunicações, com o objectivo de disponibilizar publicamente informação relevante sobre radiação electromagnética em comunicações móveis;

A Optimus, mantém o esforço de promover a partilha de infra-estruturas com os outros operadores.

As auditorias de acompanhamento realizadas pela APCER revelaram que o sistema de gestão ambiental constitui um elemento dinâmico e flexível, garantindo respostas eficazes às necessidades das empresas e às mudanças e dinâmicas das diferentes áreas de negócio.

O Programa de Gestão Ambiental para 2005 possui objectivos que apostam na melhoria do desempenho ambiental. Em 2005, está prevista a transição do SGA para a ISO 14001: 2004.

A Sonaecom mantém assim ao seu compromisso de contribuição activa para um desenvolvimento; sustentável através da evolução natural do seu sistema de gestão ambiental.

4.4 — A comunidade

Na Sonaecom assumimos a responsabilidade social como um valor sempre presente nos princípios de todas as empresas que conduz à necessidade de agir de forma eficaz e responsável.

Esta visão programática presente na identidade da Sonaecom, é também partilhada na gestão de cada uma das unidades de negócio, que, ao longo da sua cadeia de valor, procuram contemplar a responsabilidade social como um factor de êxito garantido e de envolvimento com os vários accionistas.

Disso são exemplo os projectos desenvolvidos e as actividades apoiadas, durante o ano de 2004, cujo empenho e sucesso se pretende crescente nos anos futuros. No seu compromisso com os colaboradores e a comunidade a Sonaecom promoveu:

Reflexões estratégicas e encontros com os principais quadros e reforçamos as ferramentas de comunicação interna, nomeadamente a revista interna *Boom*, a Intranet e o Fórum Colaborador do qual constaram inúmeras actividades de natureza cultural e desportiva;

O lançamento do Smile — um programa interno de voluntariado que permite aos colaboradores abdicar de um máximo de dois dias de trabalho por ano, sem perda de remuneração ou regalias, para realização de acções de apoio a instituições de solidariedade social;

O Dia do Gil, uma iniciativa realizada no âmbito de um projecto de parceria estabelecido com a Fundação do Gil para a recolha e reutilização de *toners* e tinteiros, cuja receita reverteu a 100% para esta instituição. Nesta acção, para pais e crianças, que agregou oficinas de reciclagem, pintura, bem como momentos de história da música e do conto, participaram mais de 200 crianças;

A associação à Cruz Vermelha numa campanha de recolha de roupa, numa outra campanha com o telefone da amizade — uma associação privada de solidariedade social, reconhecida de utilidade pública — cujo apoio se consubstanciou na cedência de equipamentos de comunicações e computadores, e oferecemos ao povo de Timor Leste equipamento informático e material de escritório através de uma acção de solidariedade em conjunto com a Fundação Xanana Gusmão.

A contribuição para a publicação do livro *Necessidades Especiais — Guia para apoio a serviços educativos*, que foi distribuído gratuitamente para todos os museus e instituições relevantes;

Através do seu patrocínio à Faculdade de Psicologia e de ciências da Educação da Universidade do Porto.

A Sonaecom também participou activamente em diversas acções que pretendem reforçar a consciência ambiental, nomeadamente numa

campanha de recolha de pilhas cujo objectivo era alertar as crianças e a sua família para a importância da reciclagem.

Ao nível do trabalho desenvolvido pelas unidades de negócio salientamos os seguintes projectos:

Apoio monetário da Novis ao Fundo para a conservação da natureza, num montante que permitiu à Quercus a aquisição de 2000 m² de área protegida.

A adesão da Optimus ao projecto MonIT, lançado pelo Instituto das Comunicações, com o intuito de informar a sociedade sobre os efeitos da energia electromagnética emitida pelas antenas dos sistemas móveis;

O *Público*, através da iniciativa I Love Mil Folhas, ofereceu mais de 85 000 livros a instituições pedagógicas e de beneficência, bibliotecas, escolas e prisões, assim como instituições em países africanos de expressão portuguesa (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique).

5 — Anexo — Glossário de termos utilizados

ADSL — Asymmetric Digital Subscriber Line.

Central Offices — Portugal Telecom local exchanges.

UMTS — Universal Mobile Telecom munications System.

Mega/MBPS — Millions of Bits Per Second.

GSM — Global System for Mobile Communications.

GPRS — General Packet Radio Service.

TV overIP — Television over IP.

ADSL 2+ — Asymmetric Digital Subscriber Line 2+.

Gigabit Ethernet — Data transfer over Ethernet up to a speed of 1000 MBPS.

VoIP — Voice over IP.

FWA — Fixed Wireless Access.

DWDM — Dense Wave Division Multiplexing.

IP/MPLS — Internet Protocol/Multi Protocol Label Switching.

Anexo a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Títulos detidos pelos membros dos órgãos sociais e respectivas transacções durante 2004:

(Em euros)

Data	Aquisições		Alienações		Saldo
	Quantidade	Valor médio	Quantidade	Valor médio	Quantidade
Conselho de administração:					
Belmiro Mendes de Azevedo:					
Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (a).....					49 999 997
Imparfin — SGPS, S. A. (c)					150 000
Sonae — SGPS, S. A. (d)					14 901
Sonaecom — SGPS, S. A.					75 537
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo:					
Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (a).....					1
Imparfin — SGPS, S. A. (c)					150 000
Sonae — SGPS, S. A. (d)					277 486
Sonaecom — SGPS, S. A.					278 967
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	14 092	—	—	—
António Castelo Branco Borges:					
Sonae — SGPS, S. A. (d)					2 593
Sonaecom — SGPS, S. A.					3 000
António José Santos Silva Casanova:					
Sonae — SGPS, S. A. (d)					250 000
Sonaecom — SGPS, S. A.					8 638
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	8 638	—	—	—
Alienação	8-12-2004	—	1 075	3,70	—
Alienação	9-12-2004	—	50 000	3,70	—
Alienação	10-12-2004	—	9 255	3,70	—

(Em euros)						
	Data	Aquisições		Alienações		Saldo
		Quan- tidade	Valor médio	Quan- tidade	Valor médio	Quan- tidade
David Graham Shenton Bain:						
Sonae — SGPS, S. A. (<i>d</i>)						3 518
Sonaecom — SGPS, S. A.						15 000
Alienação	4-3-2004	—	—	15 340	3,41	—
George Christopher Lawrie:						
Sonae — SGPS, S. A. (<i>d</i>)						106 000
Sonaecom — SGPS, S. A.						208 000
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis:						
Sonaecom — SGPS, S. A.:						
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	9 363	—	—	—	—
Alienação	11-5-2004	—	—	39 263	3,01	—
Richard Henry O’ Toole:						
Sonaecom — SGPS, S. A.						3 000
Mesa da assembleia geral:						
João Pedro Mendonça da Silva:						
Sonae — SGPS, S. A. (<i>d</i>)						10 000
Aquisição	9-11-2004	10 000	0,97	—	—	—
Sonaecom — SGPS, S. A.:						
Acções entregues ao abrigo do plano de prémio de desempenho diferido	1-4-2004	3 372	—	—	—	—
Filipa de Sousa Taveira da Gama Santos Carvalho:						
Sonaecom — SGPS, S. A.						440

Notas:

						(Em euros)
	Data	Aquisições		Alienações		Saldo
		Quan- tidade	Valor médio	Quan- tidade	Valor médio	— Quan- tidade
Efanor Investimentos — SGPS, S. A. (a):						
Sonae — SGPS, S. A.						949 983 715
Pareuro, BV (b)						20 000
Sonaecom — SGPS, S. A.	20-3-2004	1 000	3,08	—	—	1 000
Pareuro, BV (b):						
Sonae — SGPS, S. A.						108 820 695
Imparfin — SGPS, S. A. (c):						
Sonae — SGPS, S. A.						4 105 273
Sonae — SGPS, S. A. (d):						
Sonaecom — SGPS, S. A.	27-1-2004	299 000	2,94	—	—	39 362 998

Anexo a que se refere o artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

	Número de acções em 31 de Dezembro de 2004
Efanor Investimentos — SGPS, S. A.:	
Sonae — SGPS, S. A.	949 983 715
Pareuro, BV	20 000
Sonaecom, SGPS, SA	1 000

	Número de acções em 31 de Dezembro de 2004
Pareuro, BV:	
Sonae — SGPS, S. A.	108 820 695
Sonae — SGPS, S. A.:	
Sonaecom — SGPS, S. A.	39 362 998
Sonae Investments, BV	40
Sonae Investments, BV:	
Sonaecom — SGPS, S. A.	147 211 738

Participações qualificadas:

Dando cumprimento ao artigo 9.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2004:

Accionista	Número de acções	Porcen- tagem de direitos de voto
Sonae Investments, BV	147 211 738	65,07
Sonae — SGPS, S. A.	39 362 998	17,40
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	278 967	0,12
Belmiro Mendes de Azevedo	75 537	0,03
Ángelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	60 070	0,03
Álvaro Carmona e Costa Portela	5 000	—
Efanor Investimentos — SGPS, S. A.	1 000	—
<i>Total imputável</i>	186 995 310	82,65

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.*

Balanços em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO				(Em euros)
Notas	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	3.a), 8 e 10	157 835	127 610	30 225
Propriedade industrial e outros direitos	3.a), s e 10	3 689	2 473	1 216
		161 524	130 083	31 441
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	3.b) e 10	300 139	136 092	164 047
Equipamento administrativo	3.b) e 10	193 157	132 874	60 283
		493 296	268 966	224 330
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	3.c), 10, 16 e 34	151 780 731	26 313 903	125 466 828
Empréstimos a empresas do grupo	3.c), 10 e 34	41 930 936	28 466 097	13 464 839
Títulos e outras aplicações financeiras	3.c) e 10	281 457 974	—	281 457 974
		475 169 641	54 780 000	420 389 641
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Estado e outros entes públicos	6	309 316	—	309 316
Outros devedores	51	7 139 523	—	7 139 523
		7 448 839	—	7 448 839

(Em euros)				
Notas	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	3.h) e 48	76 580 004	—	76 580 004
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários		74 298	74 298	848 233
Caixa		5 465	5 465	202
		79 763	79 763	848 435
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	3.d) e 50	2 059 356	2 059 356	2 284 310
Custos diferidos	3.d) e e), 50 e 52	957 450	957 450	536 461
		3 016 806	3 016 806	2 820 771
Total de amortizações		399 049		
Total de provisões		54 780 000		
Total do activo		562 949 873	507 770 824	516 813 979

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Notas	2004	2003
Capital próprio:		
Capital	36 a 40	226 250 000
Prémios de emissão de acções	40	335 819 541
Reservas legais	40	114 360
Outras reservas	40	1 329 131
Resultados transitados	40	(76 244 924)
Resultado líquido do exercício	40	(3 725 782)
Total do capital próprio		483 542 326
Passivo:		
Provisões para outros riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	34	54 772
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Empresas do grupo	47	19 690 000
Fornecedores de imobilizado, c/c		470
Estado e outros entes públicos	6	800 575
Outros credores		480 725
		20 971 770
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	3.d), 3.e), 50 e 52	3 092 817
Proveitos diferidos	3.d) e 50	109 139
		3 201 956
Total do passivo		24 228 498

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

CUSTOS E PERDAS				(Em euros)
Notas	2004	2003		
Fornecimentos e serviços externos	49	2 352 154		2 705 643
Custos com o pessoal:				
Remunerações	7 e 43	3 088 858	2 251 923	
Encargos sociais e outros	7 e 43	1 075 739	545 704	2 797 627

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Amortiz. do imobilizado corpóreo e incorpóreo	3.a), 3.b) e 10	172 366	484 655
Provisões	34 e 52	307 458	214 600
Impostos		16 200	22 788
Outros custos e perdas operacionais		240	1 746
(A)		7 013 015	6 227 059
Amortiz. e provisões de aplic. e invest. financ.	3.c), 10, 34 e 45	9 000 000	30 940 181
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	428 793	610 142
Outros	45	5 845	5 865
(C)		16 447 653	37 783 247
Custos e perdas extraordinários	46	23 615	32 144
Imposto sobre o rendimento do exercício:			
Imposto corrente	6	8 920	6 331
Imposto diferido	3.f) e 6	—	—
(G)		16 480 188	37 821 722
Resultado líquido do exercício		(3 725 782)	(23 070 372)
Total dos custos e perdas		12 754 406	14 751 350

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2004	2003
Prestação de serviços		4 211 912	3 688 941
Proveitos suplementares	49	1 242 791	1 267 016
(B)		5 454 703	4 955 957
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:			
Relativos a empresas do grupo		1 946 835	—
Outros		2 922	—
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	45	5 319 737	9 031 799
Outros	45	4 306	99 949
(D)		12 728 503	14 087 705
Proveitos e ganhos extraordinários	46	25 903	663 645
(F)		12 754 406	14 751 350
Total dos proveitos e ganhos		12 754 406	14 751 350

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	(1 558 312)	(1 271 102)
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	(2 160 8381)	(22 424 440)
Resultados correntes (D)–(C) =	(3 719 150)	(23 695 542)
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	(3 716 862)	(23 064 041)
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	(3 725 782)	(23 070 372)

O Conselho de Administração: Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole. — O Técnico Oficial de Contas, Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.

Demonstrações dos resultados por funções dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	4 211 912	3 688 941
Custo das vendas e das prestações de serviços	(4 211 912)	(3 688 941)
Resultados brutos	—	—

(Em euros)		
	2004	2003
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 242 791	1 267 016
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	(2 798 194)	(1 904 669)
Outros custos e perdas operacionais	—	—
Resultados operacionais	(1 555 403)	(637 653)
Custo líquido de financiamento	6 838 541	8 513 793
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(9 000 000)	(30 940 181)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	—	—
Resultados não usuais ou não frequentes	—	—
Resultados correntes	(3 716 862)	(23 064 041)
Imposto diferido	—	—
Imposto corrente	(8 920)	(6 331)
Impostos sobre os resultados correntes	(8 920)	(6 331)
Resultados correntes após impostos	(3 725 782)	(23 070 372)
Resultados extraordinários	—	—
Imposto sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados líquidos	(3 725 782)	(23 070 372)
Resultado por ação	(0,02)	(0,10)

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)				
	2004		2003	
Actividades operacionais:				
Pagamentos a fornecedores	(2 345 807)		(2 036 093)	
Pagamentos ao pessoal	(3 398 505)		(2 637 360)	
Fluxo gerado pelas operações	(5 744 312)		(4 693 453)	
Pagam. e recebim. de impostos sobre rendim.	63 490		(66 466)	
Outros pagamentos relat. a activ. operacionais	4 425 543		3 930 003	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordin.	(1 255 279)		(829 916)	
Recebimentos relat. com rubricas extraordin.	—	—	(57)	—
Fluxos das activ. operacionais (1)		(1 255 279)		(829 973)
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	131 426 646		84 422 739	
Imobilizações corpóreas	—		937	
Imobilizações incorpóreas	—		100 000	
Juros e proveitos similares	9 516 542	140 943 188	6 424 608	90 948 284
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(136 228 981)		(97 574 469)	
Imobilizações corpóreas	(19 281)		(39 971)	
Imobilizações incorpóreas	(312)	(136 248 574)	(985)	(97 615 425)
Fluxos das activ. de investim. (2)		4 694 614		(6 667 141)
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos		240 246 000		413 566 867

(Em euros)

	2004	2003
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(247 026 000)	(414 783 867)
Juros e custos similares	(498 007)	(320 714)
<i>Fluxos das activ. de financiam. (3)</i>	<i>(7 278 007)</i>	<i>(1 537 714)</i>
Variação de caixa e seus equival. (4)=(1)+(2)+(3)	(3 838 672)	(9 034 828)
Caixa e seus equival. no princípio do período	80 498 439	89 533 267
Caixa e seus equival. no final do período	76 659 767	80 498 439

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004	2003
1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Aquisições:		
Exit Travel — Agência de Viagens e Turismo Online, S. A. (Exit)	—	—
Miauger	—	—
c) Quantia de outros activos e passivos adquiridos (alienados)	n. a.	n. a.
2 — Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	5 465	202
Depósitos imediatamente mobilizáveis	74 298	848 233
Saldo credores de depósitos à ordem	—	—
Outras aplicações financeiras	76 580 004	79 650 004
Caixa e seus equivalentes	76 659 767	80 498 439
Saldo credores de depósitos à ordem	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	76 659 767	80 498 439

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Anexo aos balanços e às demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Sonaecom — SGPS, S. A., (doravante designada empresa ou Sonaecom) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae — Tecnologias de Informação, S. A.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997 realizou-se a cisão-fusão da Pargeste — SGPS, S. A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonaecom — SGPS, S. A. Desde então, o objecto social da empresa consiste na gestão de participações sociais, tendo o capital social sido redominado para euros, ficando este representado por 150 milhões de acções de valor nominal unitário de um euro.

Em 1 de Junho de 2000, a empresa foi objecto de uma oferta combinada de acções, a qual integrou o seguinte:

Oferta pública de venda de 5 430 000 acções representativas de 3,62% do capital social realizado no mercado nacional através de uma

transacção em sessão especial de Bolsa, dirigida (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.

Oferta particular de venda de 26 048 261 acções representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à oferta combinada de venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo sido as novas acções integralmente subscritas e realizadas pela Sonae — SGPS, S. A. (accionista da Sonaecom doravante designada Sonae). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da oferta combinada de venda de acções, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31 000 000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de um euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na oferta combinada de venda.

Adicionalmente, a Sonae alienou 4 721 739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da oferta particular de venda e 1 507 865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de uma empresa adquirida.

Por deliberação da assembleia geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181 000 000 de euros para 226 250 000 euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45 250 000 novas acções, de valor nominal unitário de um euro, ao preço de 2,25 euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom — SGPS, S. A.

As notas seguintes respeitam a numeração sequencial estipulada pelo Plano Oficial de Contabilidade aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, modificado pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

As notas cujo número não figura neste anexo, não são aplicáveis à empresa ou não são relevantes para a sua apresentação.

3 — Bases de apresentação, princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, essencialmente, por despesas de constituição e de alterações ao pacto social da empresa, de aumento de capital e da oferta combinada de acções.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, sendo reflectidas por duodécimos, a partir do momento em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As taxas anuais utilizadas correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites.

b) Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas são valorizadas ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos a partir do mês em que se inicia a utilização dos bens. As taxas anuais utilizadas correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites em Portugal e às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções — obras em edif. alheios	10
Equipamento administrativo	5

c) Investimentos financeiros. — Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo são relevados ao custo de aquisição. Os empréstimos concedidos a essas empresas são registados ao valor nominal, ou ao valor estimado de realização quando mais baixo.

Na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras são registadas pelo seu valor nominal as prestações suplementares realizadas nas empresas do grupo.

São constituídas provisões para investimentos financeiros sempre que exista diferença materialmente relevante entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização da participação, detida directa ou indirectamente, numa perspectiva de médio e longo prazo.

d) Acréscimos e diferimentos. — Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa, no exercício a que dizem respeito.

Nas rubricas de acréscimos e diferimentos são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente, cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros, e que

serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, numa base proporcional.

e) Responsabilidade por planos de prémios de desempenho diferidos. — As responsabilidades derivadas dos planos de prémios de desempenho diferidos e outros incentivos a colaboradores, abrangidas por um contrato de *hedging* celebrado em Dezembro de 2003, e cujo valor total se encontra registado na rubrica de acréscimos de custos, são registados na demonstração de resultados nos períodos durante os quais se espera que influenciem a motivação e permanência dos colaboradores na empresa. A parcela referente ao período ainda não decorrido é registada na rubrica de custos diferidos (notas n.ºs 50 e 52).

f) Impostos diferidos. — A empresa reconhece os impostos diferidos de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28, de 29 de Junho de 2001 (nota n.º 6).

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e ou para reduzir o montante de impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

g) Activos e passivos em moeda estrangeira. — As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação.

Os activos e os passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euro, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço (nota n.º 4).

h) Títulos negociáveis. — Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizados ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado (nota n.º 48).

4 — Cotações utilizadas:

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2004 e 2003. As taxas de câmbio utilizadas para conversão foram as seguintes:

	2004	2003
Libras esterlinas	1,41084	1,412997
Dólares dos Estados Unidos	0,73508	0,79177

6 — Imposto:

De acordo com a legislação em vigor, a Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 31 de Dezembro de 2000, e cinco anos após essa data). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2001, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Conforme a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de seis anos, podendo ser deduzidos à matéria colectável apurada nesse exercício.

Em 31 de Dezembro de 2004 as situações geradoras de activos por impostos diferidos são como se segue:

Ano em que foram geradas	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites	Total	Activos para impostos diferidos
2001	1 536 354	3 463 000	4 999 354	1 374 822
2002	40 277 797	11 431 819	51 709 616	14 220 144
2003	(8 044 903)	31 154 781	23 109 878	6 355 216
2004	(5 016 361)	8 785 172	3 768 811	1 036 423
	28 752 887	54 834 772	83 587 659	22 986 605

Por razões de prudência e atendendo ao disposto na Directriz Contabilística n.º 28 quanto ao reconhecimento de activos por impostos diferidos activos desta natureza, a empresa não registou os activos por impostos diferidos correspondentes aos prejuízos fiscais

reportáveis, bem como os activos por impostos diferidos referentes às diferenças temporárias geradas em 2001, 2002, 2003 e 2004 no montante de 22 986 605 euros calculados à taxa de imposto, em vigor actualmente, de 27,5% (incluindo a derrama).

7 — Número médio de colaboradores:

Durante os exercícios de 2004 e 2003, a empresa manteve, em média, 42 e 37 colaboradores, respectivamente.
Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número de colaboradores ao serviço da empresa ascendia a 43 e 39, respectivamente.

8 — Imobilizações incorpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2004, as imobilizações incorpóreas são constituídas, essencialmente, por despesas com a alteração do pacto social da empresa.

10 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no activo imobilizado foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	338 432	—	—	(180 597)	157 835
Propriedade industrial e outros direitos	3 378	311	—	—	3 689
	<u>341 810</u>	<u>311</u>	<u>—</u>	<u>(180 597)</u>	<u>161 524</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	317 060	—	—	(16 921)	300 139
Equipamento administrativo	183 203	9 954	—	—	193 157
	<u>500 263</u>	<u>9 954</u>	<u>—</u>	<u>(16 921)</u>	<u>493 296</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital empresas grupo	151 780 730	1	—	—	151 780 731
Empréstimos a empresas do grupo	158 158 949	15 258 632	(131 426 645)	(60 000)	41 930 936
Títulos e outras aplicações financeiras	160 427 627	120 970 347	—	60 000	281 457 974
	<u>470 367 306</u>	<u>136 228 980</u>	<u>(131 426 645)</u>	<u>—</u>	<u>475 169 641</u>

Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	213 490	94 717	—	(180 597)	127 610
Propriedade industrial e outros direitos	1 313	1 160	—	—	2 473
	<u>214 803</u>	<u>95 877</u>	<u>—</u>	<u>(180 597)</u>	<u>130 083</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	123 060	29 953	—	(16 921)	136 092
Equipamento administrativo	86 338	46 536	—	—	132 874
	<u>209 398</u>	<u>76 489</u>	<u>—</u>	<u>(16 921)</u>	<u>268 966</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital empresas grupo	17 313 903	9 000 000	—	—	26 313 903
Empréstimos a empresas associadas	28 466 097	—	—	—	28 466 097
	<u>45 780 000</u>	<u>9 000 000</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>54 780 000</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram abatidas despesas de instalação totalmente amortizadas no valor de 180 597 euros.
As provisões para investimentos financeiros foram registadas em custos financeiros, no montante de 9 000 000 de euros (nota n.º 45).
As variações ocorridas nos investimentos financeiros compõem-se como se segue:

	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo:					
Sonae Telecom — SGPS, S. A. (Sonae Telecom)	105 799 981	—	—	—	105 799 981
Novis Telecom, S. A. (Novis)	17 930 846	—	—	—	17 930 846
Sonaatelecom BV	4 209 902	—	—	—	4 209 902
Sonae Matrix Multimedia, SGPS, S. A. (Sonae Matrix)	22 620 000	—	—	—	22 620 000
Sonaecom — Sist. de Informação, SGPS, S. A. (Sonae com SI)	1 220 000	—	—	—	1 220 000

	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Exit Travel — Agência de Viagens e Turismo Online, S. A. (Exit)	—	1	—	—	1
Miauger — Organiz. e Gestão de Leilões Eletrónicos, S. A. (Miauger)	1	—	—	—	1
	<u>151 780 730</u>	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>151 780 731</u>
Empréstimos a empresas do grupo:					
Sonaetelecom BV	39 549 867	9 292 000	6 910 931	—	41 930 936
Sonae Matrix	79 571 308	3 791 632	83 362 940	—	—
Sonae com SI	39 037 774	2 115 000	41 152 774	—	—
Miauger	—	60 000	—	(60 000)	—
	<u>158 158 949</u>	<u>15 258 632</u>	<u>131 426 645</u>	<u>(60 000)</u>	<u>41 930 936</u>
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Sonae Telecom	112 300 821	—	—	—	112 300 821
Novis	24 242 707	—	—	—	24 242 707
Sonae Matrix	11 543 000	78 827 180	—	—	90 370 180
Sonae com SI	7 943 000	37 952 774	—	—	45 895 774
Miauger	4 398 099	—	—	60 000	4 458 099
Exit	—	4 190 393	—	—	4 190 393
	<u>160 427 627</u>	<u>120 970 347</u>	<u>—</u>	<u>60 000</u>	<u>281 457 974</u>

O aumento de títulos e outras aplicações financeiras refere-se à conversão de suprimentos em prestações acessórias.

16 — Empresas do grupo, associadas e participadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, a empresa apresenta contas consolidadas elaboradas de acordo com os IAS/IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro). As demonstrações financeiras individuais da empresa e das suas filiais são, por sua vez, incluídas nas contas consolidadas da Sonae — SGPS, S. A., com sede em lugar do Espido, Via Norte, Maia (nota n.º 37).

As filiais e associadas detidas directamente pela empresa são as seguintes:

		2004			2003		
	Sede	Porcentagem de participação	Capitais próprios	Resultado líquido	Porcentagem de participação	Capitais próprios	Resultado líquido
Novis (a)	Maia	15,001	46 889 240	(16 988 827)	15,001	63 878 067	(21 098 488)
Sonae Telecom	Maia	100,000	217 687 586	(3 218)	100,000	217 690 804	5 601
Sonae Matrix	Maia	100,000	92 337 031	2 256 362	100,000	11 253 489	(8 722 230)
Sonae com SI	Maia	100,000	21 015 512	(16 985 655)	100,000	48 394	(6 827 106)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100,000	20 689 498	1 392 216	100,000	19 297 283	15 979 124
Miauger	Maia	100,000	132 275	(1 825 265)	100,000	1 897 540	(999 058)
Exit	Maia	100,000	255 426	(1 905 660)	—	1 961 086	(1 504 906)

(a) Indirectamente, através da Sonae Matrix, a empresa detém uma participação adicional na Novis de 41,67%.

Indirectamente, através da Sonae Telecom, a empresa detém uma participação de 46,29% na Optimus — Telecomunicações, S. A.(Optimus).

34 — Movimentos ocorridos nas provisões:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos no valor das provisões, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização e redução	Saldo final
Provisão para investimentos financeiros	45 780 000	9 000 000	—	54 780 000
Provisões para outros riscos e encargos	—	307 458	(252 686)	54 772
	<u>45 780 000</u>	<u>9 307 458</u>	<u>(252 686)</u>	<u>54 834 772</u>

O reforço nas provisões para investimentos financeiros destina-se à cobertura de perdas estimadas por imparidade em algumas participações financeiras. Este reforço foi contabilizado em custos financeiros (nota n.º 45).

O reforço nas provisões para outros riscos e encargos refere-se a responsabilidades derivadas dos planos de prémios de desempenho diferidos, de acordo com o definido na nota n.º 3, alínea e) e às explicações adicionais mencionadas na nota n.º 52. A redução da provisão para outros riscos e encargos refere-se à transferência da responsabi-

lidade derivada dos planos de prémios de desempenho diferidos para a rubrica de acréscimos de custos no âmbito do contrato de *hedging* celebrado em Dezembro de 2003 [notas n.ºs 3, alínea e) e 52].

36 — Composição do capital:

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital social era composto por 226 250 000 acções ao portador, com o valor unitário de um euro cada.

37 — Pessoas colectivas com participação no capital da empresa:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a estrutura de capital da Sonaecom era como segue:

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem
Sonae Investments BV	147 211 738	65,06	148 250 000	65,52
Sonae	39 362 998	17,40	39 063 998	17,27
Acções transaccionadas em bolsa	39 674 264	17,54	38 936 002	17,21
Efanor Investimentos — SGPS, S. A.	1 000	—	—	—
	226 250 000	100,00	226 250 000	100,00

40 — Movimentos ocorridos nas contas de capital próprio:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos nos valores das rubricas do capital próprio foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital	226 250 000	—	—	226 250 000
Prémios de emissão de acções	335 819 541	—	—	335 819 541
Reservas legais	114 360	—	—	114 360
Outras reservas	1 329 131	—	—	1 329 131
Resultados transitados	(53 174 552)	—	(23 070 372)	(76 244 924)
Resultado líquido do exercício	(23 070 372)	(3 725 782)	23 070 372	(3 725 782)
<i>Total do capital próprio</i>	487 268 108	(3 725 782)	—	483 542 326

43 — Remunerações dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros do conselho de administração da Sonaecom, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, ascenderam a 1 500 692 euros e 1 144 979 euros, respectivamente, valores calculados numa base de acréscimo para a remuneração fixa e para o prémio de desempenho.

Adicionalmente, os membros do conselho de administração estão abrangidos pelos planos de prémio de desempenho diferidos, conforme descrito na nota n.º 52.

O montante total que foi atribuído aos membros do conselho de administração, calculado a preços de mercado na data da atribuição, ascende a 533 951 euros no ano de 2004 (atribuídos em 31 de Março

de 2004) e 403 900 euros no ano de 2003 (atribuídos em 31 de Março de 2003).

Nos relatórios relativos a períodos anteriores, estes valores eram calculados numa base de caixa para a remuneração fixa e numa base de acréscimo para o prémio de desempenho e para os planos de prémios de desempenho diferidos. Assim, o montante considerado no anexo aos balanços e demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 era de 1 549 450 euros.

45 — Demonstrações dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Juros suportados (nota n.º 47)	432 178	612 514
Provisões para investimentos financeiros (nota n.º 34)	9 000 000	30 940 181
Diferenças de câmbio desfavoráveis	155	529
Outros custos e perdas financeiras	2 305	2 964
Resultados financeiros	(2 160 838)	(22 424 440)
	7 270 719	9 131 748

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos (nota n.º 48)	7 270 719	9 126 307
Diferenças de câmbio favoráveis	3 081	5 441
	7 273 800	9 131 748

46 — Demonstrações dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Perdas em imobilizações	—	16 759
Multas fiscais	—	57
Aumentos de amortizações e de provisões	—	13 989

	2004	2003
Correcções relativas a exercícios anteriores	23 478	939
Outros custos e perdas extraordinárias	137	400
Resultados extraordinários	2 288	631 501
	<u>25 903</u>	<u>663 645</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Ganhos em imobilizações	—	99 999
Redução de amortizações e provisões	—	92 602
Correcções relativas a exercícios anteriores	25 901	249 996
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2	221 048
	<u>25 903</u>	<u>663 645</u>

47 — Aplicações de tesouraria de empresas do grupo:

Os movimentos de aplicações de tesouraria recebidas de empresas filiais, durante o exercício, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Optimus	—	124 200 000	118 100 000	6 100 000
KPNQwest Portugal — Telecomunicações, L. ^{da}	3 500 000	—	3 500 000	—
We Do Consulting, S. A.	2 094 000	16 230 000	15 819 000	2 505 000
Clixgest — Internet e Conteúdos, S. A.	1 491 000	11 275 000	10 311 000	2 455 000
Enabler — Informática, S. A.	2 200 000	14 950 000	14 900 000	2 250 000
Noriema — SGPS, S. A.	—	2 500 000	1 250 000	1 250 000
Digitmarket — Sistemas de Informação, S. A.	1 510 000	17 130 000	17 410 000	1 230 000
Público — Comunicação Social, S. A.	19 495 000	19 195 000	300 000	—
Exit	2 110 000	2 010 000	100 000	—
Sonae com SI	—	600 000	600 000	—
Sonae Matrix	25 000	6 256 000	6 281 000	—
Novis	16 850 000	10 660 000	27 510 000	—
Mainroad — Serviços em Tecnologias de Informação, S. A.	2 300 000	11 340 000	13 640 000	—
	<u>26 470 000</u>	<u>240 246 000</u>	<u>247 026 000</u>	<u>19 690 000</u>

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo estão registadas na rubrica de empresas do grupo no passivo, têm prazo de pagamento inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado (nota n.º 45).

48 — Títulos negociáveis:

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de outras aplicações de tesouraria reflecte as operações financeiras de curto prazo concedidas pela empresa à Sonae, no montante de 35 350 004 euros, à Novis no montante de 38 580 000 euros e o valor de 2 650 000 euros de uma operação financeira no Banco BPI. Estas aplicações de tesouraria podem ser reembolsadas imediatamente mediante solicitação, e são remuneradas com base em taxas de juro do mercado (nota n.º 45).

49 — Fornecimentos e serviços externos:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentou a seguinte composição:

	2004	2003
Rendas e alugueres	1 347 805	1 571 927
Deslocações e estadas	283 473	232 137
Outros trabalhos especializados	240 055	402 177
Publicidade e propaganda	191 026	95 676
Seguros	112 952	191 030
Consultadoria	—	61 514
Outros	176 843	151 182
	<u>2 352 154</u>	<u>2 705 643</u>

A rubrica de rendas e alugueres corresponde aos montantes incorridos com contratos de arrendamento celebrados pela empresa, os quais são posteriormente, na sua maioria, debitados às empresas filiais e

cujo proveito se encontra registado na rubrica de proveitos suplementares.

50 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos registados em acréscimos e diferimentos eram como se segue:

	2004	2003
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	401 468	686 744
Valores a debitar	107 888	47 566
Outros acréscimos de proveitos	<u>1 550 000</u>	<u>1 550 000</u>
	<u>2 059 356</u>	<u>2 284 310</u>
Custos diferidos:		
Planos de prémios de desempenho diferidos (nota n.º 52)	786 032	376 710
Rendas	116 248	114 226
Seguros	20 601	20 543
Outros custos diferidos	<u>34 569</u>	<u>24 982</u>
	<u>957 450</u>	<u>536 461</u>
Acréscimos de custos:		
Planos de prémios de desempenho diferidos (nota n.º 52)	1 663 840	646 310
Remunerações a liquidar	1 111 813	795 079
Juros a liquidar	171 098	331 266
Rendas	2 762	153 139
Outros acréscimos de custos	<u>143 304</u>	<u>189 740</u>
	<u>3 092 817</u>	<u>2 115 534</u>

	2004	2003
Proveitos diferidos:		
Rendas recebidas antecipadamente	109 138	—
Outros proveitos diferidos	1	—
	109 139	1

A rubrica de outros acréscimos de proveitos inclui o valor de 1 550 000 euros relativo à indemnização a receber da empresa Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A., decretada em sentença de um Tribunal Arbitral (nota n.º 52).

A rubrica do passivo de planos de prémios de desempenho diferidos inclui o montante de 1 353 189 euros exigível a médio e a longo prazos, sendo os restantes 310 651 euros exigíveis a curto prazo.

51 — Outros devedores:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o valor registado nesta rubrica diz respeito, essencialmente, a saldos a receber de diversas

empresas do grupo, referentes aos débitos emitidos em Dezembro de 2004 e 2003 relativos a juros de suprimentos, a juros de aplicações de tesouraria efectuadas na Sonaecom e a diversos serviços prestados.

52 — Outros factos relevantes:

Planos de prémios de desempenho diferidos:

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores, acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom.

O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções.

A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição (a)	Período de diferimento		Período de exercício	
		Data de atribuição	Data de vencimento	De	Até
Opções Sonaecom:					
Plano 2000	6,265	31-3-2001	31-3-2004	1-4-2004	31-3-2005
Plano 2001	3,014	31-3-2002	31-3-2005	1-4-2005	31-3-2006
Plano 2002	1,694	31-3-2003	31-3-2006	1-4-2006	31-3-2007
Plano 2003	—	—	—	—	—
Acções Sonaecom:					
Plano 2000	6,265	31-3-2001	31-3-2004	—	—
Plano 2001	3,014	31-3-2002	31-3-2005	—	—
Plano 2002	1,694	31-3-2003	31-3-2006	—	—
Plano 2003	3,190	31-3-2004	31-3-2007	—	—
Acções Sonae — SGPS:					
Plano 2000	1,12	31-3-2001	31-3-2004	—	—
Plano 2001	0,92	31-3-2002	31-3-2005	—	—
Plano 2002	0,36	31-3-2003	31-3-2006	—	—
Plano 2003	0,93	31-3-2004	31-3-2007	—	—

(a) Cotação média do mês anterior à data de atribuição, excepto para as acções Sonae — SGPS, em que a cotação usada é a da data de atribuição.

A Sonaecom assinou acordos para cobrir o risco de execução e de variação de preço dos planos de opções e acções. Mediante este acordo, a responsabilidade total da Sonaecom passou a estar limitada a um máximo de 1 663 840 euros, valor contabilizado na rubrica de acréscimos de custos.

A Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias que espelham as condições do contrato principal, através dos quais passa as responsabilidades correspondentes para cada subsidiária.

Os custos dos planos de opções e de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	668 846
Custos reconhecidos no exercício	352 420
Custos diferidos no exercício	(143 458)
Outros activos não correntes e correntes (custos diferidos ainda não reconhecidos)	786 032
Outros passivos não correntes e correntes (total de custos custos dos planos)	1 663 840

Processos judiciais:

Maxistar:

Foi instaurado, no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A., (Maxistar) pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do acordo parassocial, recla-

mando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do acordo parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas, por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão.

Por decisão de 13 de Janeiro de 2003, o tribunal arbitral que apreciou o diferendo entre a Sonaecom e outros accionistas da Optimus, contra a Maxistar, foi esta última condenada ao pagamento de uma indemnização no valor de 2 344 350 euros, sobre o qual incidirão os juros legais moratórios desde 13 de Janeiro de 1999, até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A administração da Sonaecom já comunicou à Maxistar a sua preferência pela primeira hipótese, tendo para tal dado instruções no sentido de se arrestarem as referidas acções para garantia daquele crédito.

A Maxistar recorreu da decisão do tribunal arbitral, mas tendo em conta as reduzidas hipóteses de recursos dessa natureza, a administração não espera que o mesmo seja admitido.

Perante o não cumprimento pela Maxistar do acórdão arbitral, os restantes accionistas da Optimus deram início a uma acção executiva que está em fase de distribuição no Tribunal.

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Sonaecom — SGPS, S. A. (empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 507 770 824 euros e capitais próprios de 483 542 326 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3 725 782 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira da Sonaecom — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfase.* — As demonstrações financeiras mencionadas no ponto 1 acima, referem-se à actividade da empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota n.º 1, alínea c) do anexo, os investimentos financeiros em empresas do grupo são apresentados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais apresentam um total de balanço de 1 058 596 698 euros, passivos de 618 022 136 euros, proveitos operacionais de

887 126 549 euros e capitais próprios de 440 574 562 euros que incluem interesses minoritários de 183 919 719 euros e um resultado líquido do exercício de 18 048 373 euros.

Porto, 24 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sonaecom — SGPS, S. A. (empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade da administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2004 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, que inclui uma ênfase, bem como o relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Faço ao exposto, somos de opinião que, apesar do assunto descrito no ponto 6 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 24 de Fevereiro de 2005. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

1 — O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal das contas da Sonaecom — SGPS, S. A. (empresa) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas a qual inclui uma ênfase.

3 — O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

1) Acompanhamento da gestão e actividade da empresa, através da participação em reuniões, da leitura das actas relevantes e da obtenção de informações dos seus responsáveis, tendo solicitado os esclarecimentos que considerámos necessários;

2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo às demonstrações financeiras;

3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos anexos, com as normas de contabilidade geralmente aceites em Portugal;

4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

5) Análise do sistema de controlo interno, com vista à determinação do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo considerados apropriados;

6) Realização de testes de validação de saldos, transacções e outras informações com a extensão e profundidade que considerámos adequadas em função da materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:

a) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros, (bancos, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas pela empresa; quando aplicável, análise e teste das reconciliações preparadas pela empresa e aplicação de procedimentos alternativos nos casos de ausência de resposta de terceiros;

b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa;

c) Solicitação directa e por escrito a advogados e outras entidades, de informações sobre processos de cobrança coersiva, litígios ou acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

d) Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de activos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

e) Análise da situação fiscal, e para fiscal e da adequada contabilização dos impostos e taxas aplicáveis;

f) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção à sua classificação na demonstração dos resultados e a sua especialização entre exercícios;

g) Análise das operações, transacções e saldos com as entidades relacionadas;

h) Verificação da titularidade dos investimentos financeiros, validação do seu custo de aquisição e do seu valor de realização;

i) Análise da situação relativa aos benefícios de reforma, pré-reforma e *stock options*;

j) Obtenção da declaração de responsabilidade do conselho de administração.

7) Apreciamos a conformidade do relatório de gestão com as demonstrações financeiras do exercício, o qual satisfaz os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Porto, 24 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Activos não correntes:			
Imobilizações corpóreas	1.c), 1.h) e 5	482 808 381	490 831 009
Imobilizações incorpóreas	1.d), 1.e) e 6	183 943 968	201 440 387
Goodwill	1.f) e 7	31 614 130	26 940 588
Investimentos em empresas associadas	1.b) e 3	685 669	723 685
Investimentos disponíveis para venda	1.g) e 8	1 207 320	5 966 093
Outras dívidas de terceiros	9	3 506 749	—
Impostos diferidos activos	1.r) e 10	68 693 940	84 626 227
Outros activos não correntes	1.t), 1.u) e 11	4 872 217	21 991 571
<i>Total de activos não correntes</i>		<u>777 332 374</u>	<u>832 519 559</u>
Activos correntes:			
Existências	1.j) e 12	12 827 545	8 278 703
Clientes	1.k) e 13	152 682 416	145 002 551
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 14	11 339 437	18 008 172
Outros activos correntes	1.t), 1.u) e 15	51 149 794	60 719 893
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 1.m) e 16	53 265 132	144 166 252
<i>Total de activos correntes</i>		<u>281 264 324</u>	<u>376 175 571</u>
<i>Total do activo</i>		<u>1 058 596 198</u>	<u>1 208 695 130</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	2004	2003
Capital próprio:			
Capital social	17	226 250 000	226 250 000
Reservas	1.v)	12 356 470	31 533 763
Resultado líquido consolidado do exercício		18 048 373	(19 170 834)
		<u>256 654 843</u>	<u>238 612 929</u>
Interesses minoritários	1.a) e 18	183 919 719	164 420 927
<i>Total do capital próprio</i>		<u>440 574 562</u>	<u>403 033 856</u>
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.n), 1.o) e 19	305 138 566	420 458 200
Outros credores não correntes	20	3 425 011	39 666 666
Outros passivos financeiros não correntes	1.h) e 21	3 953 358	6 465 484
Provisões para outros riscos e encargos	1.q) e 22	4 292 249	3 741 092
Outros passivos não correntes	1.t), 1.u) e 28	9 794 878	7 020 723
<i>Total de passivos não correntes</i>		<u>326 604 062</u>	<u>477 352 165</u>

	Notas	2004	2003
Passivo corrente:			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.n), 1.p e 24	2 508 344	56 462 414
Fornecedores	25	153 049 344	137 741 395
Outros passivos financeiros	1.h) e 26	4 070 891	3 227 925
Outras dívidas a terceiros	27	17 612 868	17 631 305
Outros passivos correntes	1.t), 1.u) e 28	114 176 627	113 246 070
<i>Total de passivos correntes</i>		<u>291 418 074</u>	<u>328 309 109</u>
<i>Total do passivo e capital próprio</i>		<u>1 058 596 698</u>	<u>1 208 695 130</u>

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

**Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas
para os exercícios e para os trimestres findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

	Notas	2004	2003	Setembro a Dezembro de 2004 (não auditado)	Setembro a Dezembro de 2003 (não auditado)
(Em euros)					
Proveitos operacionais:					
Vendas	29	108 049 977	106 214 013	28 964 136	33 472 596
Prestações de serviços	29	772 109 042	731 528 331	189 513 872	187 168 076
Outros proveitos operacionais	30	6 967 530	7 109 594	2 821 960	(2 519 937)
<i>Total de proveitos operacionais</i>		<u>887 126 549</u>	<u>844 851 939</u>	<u>221 299 968</u>	<u>218 120 735</u>
Custos operacionais:					
Custo das vendas	12	(106 436 514)	(111 189 573)	(30 068 652)	(47 404 068)
Fornecimentos e serviços externos...	31	(454 292 910)	(457 510 181)	(114 701 923)	(106 054 040)
Custos com o pessoal	43	(96 374 442)	(95 134 727)	(25 749 474)	(23 936 317)
Amortizações e depreciações	5, 6e7	(125 197 734)	(129 392 972)	(31 726 324)	(30 993 569)
Provisões e perdas de imparidade	1.q), 1.x) e 22	(15 851 501)	(20 879 234)	(2 140 002)	(4 125 353)
Outros custos operacionais	1.x) e 32	(13 557 654)	(14 601 660)	(4 180 493)	149 792
<i>Total de custos operacionais</i>		<u>(811 710 755)</u>	<u>(828 708 346)</u>	<u>(208 566 868)</u>	<u>(212 363 554)</u>
Resultados operacionais		<u>75 415 794</u>	<u>16 143 593</u>	<u>12 733 100</u>	<u>5 757 181</u>
Ganhos e perdas em empresas associadas	33	(10 473)	(432 295)	26 812	(497 009)
Outros resultados financeiros	1.o), 1.p), 1.w) e 33	(18 421 429)	(23 559 924)	(3 180 348)	(7 864 255)
Resultados correntes		<u>56 983 892</u>	<u>(7 848 626)</u>	<u>9 579 564</u>	<u>(2 604 083)</u>
Imposto sobre o rendimento	1.r) e 34	(18 151 692)	(11 765 308)	(1 447 665)	(2 479 878)
Resultado depois de impostos		<u>38 832 200</u>	<u>(19 613 934)</u>	<u>8 131 899</u>	<u>(5 083 961)</u>
Interesses minoritários	1.a) e 18	(20 783 827)	443 100	(3 497 820)	(337 431)
Resultado líquido consolidado		<u>18 048 373</u>	<u>(19 170 834)</u>	<u>4 634 079</u>	<u>(5 421 391)</u>
Resultados por acção:					
Incluindo oper. em descontinuação:					
Básicos		0,08	(0,08)	0,02	(0,02)
Diluídos		0,08	(0,08)	0,02	(0,02)
Excluindo oper. em descontinuação:					
Básicos		0,08	(0,08)	0,02	(0,02)
Diluídos		0,08	(0,08)	0,02	(0,02)

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004									
	Capital social	Reservas					Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
		Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Reservas de cobertura	Total de reservas			
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	226 250 000	114 360	335 819 541	(182 577 529)	(121 380 899)	(441 710)	31 533 763	—	(19 170 834)	238 612 929
Aplicação do resultado consolidado de 2003	—	—	—	(19 170 834)	—	—	(19 170 834)	—	19 170 834	—
Resultado cons. líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004	—	—	—	—	—	—	—	—	18 048 373	18 048 373
Variação de minoritários	—	—	—	(270 071)	—	—	(270 071)	—	—	(270 071)
Reservas de cobertura (<i>swaps</i>)	—	—	—	—	—	72 555	72 555	—	—	72 555
Variação de reservas de conversão cambial e outros	—	—	—	191 057	—	—	191 057	—	—	191 057
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	226 250 000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Interesses minoritários:										
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	—	—	—	—	—	—	—	164 420 927	—	164 420 927
Entradas de novas empresas	—	—	—	—	—	—	—	(2 462 691)	—	(2 462 691)
Prest. suplem. efectuadas por minoritários	—	—	—	—	—	—	—	2 750 793	—	2 750 793
Reservas de cobertura (<i>swaps</i>)	—	—	—	—	—	—	—	(428 328)	—	(428 328)
Interesses minoritários no resultado	—	—	—	—	—	—	—	20 783 827	—	20 783 827
Variação dos minoritários e outras	—	—	—	—	—	—	—	(1 144 809)	—	(1 144 809)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	—	—	—	—	—	—	—	183 919 719	—	183 919 719
<i>Total</i>	226 250 000	114 360	335 819 541	(201 827 377)	(121 380 899)	(369 155)	12 356 470	183 919 719	18 048 373	440 574 562

	2003									
	Capital social	Reservas					Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
		Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Reservas de cobertura	Total de reservas			
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	226 250 000	114 360	335 819 541	(109 217 954)	(121 380 899)	—	105 335 048	—	(74 535 849)	257 049 199
Aplicação do resultado consolidado de 2002	—	—	—	(74 535 849)	—	—	(74 535 849)	—	74 535 849	—
Resultado cons. líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003	—	—	—	—	—	—	—	—	(19 170 834)	(19 170 834)
Correcções de despesas relativas a aumentos de capital	—	—	—	605 523	—	—	605 523	—	—	605 523
Reservas de cobertura (<i>swaps</i>)	—	—	—	—	—	(441 710)	(441 710)	—	—	(441 710)
Entrada de novas empresas no consolidado	—	—	—	27 248	—	—	27 248	—	—	27 248
Variação das reservas individuais da Retailbox	—	—	—	152 756	—	—	152 756	—	—	152 756
Variação de reservas de conversão cambial e outros	—	—	—	390 747	—	—	390 747	—	—	390 747
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	226 250 000	114 360	335 819 541	(182 577 529)	(121 380 899)	(441 710)	31 533 763	—	(19 170 834)	238 612 929

2003										
	Capital social	Reservas					Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
		Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Reservas de cobertura				
Interesses minoritários:										
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	—	—	—	—	—	—	—	160 195 053	—	160 195 053
Entradas de novas empresas	—	—	—	—	—	—	—	70 625	—	70 625
Saídas de empresas	—	—	—	—	—	—	—	(3 222 499)	—	(3 222 499)
Prest. suplem. efectuadas por minoritários	—	—	—	—	—	—	—	7 896 483	—	7 896 483
Variação dos minoritários	—	—	—	—	—	—	—	(226 437)	—	(226 437)
Interesses minoritários no resultado	—	—	—	—	—	—	—	(443 100)	—	(443 100)
Outras	—	—	—	—	—	—	—	150 802	—	150 802
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	—	—	—	—	—	—	—	164 420 927	—	164 420 927
<i>Total</i>	226 250 000	114 360	335 819 541	(182 577 529)	(121 380 899)	(441 710)	31 533 763	164 420 927	(19 170 834)	403 033 846

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

**Demonstrações consolidadas dos resultados por funções
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

	Em euros)	
	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	880 159 019	837 742 344
Custo das vendas e das prestações de serviços	(601 746 484)	(590 942 613)
Resultados brutos	278 412 535	246 799 731
Outros proveitos e ganhos operacionais	7 470 693	8 898 749
Custos de distribuição	(125 822 031)	(151 302 758)
Custos administrativos	(71 086 358)	(64 743 682)
Outros custos e perdas operacionais	(13 399 708)	(23 508 447)
Resultados operacionais	(75 575 131)	(16 143 593)
Custo líquido de financiamento	(18 580 766)	(16 606 059)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(10 473)	(7 386 160)
Resultados não usuais ou não frequentes	—	—
Resultados correntes	56 983 892	(7 848 626)
Imposto corrente	(1 390 043)	(6 331)
Imposto diferido	(16 761 649)	(10 138 339)
Impostos sobre os resultados correntes	(18 151 692)	(11 765 308)
Resultados correntes após impostos	38 832 200	(19 613 934)
Interesses minoritários	(20 783 827)	443 100
Resultado consolidado líquido	18 048 373	(19 170 834)
Resultado por acção	0,08	(0,08)

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

	Em euros)	
	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	876 422 217	833 635 044
Pagamentos a fornecedores	(566 545 359)	(547 418 554)
Pagamentos ao pessoal	(105 827 611)	(105 948 295)
Fluxo gerado pelas operações	204 049 247	180 268 195
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre rendimentos	(1 401 698)	(2 660 865)
Outros pagamentos relativos a actividades operacionais	855 586	(13 300 227)
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	(203 503 135)	164 307 103
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	—
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	—
<i>Fluxos das activ. operacionais (1)</i>	203 503 135	164 307 103
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos concedidos	—	—
Investimentos financeiros	3 481 561	408 374
Imobilizações corpóreas	4 495 504	3 003 054
Imobilizações incorpóreas	220 351	—
Juros e proveitos similares	2 704 609	3 460 083
Outros	—	—
	10 902 025	6 871 511
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(12 447 747)	(1 663 000)
Imobilizações corpóreas	(95 608 198)	(85 623 432)
Imobilizações incorpóreas	(29 271 613)	—
Outros	—	—
	(137 327 558)	(87 286 432)
<i>Fluxos das activ. de investimento (2)</i>	(126 425 533)	(80 414 921)

(Em euros)

	2004	2003
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	100 000 000	255 067 522
Aumentos de capital	—	—
Juros e proveitos similares	—	—
	100 000 000	255 067 522
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(245 274 747)	(286 702 422)
Juros e custos similares	(21 445 136)	(39 203 034)
Dividendos	—	—
	(266 719 883)	(325 905 456)
Fluxos das activ. de financiamento (3)	(166 719 883)	(70 837 934)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(89 642 281)	(13 054 248)
Efeito das diferenças de câmbio	—	(105 367)
Caixa e seus equivalentes no princípio do período	(141 196 552)	(124 827 188)
Caixa e seus equivalentes no final do período	51 554 271	137 776 069

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004	2003
1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Aquisições:		
Portais Verticais.com — SGPS, S. A.	—	177 000
Enabler UK, Ltd.	—	644 520
Situs — Exploração de Torres de Comunicações e Sites, S. A.	—	1
Enabler UK, Ltd.	—	35
Myplace — Conteúdos Imobiliários na Internet, S. A.	—	16 667
Jaua — SGPS, S. A.	3 289 549	—
Noriema — SGPS, S. A.	7 830 517	—
b) Valor pago:		
Jaua — SGPS, S. A.	2 747 674	—
Noriema — SGPS, S. A.	7 122 392	—
Nos restantes valores referidos na alínea a) o preço de compra é igual ao valor pago.		
c) Quantia de caixa e equivalentes a caixa existentes na filial adquirida:		
Portais Verticais.com — SGPS, S. A.	—	636 612
Enabler UK, Limited	—	306 169
Situs — Exploração de Torres de Comunicações e Sites, S. A.	—	51 335
KPNQwest Portugal — Telecomunicações, L.ª	1 967 240	—
Jaua — SGPS, S. A.	18 829	—
Noriema — SGPS, S. A.	1 284 415	—
d) Quantia de outros activos e passivos adquiridos (alienados):		
Portais Verticais.com — SGPS, S. A.:		
Imobilizado	—	—
Dívidas de terceiros curto-prazo	—	6 051
Dívidas a terceiros curto-prazo	—	699
Enabler UK, Ltd.:		
Imobilizado	—	94 195
Dívidas de terceiros curto-prazo	—	23 933
Dívidas a terceiros curto-prazo	—	3 314 290
Situs — Exploração de Torres de Comunicações e Sites, S. A.:		
Imobilizado	—	1 278
Dívidas de terceiros curto-prazo	—	137 445
Dívidas a terceiros curto-prazo	—	234 935

(Em euros)

	2004	2003
Enabler UK, Ltd.:		
Imobilizado	—	85 391
Dívidas de terceiros curto-prazo	—	1 607 100
Dívidas a terceiros curto-prazo	—	1 945 098
Myplace — Conteúdos Imobiliários na Internet, S. A.:		
Imobilizado	—	—
Dívidas de terceiros curto-prazo	—	106 630
Dívidas a terceiros curto-prazo	—	5 044 893
KPNQwest Portugal — Telecomunicações, L.ª:		
Imobilizado	1 582 796	—
Dívidas de terceiros curto-prazo	3 961 920	—
Dívidas a terceiros curto-prazo	3 590 240	—
2 — Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	291 776	137 607
Depósitos à ordem	7 791 039	5 154 969
Aplicações de tesouraria	45 182 317	138 873 676
Depósitos à ordem (saldos credores)	(1 710 861)	(6 390 184)
Caixa e seus equivalentes	51 554 271	137 776 068
Depósitos à ordem (saldos credores)	1 710 861	6 390 184
Disponibilidades constantes do balanço	53 265 132	144 166 252
A diferença verificada entre o valor de caixa e seus equivalentes do período findo em 31 de Dezembro de 2003 e o valor de caixa e seus equivalentes no início deste período refere-se a variações de perímetro.		
Caixa e seus equivalentes do período findo em 31 de Dezembro de 2003		137 776 068
Variação de perímetro:		
Enabler DE		150 000
KPNQwest		1 967 240
Jaua		18 829
Noriema		1 284 415
Caixa e seus equivalentes no início do período findo 31 de Dezembro de 2004		141 196 552
3 — Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias:		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	125 969 205	189 552 852
b) Compra da empresa através da emissão de acções	n. a.	n. a.
c) Conversão de dívidas em capital	n. a.	n. a.

4 — Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade:

(Em euros)

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxos das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Rede móvel	170 961 024	(103 636 634)	(115 955 203)	(48 630 813)
Rede fixa e Internet	68 777 329	(22 148 169)	(47 590 142)	(960 982)
Multimédia	3 976 309	(556 451)	(2 927 353)	492 505
Sistemas de informação	3 004 726	(1 744 601)	(55 389)	1 204 736
Outras	(43 216 253)	1 660 323	(191 796)	(41 747 727)
	203 503 135	(126 425 533)	(166 719 883)	(89 642 281)

Os valores incluídos em rede fixa incluem montantes relacionados com as actividades de Internet e outras, da filial Novis, cujo contributo para o total não é significativo.

5 — Outras informações:

	2004	2003
Outras aquisições e alienações de participações financeiras:		
Aquisições:		
Enabler & Retail Consult	150 000	—
Retailbox BV	1 500 000	—
Enabler UK	739 685	—

(Em euros)

	2004	2003
Alienações:		
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora	—	562 500
Investimento Director (a)	4 774 116	—
Retailbox BV	104 661	—
Aumentos de capital:		
Enabler Brasil	121 596	—

(a) O valor da venda foi parcialmente recebido.

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Activo imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	638 200	270 594	367 606	—
Propriedade industrial e outros direitos	305 444 630	128 010 093	177 434 537	44 387 537
Imobilizações em curso	6 141 825	—	6 141 825	157 052 850
Diferenças de consolidação	64 205 032	32 590 902	31 614 130	26 940 588
	<u>376 429 687</u>	<u>160 871 589</u>	<u>215 558 098</u>	<u>228 380 975</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e edifícios	172 90 865	71 011 417	101 889 448	100 660 961
Equipamento básico	617 944 093	303 963 767	313 980 326	304 131 114
Equipamento de transporte	130 289	109 914	20 375	94 548
Ferramentas e utensílios	1 203 681	1 140 982	62 699	116 147
Equipamento administrativo	119 741 012	62 977 644	56 763 368	56 898 499
Outras imobilizações corpóreas	2 820 556	1 886 136	934 420	1 045 707
Imobilizações em curso	9 157 745	—	9 157 745	27 884 034
	<u>923 898 241</u>	<u>441 089 860</u>	<u>482 808 381</u>	<u>490 831 010</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	4 811 267
Partes de capital em empresas associadas	685 669	—	685 669	673 685
Empréstimos a empresas associadas	960 142	—	960 142	839 140
Títulos e outras aplicações financeiras	6 254 872	2 709 793	3 545 079	1 323 328
Outros empréstimos concedidos	24 316	—	24 316	—
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	—	—	—	1 500 000
	<u>7 924 999</u>	<u>2 709 793</u>	<u>5 215 206</u>	<u>9 147 420</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 034 124	—	2 034 124	1 033 490
Mercadorias	15 359 185	4 565 764	10 793 421	7 245 213
	<u>17 393 309</u>	<u>4 565 764</u>	<u>12 827 545</u>	<u>8 278 703</u>
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:				
Outros devedores	3 506 749	—	3 506 749	—
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	152 651 617	—	152 651 617	144 971 752
Clientes — Títulos a receber	30 799	—	30 799	30 799
Clientes de cobrança duvidosa	67 229 825	67 229 825	—	—
Adiantamentos a fornecedores	813 236	—	813 236	2 671 846
Estado e outros entes públicos	4 545 808	—	4 545 808	6 121 267
Outros devedores	6 114 076	133 683	5 980 393	9 215 059
	<u>231 385 361</u>	<u>67 363 508</u>	<u>164 021 853</u>	<u>163 010 723</u>

(Em euros)			
	2004		
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
2003			
Activo líquido			
Títulos negociáveis:			
Outras aplicações de tesouraria	45 182 317	—	45 182 317
Depósitos bancários e caixa:			
Depósitos à ordem	7 791 039		7 791 039
Caixa	291 776		291 776
	8 982 815		8 982 815
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	40 503		40 503 113
Custos diferidos	12 196 681		12 196 681
Activos por impostos diferidos	68 693 940		68 693 940
	121 393 734		121 393 734
<i>Total de amortizações</i>		601 961 449	
<i>Total de provisões</i>		74 639 065	
<i>Total do activo</i>	1 735 197 212	676 600 514	1 058 596 698

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004	2003
Capital próprio:		
Capital	226 250 000	226 250 000
Prémios de emissão de acções	335 819 541	335 819 541
Reservas legais	114 360	114 360
Outras reservas	(323 577 431)	(304 400 138)
Resultado líquido consolidado do exercício	18 048 373	(19 170 834)
<i>Total de capital próprio</i>	256 654 843	238 612 929
Interesses minoritários	183 919 719	164 420 927
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	4 292 249	3 741 092
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	305 138 566	420 458 200
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	5 775 528	43 355 899
Outros empréstimos obtidos	1 602 841	2 776 251
	312 516 935	466 590 350
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	2 508 344	56 462 414
Fornecedores, conta corrente	115 421 318	112 867 909
Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	2 590 238	1 904 956
Fornecedores, títulos a pagar	467 519	—
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	38 641 160	26 196 455
Adiantamentos de clientes	94 344	31 373
Estado e outros entes públicos	11 049 202	10 402 623
Outros credores	6 469 322	7 197 309
	177 241 447	215 063 039
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	100 520 262	95 135 940
Proveitos diferidos	23 451 243	25 130 853
	123 971 505	120 266 793
<i>Total do passivo</i>	618 022 136	805 661 274
<i>Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo</i>	1 058 596 698	1 208 695 130

O Conselho de Administração: Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole. — O Técnico Oficial de Contas, Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.

**Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2004		2003	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	102 231 265		106 324 993	
Matérias	4 205 249	106 436 514	4 864 580	111 189 573
Fornecimentos e serviços externos		454 292 910		457 510 181
Custos com o pessoal:				
Remunerações	77 759 114		72 432 146	
Encargos sociais:				
Outros	18 615 328	96 374 442	22 702 580	95 134 726
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	125 197 734		129 392 972	
Provisões	15 851 501	141 049 235	20 879 234	150 272 206
Impostos	11 753 891		11 779 108	
Outros custos e perdas operacionais	1 803 763	13 557 654	2 822 552	14 601 660
(A)		81 710 755		828 708 346
Perdas em empresas do grupo e associadas	35 001		479 531	
Amortiz. e provisões de aplicações e investimentos financeiros	—		4 420 213	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo	—		—	
Outros	21 214 391	21 249 392	24 804 105	29 705 849
(C)		832 960 147		858 414 195
Custos e perdas extraordinárias		—		—
(E)		832 960 147		858 114 195
Imposto sobre o rendimento do exercício:				
Imposto sobre o exercício corrente	1 390 043		1 923 630	
Imposto diferido	16 761 649	18 151 692	9 841 678	11 765 308
(G)		851 111 839		870 179 503
Interesses minoritários		20 783 827		(443 100)
Resultado líquido consolidado do exercício		18 048 373		(19 170 834)
Total de custos e perdas		889 944 039		850 565 569

PROVEITOS E GANHOS

	2004		2003	
Vendas:				
Mercadorias	70 843 744		70 720 203	
Produtos	37 206 649		35 493 810	
Prestações de serviços	772 109 042	880 159 019	731 528 331	837 742 344
Proveitos suplementares	2 822 705		5 991 947	
Subsídios à exploração	877 602		263 090	
Outros proveitos e ganhos operacionais	3 267 223	6 967 530	854 557	7 109 594
(B)		887 126 549		844 851 938
Ganhos em empresas do grupo e associadas	24 528		47 236	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	1 165 945		2 248 402	
Outros	1 627 017	2 817 490	3 417 993	5 713 631
(D)		889 944 039		850 565 569
Proveitos e ganhos extraordinários		—		—
(F)		889 944 039		850 565 569
Resumo:				
Resultados operacionais (B)–(A) =	75 415 794		16 143 593	
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	(18 431 902)		(23 992 219)	
Resultados correntes (D)–(C) =	56 983 892		(7 848 626)	
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	56 983 892		(7 848 626)	
Resultado líquido consolidado do exercício (F)–(G) =	38 832 200		(19 613 934)	

O Conselho de Administração: Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole. — O Técnico Oficial de Contas, Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Montantes expressos em euros)

A Sonaecom — SGPS, S. A. (empresa ou Sonaecom) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae — Tecnologias de Informação, S. A. e tem a sua sede no lugar do Espido, Via Norte, Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas notas n.ºs 2 e 3 (Grupo).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste — SGPS, S. A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com — SGPS, S. A. Desde então, o objecto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por 150 milhões de acções de valor nominal unitário de um euro.

Em 1 de Junho de 2000, a empresa foi objecto de uma oferta combinada de acções, que integrou o seguinte:

Oferta pública de venda de 5 430 000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;

Oferta particular de venda de 26 048 261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à oferta combinada de venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae — SGPS, S. A. (accionista da Sonaecom, doravante designada Sonae). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da oferta combinada de venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31 000 000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de um euro.

O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida oferta combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4 721 739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da oferta particular de venda e 1 507 865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da assembleia geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181 000 000 de euros para 226 250 000 euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45 250 000 novas acções, de valor nominal unitário de um euro, ao preço de 2,25 euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom — SGPS, S. A.

Os negócios do Grupo consistem essencialmente nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e Internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo opera, essencialmente, em Portugal, com algumas das subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, Reino Unido, Holanda e Alemanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sedeadas na zona euro passaram a adoptar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (notas n.ºs 2 e 3), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade, geralmente aceites em Portugal ajustados, no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS)

emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS/IFRS).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com os IAS/IFRS, foram adoptados princípios e políticas contabilísticas que, nalguns casos, divergem dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, o desconhecimento de activos incorpóreos associados aos custos de angariação de clientes, às despesas de instalação e às despesas de investigação e desenvolvimento e à reposição do *goodwill* no activo, o qual a partir de 1 de Janeiro de 2001 tinha sido contabilizado directamente na rubrica de reservas.

A Sonaecom adoptou (antecipadamente) com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004, o IFRS 2 — Share-Based Payment, relativamente à contabilização dos planos de prémios de desempenho diferidos.

A Sonaecom decidiu adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 2004, as disposições previstas no IFRS 3 — Business Combinations, relativamente à não amortização do *goodwill* gerado na aquisição de participações financeiras e à realização dos respectivos testes de imparidade de acordo com a nova redacção da IAS 36.

Segundo as disposições do IFRS 5, a 31 de Dezembro de 2003, o investimento financeiro detido no Investimento Directo, classificado como disponível para venda em activos correntes, foi reclassificado para activos não correntes.

Adicionalmente, a Sonaecom decidiu adoptar as disposições previstas na IAS 1, tendo por esse facto reclassificado no balanço em 31 de Dezembro de 2003, os saldos de interesses minoritários, para os incluir na rubrica de capital próprio.

Por último, em 31 de Dezembro de 2004, a Sonaecom alterou a forma de contabilização dos custos com a emissão de empréstimos, os quais passaram a ser reconhecidos como uma dedução ao valor nominal da dívida (custo amortizado), ao longo do período do financiamento, de acordo com a taxa de juro efectiva, nos termos previstos nas IAS 18 e 39 (notas n.ºs 11 e 19).

Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) *Investimentos financeiros em empresas do Grupo.* — As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em assembleia geral de accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica de interesses minoritários.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na nota n.º 2.

b) *Investimentos financeiros em empresas associadas.* — Os investimentos financeiros em empresas associadas (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de reservas.

Anualmente é feita uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se descritos na nota n.º 3.

c) Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento, por contrapartida da rubrica de amortizações e depreciações da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica de outros custos operacionais da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10
Rede de telecomunicações	10-20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	5-8
Outras imobilizações corpóreas	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

d) Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, *software* (excluindo aquele que se encontra associado a imobilizações corpóreas — *software* de sites de telecomunicações), propriedade industrial e os encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo durante o qual foram concedidas (15 anos). A licença UMTS está a ser amortizada por um período de 11 anos, que corresponde ao período compreendido entre a data de arranque da actividade comercial e o termo da licença.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração de resultados na rubrica de amortizações e depreciações.

e) Marcas e patentes. — As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada.

f) Goodwill. — As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de *goodwill* e, quando negativas, após uma reavaliação do seu

apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, o *goodwill* era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de amortizações e depreciações do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o IFRS 3 — Business Combinations, o Grupo suspendeu a amortização do *goodwill*. A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício do *goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de outros custos operacionais.

g) Investimentos. — De acordo com a IAS 39, os instrumentos financeiros classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento — activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do conselho de administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;

Investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados — activos ou passivos financeiros cujo objectivo de detenção é a realização de mais-valias no curto prazo e todos os instrumentos derivados que não estejam afectos a operações de cobertura;

Empréstimos e contas a receber — activos financeiros não derivados com reembolsos fixos ou variáveis que não se encontram cotados em mercados líquidos e que não foram classificados como investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados ou como investimentos disponíveis para venda;

Investimentos disponíveis para venda — activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data incluindo as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor. No momento em que o investimento é vendido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição (sendo considerada uma perda de imparidade), o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados são registados na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídos da consolidação são apresentados ao custo de aquisição ou ao seu justo valor, dos dois o mais baixo.

h) Locação financeira. — Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no

valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

i) *Locação operacional (ALDs).* — As locações são classificadas como financeiras sempre que os termos do contrato indiquem que ocorre uma transferência substancial de todos os riscos e encargos para a empresa. Todas as outras locações são classificadas como operacionais.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração (ALD), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) *Existências.* — As existências são valorizadas ao custo de aquisição deduzido das eventuais perdas de imparidade.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração (nota n.º 22).

k) *Clientes e outras dívidas de terceiros.* — As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

l) *Títulos negociáveis.* — Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria com vencimento a mais de três meses são valorizados ao justo valor e encontram-se registados na rubrica de outros activos correntes.

m) *Caixa e equivalentes de caixa.* — Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

n) *Empréstimos.* — Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva.

o) *Encargos financeiros com empréstimos obtidos.* — Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra numa fase de suspensão.

p) *Instrumentos financeiros derivados.* — O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados pelo Grupo respeitam a *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios de reservas de cobertura.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

q) *Provisões e contingências.* — As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tiver sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

Durante o exercício de 2004, as provisões para outros riscos e encargos, existentes à data de 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foram reclassificadas de passivos correntes para não correntes.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

r) *Imposto sobre o rendimento.* — O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (nota n.º 10).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

s) *Subsídios atribuídos pelo Governo.* — Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos, durante o período de tempo durante o qual a empresa incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos em imobilizado são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

t) *Especialização de exercícios e rédito.* — Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de outros activos correntes e outros passivos correntes (notas n.ºs 15 e 28) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de proveitos financeiros e custos financeiros.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito que os accionistas têm de os receber já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

u) *Classificação de balanço.* — Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes (notas n.ºs 10 e 22).

v) *Reserva legal.* — A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

w) *Moeda estrangeira.* — Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício. No exercício de 2004, esse registo passou a ser feito pelo líquido entre custos e proveitos.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica de outras reservas.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais e associadas estrangeiras foram as seguintes:

	2004		2003	
	Em 31 de Dezembro de 2004	Média	Em 31 de Dezembro de 2003	Média
Libra inglesa	1,41824	1,47459	1,41884	1,44620
Real brasileiro	0,27665	0,27526	0,27288	0,28918

x) *Imparidade de activos.* — São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de outros custos operacionais nos casos de imobilizado e *goodwill*, e para os outros activos na rubrica de provisões e perdas de imparidade. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua

vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

y) *Planos de prémios de desempenho diferidos.* — A 1 de Janeiro de 2004, a Sonaecom decidiu adoptar, antecipadamente, as disposições previstas na IFRS 2 — Share — based Payment, relativamente ao tratamento contabilístico dos planos de prémios de desempenho diferidos.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de reservas, no capital próprio, por contrapartida da rubrica de custos com pessoal da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, de acordo com o IFRS 2, sofre as seguintes adaptações:

a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas de outros passivos não correntes e outros passivos correntes;

b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas de outros activos não correntes e outros activos correntes;

c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;

d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de custos com pessoal.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são registados em provisões, proporcionalmente ao período decorrido. Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada conforme descrito anteriormente, sendo os impactos do contrato registados por contrapartida da conta de provisões, em substituição de capitais próprios.

O Grupo celebrou, em 2003, um contrato onde transferiu, através do estabelecimento do pagamento de uma verba fixa, a titularidade da sua responsabilidade afecta àqueles planos para uma entidade exterior ao Grupo Sonaecom. À data de 31 de Dezembro de 2004, todos os planos estavam abrangidos pelo contrato de cobertura. Assim, o impacto total associado aos planos de acções e aos planos de prémios de desempenho diferidos está contabilizado, no balanço, nas rubricas de outros activos não correntes, outros activos correntes, outros passivos não correntes e outros passivos correntes. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de custos com pessoal.

z) *Eventos subsequentes.* — Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas (nota n.º 42).

2 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas do grupo incluídas na consolidação, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são as seguintes:

Firma (marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				
				2004		2003		
				Directo	Efectivo	Directivo	Efectivo	
Empresa-mãe:								
Sonae.com — SGPS, S. A. (SonaeCom)	Maia	Gestão de participações sociais	—	—	—	—	—	
Subsidiárias:								
Clixgest — Internet e Conteúdos, S. A. (Clixgest, usando a marca Clix)	Maia	Desenvolv. de todas as actividades relacionadas com as tecnol. de informação e multimédia, nomeadamente Internet, conteúdos e comércio electrónico.	Sonae Matrix	56,67	56,67	56,67	56,67	
Digitmarket — Sistemas de Informação, S. A. (Digitmarket, usando a marca Bizdirect).	Maia	Desenvolv. de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a Internet.	Sonae.com Sistemas de Informação	75,10	75,10	75,10	75,10	
Douro — Centro de Produções Artísticas, L. ^{da} (Douro)	Matosinhos	Concep. e prod. de filmes, cinema, vídeo, comerciais, document., trilhas sonoras, para rádio e TV, assessoria, comercializ. e promoção de vendas de eventos e espectáculos artísticos e culturais.	Sonae Matrix	(Dissolvida)		100,00	100,00	
Enabler — Informática, S. A. (Enabler)	Maia	Prest. de serviços no âmbito do desenvolv., comercialização e implementação de soluções de informação.	Retailbox	97,30	66,25	100,00	66,00	
Ebabler Brasil, Ltda. (Enabler Brasil)	Curitiba-Paraná	Exploração comercial de <i>software</i> , desenvolvido pela empresa ou por terceiros, prestação de serviços técnicos de consultoria relacionada com <i>software</i> .	Enabler	99,99	66,24	99,99	65,99	
Enabler & Retail Consult, Gmbh (Enabler Alemanha)	Alemanha	Prest. de serviços no âmbito do desenvolv., comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	85,00	56,31	50,00	33,00	
Enabler UK, Ltd. (Enabler UK)	Reino Unido	Prest. de serviços no âmbito do desenvolv., comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	100,00	66,25	85,50	54,45	
Exit Travel — Ag. de Viagens e Turismo Online, S. A. (Exit)	Maia	Prest. de serviços de agência de viagens, turismo e lazer, através da Internet.	Sonaecom Portais Vertic.	75,00 —	75,00 —	— 75,00	— 75,00	
Jaua — SGPS, S. A. (Jaua) (<i>a</i>)	Lisboa	Gestão de participações sociais	Novis	100,00	56,67	—	—	
KPNQwest Portugal — Telecomunicações, L. ^{da} (KPNQwest) (<i>a</i>)	Lisboa	Fornecimento de acesso à Internet	Jaua	51,00	28,90	—	—	
Mainroad — Serv. em Tecnol. de Informação, S. A. (Mainroad)	Maia	Prest. de serviços de consultadoria na área dos sistemas de informação	Novis	100,00	56,67	100,00	56,67	
Miauger — Organ. e Gestão de Leilões Electrón., S. A. (Miauger)	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	100,00	100,00	100,00	100,00	
Noriema — SGPS, S. A. (Noriema) (<i>a</i>)	Lisboa	Gestão de participações sociais	Novis	100,00	56,67	—	—	
M3G — Edições Digitais, S. A. (M3G)	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na Internet.	Público.pt	100,00	99,99	100,00	99,99	

Firma (marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2004		2003	
				Directo	Efectivo	Directivo	Efectivo
Novis Telecom, S. A. (Novis)	Maia	Instalação, manutenção e exploração de equipamentos de processamento de informação e de telecomunicações, gestão de redes e fornecimento de informação e de serviços de valor acrescentado.	Sonae.com	15,00	15,00	15,00	15,00
			Sonae Matrix	41,67	41,67	41,67	41,67
Optimus — Telecomunicações, S. A. (Optimus)	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	46,29	46,29	46,29	46,29
Per-Mar — Sociedade de Construções, S. A. (Per-Mar)	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100,00	46,29	100,00	46,29
Portais Verticais.com — SGPS, S. A. (Portais Verticais)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio dos portais verticais.	Sonae Matrix	(Dissolvida)		100,00	100,00
Público — Comunicação Social, S. A. (Público)	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonae Telecom, BV	99,99	99,99	99,99	99,99
Público.pt — Serv. Digitais Multimédia, S. A. (Público.pt)	Maia	Divulgação de produtos e serviços em formato electrónico, divulgação de informação multimédia e promoção de negócios em ambiente digital.	Público	100,00	99,99	100,00	99,99
Retailbox BV (Retailbox)	Amesterdão	Gestão de participações sociais	Sonae Telecom BV	68,09	68,09	66,00	66,00
Optimus Towering — Exploração de Torres de Telecomunicações, S. A. (Optimus Towering ex. Situs)	Maia	Implantação, instalação e explor. de torres e outros <i>sites</i> para coloc. de equipam. de telecomunicações.	Optimus	100,00	46,29	100,00	46,29
Sonae Matrix — Multimédia, SGPS, S. A. (Sonae Matrix)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia	SonaeCom	100,00	100,00	100,00	100,00
Sonae Telecom — SGPS, S. A. (Sonae Telecom)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	SonaeCom	100,00	100,00	100,00	100,00
Sonae.com — Sist. de Informação, SGPS, S. A. (Sonae.com — Sist. de Informação) ex. Sonae.com Ventures — SGPS, S. A. (Sonae.com Ventures).	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	SonaeCom	100,00	100,00	100,00	100,00
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais	SonaeCom	100,00	100,00	100,00	100,00
We Do Consulting — Sistemas de Informação, S. A. (We Do)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sist. de Inform.	100,00	100,00	100,00	100,00
We Do do Brasil — Soluções de Informática, Ltda.	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> , prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,89	99,89	99,89	99,89
XS-Comunicação — Informação e Lazer, S. A. (XS, usando a marca <i>Xis</i>).	Maia	Redacção, compos. e edição de publicações periód. e não periódicas, concretizada através da revista <i>Xis</i> .	Público	100,00	99,99	100,00	99,99

(a) As demonstrações financeiras destas empresas foram consolidadas pelo método integral a partir de 1 de Abril de 2004.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa). Atendendo aos estatutos da Optimus, a Sonaecom, apesar de deter apenas 46,29% da referida empresa, detém 52,34% dos direitos de voto.

3 — Investimentos em empresas associadas:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas e em empresas excluídas da consolidação, cujas sedes sociais, actividades principais, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são as seguintes:

Firma (marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Percentagem do capital detido				Valor de balanço		
			Detentor de capital	2004		2003		2003	2003
				Directo	Efectivo	Directivo	Efectivo		
Empresas associadas:									
Net Mall — SGPS, S. A. (Net Mall)	Maia	Gestão de participações sociais	Sonae.Com Sist. de Inform.	50,00	50,00	50,00	50,00	(a)	(a)
Soc. Independ. de Radiodifusão Sonora, S. A. (SIRS — usando a marca Rádio Nova).	Porto	Actividade de radiofusão sonora	Público	45,00	45,00	45,00	45,00	(a)	(a)
Unipress — Centro Gráfico, L. ^{da} (Unipress)	Vila Nova de Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	40,00	40,00	40,00	40,00	685 669	661 185
Global S — Centro Comercial, L. ^{da}	Matosinhos	Prestação de serviços de tecnol. de informação, para a promoção e gestão de centros comerciais multimédia, exploração de centro comercial (Global Shop).	Global S	2,40	0,80	2,40	0,80	(b)	(b)
			Global S 24	97,50	15,80	97,50	15,80	(b)	(b)
Global S — SGPS, S. A. (Global S — usando a marca Global Shop).	Matosinhos	Gestão de participações sociais	Net Mall	64,70	32,40	64,70	32,40	(b)	(b)
Global S — Tecnologias de Informação, L. ^{da}	Matosinhos	Desenvolv., produção, comercializ., formação e prestação de serviços no âmbito das tecnologias de informação, comunicação e segurança.	Global S	75,00	24,30	75,00	24,30	(b)	(b)
Global S24 — SGPS, S. A.	Matosinhos	Gestão de participações sociais	Global S	50,00	16,20	50,00	16,20	(b)	(b)
Empresas associadas registadas pelo custo de aquisição:									
Enabler & Retail Consult, Gmbh	Alemanha	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	85,00	56,11	50,00	33,00	Incl. na consolid. (nota n.º 2)	12 500
Empresas do grupo excluídas da consolidação:									
Contacto Útil — Serv. de Gestão de Atendimento a Clientes, S. A. (Contacto Útil)	Maia	Criação e gestão de centros de atendim. a clientes e <i>call centers</i> , incluindo a detenção do respectivo equip. e restante infra-estrutura associada.	Optimus	(Dissolvida)		100,00	46,29	—	50 000
								685 669	723 685

(a) Participação que se encontra totalmente provisionada.

(b) Em 2004, o valor de balanço das empresas do sub-grupo Global S encontra-se reflectido no activo da Net Mall (empresa detentora dessa participação), o qual era nulo nessas datas.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme na nota n.º 1, alínea b).

4 — Alterações ocorridas no grupo:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

a) Aquisições:

Compradora	Participada	Data	Porcentagem adquirida	Porcentagem de participação actual
Enabler	Enabler & Retail Consult	Janeiro de 2004	35,00	85,00
Sonaetelecom BV	Retailbox BV	Fevereiro de 2004	6,00	68,09
Enabler	Enabler UK	Abril de 2004	2,50	85,00
Novis	Jaua	Abril de 2004	100,00	100,00
Novis	Noriema	Abril de 2004	100,00	100,00
Enabler	Enabler UK	Dezembro de 2004	15,00	100,00

Como resultado das aquisições acima mencionadas, foi gerado um *goodwill* no montante de 4 736 688 euros (nota n.º 7).

O aumento da participação de 15% na Enabler UK foi adquirido por troca de 2,7% do capital da Enabler, através do aumento do capital desta subsidiária no montante de 660 000 euros, totalmente subscrito por minoritários.

Em Abril de 2004, o Grupo adquiriu a KPNQwest por intermédio da Jaua e da Noriema, pelo preço de 11 120 066 euros. Esta transacção resume-se como segue:

Activos líquidos adquiridos:

Equipamento administrativo	1 235 739
Outro imobilizado corpóreo	347 057
Existências	89 478
Empréstimos ao grupo	3 000 000
Clientes	3 753 239
Outros devedores	208 681
Disponibilidades	3 270 484
Activos por impostos diferidos	809 006
Outros	21 878
Provisões para outros riscos e encargos	(213 000)
Fornecedores	(1 611 490)
Empréstimos do grupo	(4 683 000)
Outros credores	(295 750)
Acréscimos de custos	(489 246)

5 443 076

Parcela de <i>goodwill</i> imputada a minoritários	2 460 027
Parcela de <i>goodwill</i> imputada à Sonaecom	3 216 963

5 676 990

Total do custo de aquisição 11 120 066

Disponibilidades adquiridas (3 270 484)

7 849 582

b) Operações internas:

Compradora	Vendedora	Participada	Data	Porcentagem de aquisição	Porcentagem de participação actual
Sonaecom	Portais Verticais	Exit	Janeiro de 2004	75,00	75,00
Retailbox BV	Sonae Telecom BV	Retailbox BV	Outubro de 2004	6,00	6,00

Em resultado da aquisição de acções próprias efectuada pela Retailbox BV, o Grupo viu reduzida a sua percentagem de participação efectiva naquela sociedade a favor de minoritários, tendo em resultado da mesma gerado um ganho de 378 352 euros (nota n.º 30).

c) Prestações suplementares:

Participante	Participada	Data	Valor	Porcentagem de participação actual
Sonae.com SI	Digitmarket	Fevereiro de 2004	2 212 436	75,10
Optimus	Optimus Towering	Março de 2004	175 750 000	100,00
Optimus	Optimus Towering	Julho de 2004	(24 400 000)	100,00
Optimus	Optimus Towering	Agosto de 2004	6 300 000	100,00

Participante	Participada	Data	Valor	Porcentagem de participação actual
Optimus	Optimus Towering	Setembro de 2004	(2 700 000)	100,00
Optimus	Optimus Towering	Outubro de 2004	(2 200 000)	100,00
Novis	Mainroad	Outubro de 2004	6 000 000	100,00
Sonaecom	Sonae Matrix	Novembro de 2004	78 827 180	100,00
Sonaecom	Miauger	Novembro de 2004	60 000	100,00
Público	Público.pt	Novembro de 2004	1 510 000	100,00
Optimus	Optimus Towering	Novembro de 2004	(6 700 000)	100,00
Sonae Matrix	Clix	Dezembro de 2004	1 657 258	56,67
Público pt	M3G	Dezembro de 2004	25 000	100,00
Sonaatelecom BV	Público	Dezembro de 2004	8 000 000	99,99
Sonaecom	Sonae.com SI	Dezembro de 2004	37 952 775	100,00
Sonaecom	Exit	Dezembro de 2004	150 000	75,00
Público	XS	Dezembro de 2004	400 000	100,00

d) Dissolução de sociedades:

Participante	Participada	Data	Porcentagem de participação
Sonae Matrix	Portais Verticais	Fevereiro de 2004	100,00
Sonae Matrix	Douro	Março de 2004	100,00
Optimus	Contacto Útil	Junho de 2004	100,00

e) Aumentos de capital:

Participante	Participada	Data	Valor	Porcentagem de participação actual
Enabler	Enabler Brasil	Maio de 2004	407 566	99,99

f) Reduções de capital:

Participante	Participada	Data	Valor	Porcentagem de participação actual
Sonae Matrix	Clix	Fevereiro de 2004	11 600 000	56,67
Sonae.com SI	Digitmarket	Abril de 2004	3 655 000	75,10
Sonae.com SI	Digitmarket	Setembro de 2004	2 200 000	75,10
Sonae.com SI	Digitmarket	Novembro de 2004	1 595 000	75,10
Sonaecom	Novis	Novembro de 2004	70 000 000	15,00
Sonae Matrix	Novis	Novembro de 2004	70 000 000	41,67
Sonae Matrix	Clix	Novembro de 2004	3 850 000	56,67
Sonaecom	Exit	Dezembro de 2004	340 000	75,00
Sonaatelecom BV	Público	Dezembro de 2004	1 664 285	99,99
Público	Sirs	Dezembro de 2004	330 000	45,00

g) Alienações:

Vendedora	Participada	Data	Porcentagem alienada	Porcentagem de participação
Sonaatelecom BV	Retailbox BV	Março de 2004	2	70,00
Sonae.com SI	Investimento Directo	Dezembro de 2004	55	—

5 — Imobilizações corpóreas:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

	2004								2003	
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total	Total
Saldo inicial	1 391 593	154 974 769	550 394 743	211 986	101 042 052	1 166 385	2 046 875	27 884 034	839 112 437	799 149 294
Novas empresas no consolidado	—	—	10 390	—	6 048 429	—	652 734	—	6 711 553	34 347
Saída de empresas do consolidado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1 272 694)
Adições	—	510 508	4 966 097	331 930	617 862	2 272	122 458	73 150 182	79 701 309	55 631 390
Alienações	—	(278 982)	(3 978 449)	(420 305)	(5 107 109)	(5 548)	(176)	(8 388 636)	(18 179 205)	(11 243 098)
Transferências e abates	—	16 302 977	66 551 312	6 678	17 139 778	40 572	(1 335)	(83 487 835)	16 552 147	(3 185 992)
Saldo final	1 391 593	171 509 272	617 944 093	130 289	119 741 012	1 203 681	2 820 556	9 157 745	923 898 241	839 112 437

Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:

	2004								2003	
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total	Total
Saldo inicial	—	55 705 401	246 263 629	117 438	44 143 553	1 050 238	1 001 169	—	348 281 428	271 698 840
Novas empresas no consolidado	—	—	—	—	4 791 676	—	304 063	—	5 095 739	30 428
Saída de empresas do consolidado	—	—	—	—	4 791 676	—	304 063	—	5 095 739	30 428
Amortizações do exercício	—	15 710 699	60 555 427	21 130	22 209 620	88 364	581 490	—	99 166 730	97 071 384
Perdas de imparidade do exercício ...	—	—	—	—	(229 788)	—	—	—	(229 788)	40 000
Alienações	—	(161 183)	(2 644 193)	(28 654)	(5 021 579)	(2 945)	(175)	—	(7 858 729)	(8 340 339)
Transferências e abates	—	(243 500)	(211 096)	—	(2 915 838)	5 325	(411)	—	(3 365 520)	(11 335 639)
Saldo final	—	71 011 417	303 963 767	109 914	62 977 644	1 140 982	1 886 136	—	441 089 860	348 281 428
Valor líquido	1 391 593	100 497 855	313 980 326	20 375	56 763 368	62 699	934 420	9 157 745	482 808 381	490 831 009

As adições do exercício incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service).

O valor de transferências corresponde, principalmente, à transferência dos activos relacionados com a tecnologia UMTS de imobilizado em curso para imobilizado firme, devido ao início da actividade comercial baseada nesta tecnologia pela subsidiária Optimus.

O custo de aquisição das imobilizações corpóreas detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, ascendia a 12 811 241 euros e a 9 909 416 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 7 764 739 euros e 8 525 685 euros, respectivamente.

O imobilizado corpóreo em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a seguinte composição:

	2004	2003
Desenvolvimento da rede móvel	7 342 426	26 297 459
Desenvolvimento da rede fixa	1 428 604	1 198 772
Outros projectos em curso	386 715	387 803
	<u>9 157 745</u>	<u>27 884 034</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2004	2003
Investimentos da área técnica	16 427 226	46 108 560
Investimentos em sistemas de informação	2 223 612	1 322 146
	<u>18 650 838</u>	<u>47 430 706</u>

6 — Imobilizações incorpóreas:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

	2004					2003
	Propriedade industrial	Software	Outros	Imobilizado em curso	Total	Total
Saldo inicial	4 291 030	142 247 942	—	157 052 850	303 591 822	248 219 454
Novas empresas no consolidado	—	—	—	—	—	499 319
Saída de empresas do consolidado	—	—	—	—	—	(1 826 713)
Adições	236 306	690 305	55 809	30 311 082	31 293 502	64 145 951
Alienações	—	(18 082)	—	(210 640)	(228 722)	—
Transferências e abates	141 127 722	16 869 407	582 391	(181 011 467)	(22 431 947)	(7 446 189)
<i>Saldo final</i>	<u>145 655 058</u>	<u>159 789 572</u>	<u>638 200</u>	<u>6 141 825</u>	<u>312 224 655</u>	<u>303 591 822</u>

Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:

	2004					2003
	Propriedade industrial	Software	Outros	Imobilizado em curso	Total	Total
Saldo inicial	3 811 437	98 339 998	—	—	102 151 435	76 231 402
Novas empresas no consolidado	—	—	—	—	—	257 624
Saída de empresas do consolidado	—	—	—	—	—	(894 736)
Amortizações do exercício	1 386 804	24 492 102	152 098	—	26 031 004	27 872 830
Alienações	—	(8 371)	—	—	(8 371)	—
Transferências e abates	(11 877)	—	118 496	—	106 619	(1 315 685)
<i>Saldo final</i>	<u>5 186 364</u>	<u>122 823 729</u>	<u>270 594</u>	<u>—</u>	<u>128 280 687</u>	<u>102 151 435</u>
Valor líquido	<u>140 468 694</u>	<u>36 965 843</u>	<u>367 606</u>	<u>6 141 825</u>	<u>183 943 968</u>	<u>201 440 387</u>

O valor de transferências corresponde, principalmente, à transferência dos activos relacionados com, a tecnologia UMTS de imobilizado em curso para imobilizado firme, devido ao início da actividade comercial baseada nesta tecnologia pela subsidiária Optimus.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o Grupo tinha registado na rubrica de imobilizações incorpóreas 141 616 426 euros e 154 894 024 euros, respectivamente, correspondentes ao investimento realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem, aproximadamente, 99 760 000 euros relativos à licença e 32 694 084 euros relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças em Portugal.

O imobilizado incorpóreo em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a seguinte composição:

	2004	2003
Incorpóreo:		
Licença UMTS (a)	—	133 092 912
Estudos de desenvolvimento das redes UMTS (a) e GPRS (b), incluindo encargos financeiros capitalizados [nota n.º 1, alínea o)]	—	22 252 890
Desenvolvimento de <i>software</i> em curso	6 141 825	1 124 657
Outros	—	582 391
	<u>6 141 825</u>	<u>157 052 850</u>

(a) Universal Mobile Telecommunications Service.

(b) General Packet Radio System.

As imobilizações corpóreas e incorpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso.

Em 31 de Dezembro de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, o total destes custos ascende a 12 102 510 euros e 11 366 034 euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 4,106% em 2004 (3,741 % em 2003) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração do custo dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

7 — Goodwill:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os movimentos ocorridos no *goodwill* e respectivas perdas de imparidade acumuladas foram os seguintes:

	2004	2003
Activo bruto:		
Saldo inicial	59 851 238	62 458 466
Novas empresas no consolidado	4 736 688	400 690
Saída de empresas do consolidado	(319 748)	(796 390)
Transferências, alienações e abates	(32 654 048)	(2 211 528)
<i>Saldo final</i>	<u>31 614 130</u>	<u>59 851 238</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	32 910 650	27 126 225
Saída de empresas do consolidado	(319 748)	(393 976)
Amortizações do exercício	—	4 676 622
Perdas de imparidade do exercício (nota n.º 32)	—	434 530
Transferências, alienações e abates	(32 590 902)	1 067 249
<i>Saldo final</i>	<u>—</u>	<u>32 910 650</u>
<i>Valor líquido</i>	<u>31 614 130</u>	<u>26 940 588</u>

O Grupo, de acordo com a política prevista na IFRS 3, suspendeu a amortização do *goodwill* a partir de 1 de Janeiro de 2004. O valor incluído na rubrica de transferências e abates no montante de 32 590 902 euros corresponde à reclassificação das amortizações acumuladas de *goodwill* para o valor bruto.

Durante o exercício de 2004, as aquisições geraram um *goodwill* no montante de 4 736 688 euros (nota n.º 4), sendo que, desse valor, um montante de 60 652 euros foi reduzido em virtude de posteriores alienações (nota n.º 4).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o *goodwill* tinha a seguinte composição:

		2004					2003
	Data de aquisição	Valor bruto em 31 de Dezembro de 2004	Valor bruto em 31 de Dezembro de 2003	Amortiz. e perdas de imparidade do exercício	Amortiz. e perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido contabilístico	Valor líquido contabilístico
Sonaecom/SRD	Jan. de 1998	11 996	11 996	—	9 036	2 960	2 960
Novis/IPG	Maio de 1999	6 040 703	6 040 703	—	2 818 995	3 221 708	3 221 708
Optimus/Per-Mar	Dez. de 1999	78 755	78 755	—	31 502	47 253	47 253
Sonae BV/Público	Abril de 2000	45 977 115	45 977 115	—	25 977 115	20 000 000	20 000 000
Harpa/Público pt	Abril de 2000	450 015	450 015	—	450 015	—	—
Público/SIRS	Abril de 2000	116 510	116 510	—	43 690	72 820	72 820
Sonaecom/Enabler	Junho de 2000	1 456 456	1 456 456	—	509 760	946 696	946 696
Novis/IPG	Junho de 2000	1 127 837	1 127 837	—	404 143	723 694	723 694
Miauger/Lotes	Dez. de 2000	1 234 943	1 234 943	—	1 234 943	—	—
WeDo/Sidra	Jan. de 2001	1 318 726	1 318 726	—	395 618	923 108	923 108
WeDo/Sidra	Jan. de 2001	12 470	14 964	—	4 489	7 981	10 475
Novis/IPG (a)	Maio de 2001	399 038	399 038	—	106 410	292 628	292 628
Matrix/Douro	Maio de 2001	—	319 748	—	—	—	—
Público/M3G	Julho de 2001	269 936	269 936	—	269 936	—	—
Novis/IPG (a)	Maio de 2002	399 038	399 038	—	66 506	332 532	332 532
Matrix/Miauger	Julho de 2002	249 732	249 732	—	249 732	—	—
Enabler/Enabler UK	Julho de 2003	374 738	374 738	—	18 737	356 001	356 001
Optimus/Optimus Towering	Out. de 2003	10 988	10 988	—	275	10 713	10 713
Enabler/Enabler DE	Jan. de 2004	71 647	—	—	71 647	—	—
Sonaetelecom BV/Retailbox	Fev. de 2004	1 182 785	—	—	1 182 785	—	—
Novis/Noriema	Abril de 2004	2 092 375	—	—	2 092 375	—	—
Novis/Jaua	Abril de 2004	1 124 588	—	—	1 124 588	—	—
Enabler/Enabler UK	Abril de 2004	48 067	—	—	48 067	—	—
Enabler/Enabler UK	Dez. de 2004	156 574	—	—	156 574	—	—
		<u>64 205 032</u>	<u>59 851 238</u>	<u>—</u>	<u>32 590 902</u>	<u>31 614 130</u>	<u>26 940 588</u>

SRD — Sonae Rede de Dados (actualmente Novis).

IPG — IP Global (empresa fundida na Novis).

(a) Em 2001 e 2002 a Novis efectuou pagamentos adicionais, no âmbito do contrato de aquisição da IP Global, no montante de 399 038 euros em cada um daqueles exercícios.

A reconciliação entre a rubrica de amortizações e depreciações da demonstração de resultados e as amortizações e depreciações efectuadas em Dezembro de 2004 e 2003, é como segue:

	2004	2003
Depreciações do exercício — imobilizado corpóreo	99 166 730	97 071 384
Amortizações do exercício — imobilizado incorpóreo	26 031 004	27 872 830
Amortizações de exercício — <i>goodwill</i>	—	4 676 622
	<u>125 197 734</u>	<u>129 620 836</u>
Reconhecimento das amortizações acumuladas da filial Exit na data de entrada no perímetro de consolidação pelo método integral	—	(150 555)
Outros ajustamentos	—	(77 305)
Amortizações e depreciações — demonstração de resultados	<u>125 197 734</u>	<u>129 392 972</u>

8 — Investimentos disponíveis para venda:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	2004			2003		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (nota n.º 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (nota n.º 22)	Valor líquido
Altitude Software BV	—	—	—	10 000 000	(10 000 000)	—
Investimento Directo	—	—	—	6 761 267	(2 000 000)	4 761 267
Despegar.com	2 539 229	(2 539 229)	—	2 539 229	(2 539 229)	—
Altitude, SGPS, SA	1 000 000	—	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000
Lusa — Ag. de Notícias de Portugal, S. A.	197 344	—	197 344	197 344	—	197 344
SESI — Soc. de Ensino Superior e Investigação, S. A.	146 248	(146 248)	—	146 248	(146 248)	—
NP-Notícias Portugal — Coop. de Utentes de Serviços de Informação, C. R. L.	7 482	—	7 482	7 482	—	7 482
Outros	2 494	—	2 494	—	—	—
Investimentos disponíveis para venda não correntes	<u>3 892 797</u>	<u>(2 685 477)</u>	<u>1 207 320</u>	<u>20 651 570</u>	<u>(14 685 477)</u>	<u>5 966 093</u>

Em Dezembro de 2003, foi celebrado um acordo de venda da participada Investimento Directo, pelo que a mesma foi excluída do perímetro de consolidação, e o investimento financeiro registado pelo seu valor estimado de realização na rubrica de investimentos disponíveis para venda.

Em 27 de Dezembro de 2004 foi celebrada a escritura de alienação da referida participação, pelo valor aproximado de 4 700 000 euros, valor pelo qual o investimento estava registado.

Uma parcela do preço de venda, no montante de 1 329 706 euros, encontra-se ainda por cobrar, da qual 650 294 euros registados na rubrica de outras dívidas de terceiros correntes e 679 412 euros, que se vencem em Dezembro de 2006, registados em outras dívidas de terceiros não correntes.

9 — Outras dívidas de terceiros:

Em 31 de Dezembro de 2004, as outras dívidas de terceiros são relativas à alienação de imobilizado pela filial Optimus e à alienação da participada Investimento Directo.

O plano de reembolso previsto é como se segue:

	Valor
2006	1 640 581
2007	942 322
2008	923 846
	<u>3 506 749</u>

10 — Impostos diferidos activos:

Os activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, no montante de 68 693 940 euros e 84 626 227 euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foi como segue:

	2004	2003
Saldo inicial	84 626 227	94 549 225
Entradas de novas empresas (KPNQwest)	829 362	—
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais reportáveis	(12 340 243)	(6 648 806)
Correcções às estimativas das matérias colectáveis do exercício anterior	42 251	(219 096)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	(1 241 609)	—
Registo de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores, uma vez que não era provável a existência de lucros tributáveis futuros para os absorver (Optimus)	—	17 700 000

	2004	2003
Anul. por imparidade de activos por impostos diferidos reconhecidos em exerc. anteriores (Clixgest)	(2 840 847)	(4 649 650)
Impacto da alteração da taxa de imposto	—	(15 721 314)
Outros	(381 201)	(302 812)
<i>Subtotal do efeito em resultados (nota n.º 34)</i>	<i>(16 761 649)</i>	<i>(9 841 678)</i>
Efeitos em reservas:		
Outros	—	(81 320)
Saldo final	68 693 940	84 626 227

A rubrica de prejuízos fiscais é maioritariamente composta pelos movimentos nas filiais Optimus (14 217 664 euros e 7 909 975 euros, ambos negativos, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, respectivamente) e Novis (2 096 879 euros positivos em 31 de Dezembro de 2004).

O movimento nas provisões não aceites fiscalmente, inclui 1 238 569 euros em 2004 relativos à filial Optimus.

A 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, de que decorrem essencialmente activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais possam ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos foi de 27,5%.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de Dezembro de 2004 eram como segue:

	Optimus	WeDo	Novis	KPNQwest	Público	Total	Data limite de utilização
Gerados em 1999	14 903 158	—	4 389 749	—	—	19 292 907	2005
Gerados em 2000	4 906 216	—	52 672 299	—	—	57 578 515	2006
Gerados em 2001	26 865 919	1 800 391	81 152 856	2 268 032	1 932 328	114 019 526	2007
Gerados em 2002	36 863 620	3 300 611	71 576 002	—	2 635 200	114 375 433	2008
Gerados em 2003	22 067 970	1 171 479	23 822 526	—	411 136	47 473 111	2009
Gerados em 2004	—	168 000	15 407 033	—	—	15 575 033	2010
	105 606 883	6 440 481	249 020 465	2 268 032	4 978 664	368 314 525	

Existiam as seguintes situações geradoras de activos por impostos diferidos e que não se encontravam registados em 31 de Dezembro de 2004:

Prejuízos fiscais (incluindo os das empresas referidas no quadro acima, relativamente aos quais não foram registados impostos diferidos)	85 905 735
Diferenças temporárias (essencialmente provisões não aceites)	23 813 141
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	11 536 360
Diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos	8 582 739
	<u>129 837 975</u>

Durante o exercício de 2004, a taxa efectiva utilizada para o cálculo dos activos por impostos diferidos foi de 29,41%:

Resultado antes de imposto	56 983 892
Imposto diferido (27,5%)	15 670 570
Impostos diferidos não regist. nas contas individuais e resultantes de ajust. de consolidação	(1 971 940)

Correcção à mat. colectável do exerc. anterior	409 321
Anulação de impostos diferidos registados em exercícios anteriores (Clixgest)	2 840 847
Provisões não aceites fiscalmente	2 557 249
Outras correcções à matéria colectável de 2004	<u>(2 744 398)</u>

Impostos diferidos registados no exercício

Taxa efectiva (percentagem)

A administração fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (10 anos para a segurança social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data).

Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2001, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

11 — Outros activos não correntes:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica era composta, essencialmente, por empréstimos e adiantamentos a empresas do grupo, como se segue:

2004			2003		
Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (nota n.º 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (nota n.º 22)	Valor líquido

Activos financeiros:

Empréstimos concedidos a empresas consolidadas pelo método da equiv. patrimonial:

Radio Nova	118 502	—	118 502	118 502	—	118 502
Net Mall — SGPS	841 640	—	841 640	839 140	—	839 140
	<u>960 142</u>	<u>—</u>	<u>960 142</u>	<u>957 642</u>	<u>—</u>	<u>957 642</u>

	2004			2003		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (nota n.º 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (nota n.º 22)	Valor líquido
Outros empréstimos concedidos:						
Altitude Software, BV	—	—	—	46 239	(46 239)	—
SESI	24 316	(24 316)	—	46 239	24 316	—
	<u>24 316</u>	<u>(24 316)</u>	<u>—</u>	<u>70 555</u>	<u>(70 555)</u>	<u>—</u>
Adiantam. por conta de investim. financeiros	—	—	—	1 500 000	—	1 500 000
Activos não financeiros:						
Encargos a reconhecer com financiamentos bancários obtidos	—	—	—	16 820 956	—	16 820 956
Planos de prémios de desempenho diferidos [notas n.º 1, alínea y) e 39]	2 362 075	—	2 362 075	2 243 022	—	2 243 022
Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A.	1 550 000	—	1 550 000	—	—	—
Outros activos não correntes	—	—	—	469 951	—	469 951
	<u>3 912 075</u>	<u>—</u>	<u>3 912 075</u>	<u>19 533 929</u>	<u>—</u>	<u>19 533 929</u>
	<u>4 896 533</u>	<u>(24 316)</u>	<u>4 872 217</u>	<u>22 062 126</u>	<u>(70 555)</u>	<u>21 991 571</u>

Os empréstimos concedidos encontram-se registados ao valor nominal, sendo objecto de testes de imparidade.

As associadas Net Mall e Rádio Nova/SIRS estão incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. Dado que a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados é superior ao valor pelo qual o investimento se encontra registado e o Grupo assumiu compromissos relativamente a estas associadas, registou uma provisão para outros riscos e encargos que cobre as perdas que possam ocorrer na realização dos empréstimos concedidos a estas associadas.

Os encargos a reconhecer com financiamentos bancários obtidos correspondem a despesas bancárias antecipadas, despesas legais e de consultoria incorridos com a obtenção de financiamentos bancários (notas n.ºs 15 e 19). A 31 de Dezembro de 2004, a Sonaecom alterou

a contabilização dos custos com a emissão de empréstimos, que passaram a ser reconhecidos como uma dedução ao valor total da dívida (custo amortizado) e reconhecidos, ao longo do período do financiamento, de acordo com a taxa de juro efectiva [nota n.º 1, alínea m)].

O montante de 1 550 000 euros diz respeito a uma indemnização a receber da Maxistar — Comunicações, S. A., decretada em sentença de um tribunal arbitral, cujo recebimento não se prevê que ocorra no curto prazo (nota n.º 40).

12 — Existências:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 034 124	1 033 490
Mercadorias	<u>15 359 185</u>	<u>12 168 932</u>
	<u>17 393 309</u>	<u>13 202 422</u>
Perdas de imparidade acumuladas em existências (nota n.º 22)	<u>(4 565 764)</u>	<u>(4 923 719)</u>
	<u>12 827 545</u>	<u>8 278 703</u>

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2004 e 2003 ascendeu a 106 436 514 euros e 111 189 573 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	2004	2003
Existências iniciais	13 202 422	24 601 920
Entrada de novas empresas	105 932	—
Compras	114 824 158	110 362 327
Regularizações de existências	<u>(4 302 689)</u>	<u>(10 572 252)</u>
Existências finais	<u>(17 393 309)</u>	<u>(13 202 422)</u>
	<u>106 436 514</u>	<u>111 189 573</u>

Os montantes inscritos nas rubricas de regularização de existências, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de existências para a rubrica de imobilizado, ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes pela filial Optimus.

13 — Clientes:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Clientes correntes:		
Rede móvel	121 103 804	112 346 492
Rede fixa	<u>13 757 447</u>	<u>17 589 262</u>

	2004	2003
Sistemas de informação	8 863 945	8 830 079
Multimedia e Internet	8 926 421	6 115 919
	152 651 617	144 971 752
Cientes, conta letras	30 799	30 799
Cientes de cobrança duvidosa	67 229 825	61 171 842
	219 912 241	206 174 393
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (nota n.º 22)	(67 229 825)	(61 171 842)
	152 682 416	145 002 551

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O conselho de administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

14 — Outras dívidas de terceiros:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Outros devedores	6 114 076	9 296 326
Estado e outros entes públicos	4 545 808	6 121 267
Adiantamentos a fornecedores	813 236	2 671 846
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (nota n.º 22)	(133 683)	(81 267)
	11 339 437	18 008 172

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de outros devedores refere-se essencialmente a valores a receber pelas filiais Optimus, no montante de 3 315 092 euros e 6 148 978 euros, respectivamente, e Novis no montante de 626 794 euros e 885 961 euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui ainda 650 294 euros relativos à alienação da Investimento Directo.

15 — Outros activos correntes:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	21 362 011	22 105 603
Facturação a emitir a operadores	13 334 045	24 243 848
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	5 280 918	363 801
Planos de prémios de desempenho diferidos [notas n.ºs 1, alínea y) e 39]	3 300 745	2 533 380
Outros custos pagos antecipadamente	2 086 118	3 269 239
Descontos de quantidade a receber	1 849 458	537 172
Rendas pagas antecipadamente	1 264 762	1 234 175
Contratos de manutenção pagos antecipadamente	264 138	145 273
Encargos com financiamentos — parcela de curto prazo	—	2 607 491
Obras e participações efectuadas em lojas de agentes	—	517 317
Outros acréscimos de proveitos	2 407 599	3 162 594
	51 149 794	60 719 893

16 — Caixa e equivalentes de caixa:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2004	2003
Numerário	291 776	137 607
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7 791 039	5 154 969
Aplicações de tesouraria	45 182 317	138 873 676
	53 265 132	144 166 252
Caixa e equivalentes de caixa	(1 710 861)	(6 390 184)
Descobertos bancários (nota n.º 24)		
	51 554 271	137 776 068

A rubrica de aplicações de tesouraria, no montante de 45 182 317 euros em 31 de Dezembro de 2004 inclui, operações financeiras de cedências de fundos de curto prazo pela Sonaecom à Sonae, no montante de 35 350 004 euros, (79 650 004 euros, em 2003), bem como as aplicações bancárias de curto prazo da Sonaecom (2 650 000 euros) e das filiais Optimus (5 450 000 euros, em 2004 e 57 410 000 euros, em 2003), Enabler (591 932 euros, em 2004 e 405 447 euros, em 2003), We Do Brasil (490 381 euros e 218 225 euros, em 2004), Optimus Towering (200 000 euros), Mainroad (150 000 euros), Público (100 000 euros), Digitmarket (100 000 euros) e outras empresas do Grupo (100 000 euros, em 2004 e 1 190 000 euros, em 2003). As operações concedidas à Sonae são reembolsáveis logo que solicitado, vencendo juros a taxas de mercado (nota n.º 33).

17 — Capital social:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o capital da Sonaecom estava representado por 226 250 000 acções ordinárias escriturais, ao portador, com o valor unitário de um euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2004		2003	
	Número de acções	Porcentagem	Número de acções	Porcentagem
Sonae Investments BV	147 211 738	65,07	148 250 000	65,52
Sonae	39 362 998	17,40	39 063 998	17,27
Acções dispersas em Bolsa	39 674 264	17,53	38 936 002	17,21
Efanor Investimentos — SGPS, S. A.	1 000	—	—	—
	226 250 000	100,00	226 250 000	100,00

18 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os interesses minoritários tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Optimus	162 882 872	144 511 612
Novis	8 849 782	12 610 395
Optimus Towering	8 939 661	—
Mainroad	2 409 425	3 319 034
Enabler	2 885 393	1 645 988
Digitmarket	300 053	(899 536)
Enabler DE	168 654	—
Retailbox	101 618	1 455 613
Noriema	(1 588 840)	—
Jaua	(854 270)	—
Clix	(400 940)	1 342 734
Outros	226 311	435 087
	183 919 719	164 420 927

19 — Empréstimos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

Empresa	Entidade financiadora	2004			2003		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Curto prazo	Médio e longo prazos		Curto prazo	Médio e longo prazos
Optimus	Banco Europeu de Investim.	324 458 200	—	324 458 200	224 458 200	—	224 458 200
Optimus	Financiamento a prazo fixo	—	—	—	275 541 800	—	196 000 000
Optimus	Financiamento em sistema de conta corrente	125 541 800	—	—	75 000 000	—	—
		450 000 000	—	324 458 200	575 000 000	—	420 458 200
	Custos de montagem de financiamento			(19 319 634)			—
				305 138 566			420 458 200

A 31 de Dezembro de 2004, a Sonaecom alterou a contabilização dos custos com a emissão de empréstimos, que passaram a ser reconhecidos como uma dedução ao valor total da dívida e reconhecidos, ao longo do período do financiamento, de acordo com a taxa de juro efectiva (custo amortizado) [notas n.ºs 1, alínea n) e 11).

A 6 de Agosto de 2004, a subsidiária Optimus concluiu com um Sindicato Bancário Internacional a negociação e assinatura de um novo contrato de financiamento, através de dívida sénior, no montante de 450 milhões de euros, por um prazo de cinco anos. Este financiamento bancário sindicado destinou-se ao refinanciamento dos montantes utilizados ao abrigo do anterior contrato de financiamento *project* (assinado em Julho de 2003) e será utilizado para o financiamento das actividades correntes e futuras, designadamente a implementação de uma rede de comunicações móveis de terceira geração e actividades comerciais relacionadas.

Um conjunto de 12 bancos, nacionais e internacionais, constituíram o novo sindicato bancário, sendo cerca de 70% do montante contratado actualmente assegurado por bancos internacionais.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) mantém-se como parte do novo contrato de financiamento, como co-financiador da empresa

num montante de cerca de 325 milhões de euros. O BEI aumentou, assim, durante o ano de 2004 a sua participação do financiamento da empresa em cerca de 100 milhões de euros.

As condições acordadas para o novo financiamento (descritas em maior pormenor abaixo), para além de permitirem significativas poupanças de custos financeiros, incluem um conjunto de cláusulas típicas do mercado de dívida corporate, reflectindo a melhoria do perfil de risco da Optimus.

Financiamento sindicado:

Para efeitos dos fundos utilizados ao abrigo da *tranche* relativa ao Banco Europeu de Investimento, os bancos participantes no sindicato asseguram a emissão de garantias bancárias requeridas, como habitualmente, por aquela Instituição.

A taxa de juro está indexada à Euribor e é função da sua *performance* financeira, nomeadamente em relação ao *ratio* de Net Debt to EBITDA (relação entre o montante de endividamento líquido da empresa e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações). O *spread* está inicialmente fixado em 75 pontos

base (a vigorar até à entrega das contas relativas ao exercício de 2004), podendo vir a ser futuramente reduzido, até um mínimo de 40 pontos base, em função da evolução do rácio atrás referido.

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento BEI serão reembolsados em duas amortizações (30% em Junho de 2008 e 70% em Junho de 2009). A *tranche* de financiamento em sistema de conta corrente será reembolsável, na sua totalidade, em Junho de 2009. Nestes termos, a totalidade do endividamento externo da empresa está actualmente registada como reembolsável apenas a médio e longo prazos.

Os *covenants* acordados com o sindicato bancário são semelhantes aos negociados para este tipo de financiamento de longo prazo, nomeadamente em mercados de dívida *corporate*.

Em relação aos anteriores contratos de financiamento *project* da empresa, o financiamento actual é significativamente menos restritivo e permitiu, por exemplo, a eliminação de limitações temporais ao pagamento de dividendos e outras distribuições a accionistas e das restrições a alterações da sua estrutura accionista.

O actual contrato de financiamento permitiu ainda a libertação do penhor de acções, que havia sido concedido por todos os accionistas da Optimus e que estava contemplado nos anteriores contratos.

Deste modo, o cumprimento das obrigações da empresa ao abrigo do actual financiamento é exclusivamente garantido pelas suas actividades e pela sua capacidade de geração de fundos.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o empréstimo a médio e a longo prazos tinha o seguinte plano de reembolso previsto:

Ano de vencimento	2004	2003
Ano de 20006	—	31 534 365
Ano de 2007	—	50 454 984
Ano de 2008	97 337 460	56 761 857
Ano de 2009	227 120 740	94 603 095
Ano de 2010	—	119 830 587
Ano de 2011	—	67 273 312
	324 458 200	420 458 200

Outros financiamentos:

Para além da linha de crédito atrás referida, a subsidiária Optimus tem contratadas linhas de crédito de apoio à tesouraria de curto prazo, no montante global de aproximadamente 30 milhões de euros.

Estes financiamentos vencem juros indexados à taxa Euribor do respectivo prazo de utilização, determinado pela empresa. O *spread* médio suportado nas utilizações destas linhas de crédito cifra-se, actualmente, em cerca de 85 pontos base. Os limites negociados e respectivos saldos, a 31 de Dezembro de 2004, são os seguintes:

	Limites negociados	Utilização	
		Curto prazo	Médio e longo prazos
Financiamentos de apoio à tesouraria	29 927 873	—	—

Risco da taxa de juro:

A subsidiária Optimus apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados relevantes. Para efeitos de cobertura do risco de taxa de juro na empresa, três regras principais são utilizadas na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura:

Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a determinada transacção, as datas de fixação de taxas de juro e as respectivas datas de liquidação deverão ser exactamente as mesmas do financiamento/transacção objecto da cobertura;

Equivalência perfeita entre as taxas base: a taxa base que é utilizada no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser exactamente a mesma que a aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;

Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

A Optimus acompanha activamente a evolução das taxas de juro de mercado, tentando assegurar, sempre que possível, que o custo médio ponderado real suportado com o seu endividamento externo seja inferior ou igual à taxa de juro considerada no plano de negócios como custo de dívida.

A totalidade do endividamento da Optimus encontra-se actualmente a taxas variáveis e, como tal, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados das taxas variáveis originais para taxas fixas.

Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados (trimestralmente), da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nacionais acordados.

No final do exercício de 2004, cerca de 66% da dívida bruta existente encontra-se coberta com aquele tipo de instrumentos, num montante total de 215 milhões de euros.

As taxas fixas e máximas negociadas, resultantes dos contratos assinados em 2003 e determinadas por aquelas coberturas, variam entre 2,63% e 3,68%, sendo a maturidade média destas transacções de aproximadamente 15 meses. Do montante total contratado, 160 milhões de euros correspondem a transacções com vencimento durante o ano de 2005.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

A Optimus documenta desde o início das transacções a relação entre o instrumento de cobertura e as respectivas transacções cobertas, bem como os objectivos da gestão de risco de taxa de juro e as políticas que determinam as várias transacções de cobertura.

Actualmente, todas as transacções de cobertura estão relacionadas com o seu endividamento a médio e longo prazos contratado em Agosto de 2004, nomeadamente às *tranches* de financiamento do Banco Europeu de Investimento. A empresa avalia, quer no momento de contratação quer numa base regular, a eficácia das transacções de cobertura na protecção contra as variações dos fluxos de caixa objecto de cobertura.

20 — Outros credores não correntes:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado cujo vencimento é superior a um ano, nos montantes de 3 425 011 euros e 39 666 666 euros, respectivamente.

21 — Outros passivos financeiros não correntes:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado, relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano e empréstimos de accionistas minoritários a algumas subsidiárias, como se segue:

	2004	2003
Fornecedores de imobilizado — <i>leasing</i>	2 350 517	3 689 233
Clix (France Telecom)	1 602 841	1 343 293
Digitmarket (BPI)	—	879 131
Digitmarket (AITEC)	—	553 827
	3 953 358	6 465 484

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas a fornecedores de imobilizado relativas a contratos de *leasing* tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	Pagamentos <i>leasing</i>	Actualização pagamentos <i>leasing</i>
Ano de 2005	4 236 314	4 070 891
Ano de 2006	2 390 584	2 350 517
Juros	6 627 169 (205 760)	6 421 408 —
Parcela curto prazo (nota n.º 26)	6 421 408 —	6 421 408 (4 070 891)
	6 421 408	2 350 517

22 — Provisões e perdas de imparidade acumuladas:

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foi o seguinte:

Rubricas	2004						Saldo final
	Saldo inicial	Entrada de empresas no consolidado	Saída de empresas do consolidado	Reforço	Utilização	Redução	
Perdas de imparidade acumul. em contas a receber (notas n.ºs 13 e 14)	61 253 109	814 221	(121 731)	12 094 954	(6 384 485)	(292 560)	67 363 508
Perdas de imparidade acumul. em em existências (nota n.º 12) ...	4 923 719	21 000	—	1 357 580	(692 794)	(1 043 741)	4 565 764
Perdas de imparidade acumul. em invest. disponíveis para venda (nota n.º 8)	14 685 477	—	—	—	(12 000 000)	—	2 685 477
Perdas de imparidade acumul. em outros activos não correntes (nota n.º 11)	70 555	—	—	—	(46 239)	—	24 316
Provisões para outros riscos e encargos	3 741 092	213 000	—	2 398 967	(1 678 384)	(382 426)	4 292 249
	84 673 952	1 048 221	(121 731)	15 851 501	(20 801 902)	(1 718 727)	78 931 314

O reforço das provisões para outros riscos e encargos refere-se essencialmente a indemnizações a pagar ao pessoal no montante de 374 000 euros, aos planos de prémios de desempenho diferidos em 673 000 euros (nota n.º 39) e a provisões para reestruturação no montante de 434 000 euros.

As utilizações de provisões em perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda são constituídas por 10 000 000 de euros resultantes da dissolução da Altitude Software BV e por 2 000 000 de euros resultantes da alienação da participação na Investimento Directo.

A utilização das provisões para outros riscos e encargos refere-se essencialmente à utilização da provisão para o processo judicial constituída pela filial Novis no montante de 750 000 euros do qual resultou ainda um excesso de provisão de 250 000 euros e à reclassificação de 750 743 euros dos planos de prémios de desempenho diferidos para as rubricas de outros passivos não correntes e correntes.

A rubrica de provisões para outros riscos e encargos é composta por (1) 1 347 000 euros relativos a provisões relacionadas com a aplicação do método da equivalência patrimonial nas associadas SIRS e Netmall, (2) 560 000 euros de provisões para indemnizações, (3) 1 558 000 euros para processos legais em curso e (4) 827 000 euros para fazer face a outros riscos.

23 — Outros passivos não correntes:

Esta rubrica, no montante de 9 794 878 euros (nota n.º 39) e 7 020 723 euros, respectivamente a 31 de Dezembro de 2004 e 2003, corresponde ao saldo de médio e longo prazo relativo aos planos de prémios de desempenho diferidos do Grupo.

24 — Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Linhas de crédito de apoio à tesouraria:		
Novis — CGD	—	24 590 000
Novis — BCP	—	22 106 520
Público — CGD	—	1 490 000
Público — BCP	—	1 445 000
	—	49 631 520
Descobertos bancários (nota n.º 16):		
Optimus	1 580 574	4 174 480
Novis	12 183	1 351 936

	2004	2003
Público	112 769	509 003
Outros	5 335	354 765
	1 710 861	6 390 184
Outros empréstimos (nota n.º 19):		
Optimus — justo valor do <i>swap</i> de taxa de juro	797 483	440 710
	2 508 344	56 462 414

Os empréstimos são remunerados a taxas normais de mercado e foram contraídos em euros.

25 — Fornecedores:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Fornecedores, conta corrente	115 421 318	112 867 909
Fornecedores, títulos a pagar	467 519	—
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	2 590 238	1 904 956
Fornecedores de imobilizado	34 570 269	22 968 530
	153 049 344	137 741 395

26 — Outros passivos financeiros:

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2004 inclui o montante de 4 070 891 euros (3 227 925 euros, em 2003) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (nota n.º 21).

27 — Outras dívidas a terceiros:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Estado e outros entes públicos	11 049 202	10 402 623
Outros credores	6 563 666	7 228 682
	17 612 868	17 631 305

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de Estado e outros entes públicos refere-se, essencialmente, a impostos a pagar (imposto sobre o valor acrescentado, imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, contribuições a pagar à segurança social e às retenções de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) das seguintes filiais:

	2004	2003
Optimus	2 278 163	2 642 635
Enabler	1 391 359	1 836 661
WeDo	1 695 048	1 628 338
Público	984 788	1 156 497
Novis	1 213 148	526 149
Outros	3 486 696	2 612 343
	11 049 202	10 402 623

28 — Outros passivos correntes:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Custos a pagar:		
Facturação a emitir por operadores	28 251 622	27 796 322
Custos com o pessoal	26 015 260	25 123 086
Comissões	9 011 992	11 619 594
Outros fornecimentos e serviços externos	5 926 939	4 630 816
Trabalhos especializados	5 799 197	5 732 052
Publicidade e propaganda	4 307 844	2 175 446
Planos de prémios de desempenho diferidos (nota n.º 39)	2 182 651	704 479
Conservação e reparação	1 945 592	1 304 523

	2004	2003
Descontos de quantidade	1 389 230	585 874
Encargos financeiros a pagar	1 024 523	1 575 128
Outros custos a pagar	4 870 534	6 867 897
	<u>90 725 384</u>	<u>88 115 217</u>
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	20 704 206	23 081 422
Outros proveitos diferidos	2 747 037	2 049 431
	<u>23 451 243</u>	<u>25 130 853</u>
	<u>114 176 627</u>	<u>113 246 070</u>

29 — Vendas e prestações de serviços:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Rede móvel	637 332 138	625 521 948
Rede fixa e Internet	130 144 223	116 432 899
Multimédia	54 528 769	51 672 967
Sistemas de informação	55 062 798	43 637 961
Outros	3 091 091	476 569
	<u>880 159 019</u>	<u>837 742 344</u>

30 — Outros proveitos operacionais:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de outros proveitos operacionais apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Proveitos suplementares	2 822 705	5 991 947
Subsídios à exploração	877 602	263 090
Outros	3 267 223	854 557
	<u>6 967 530</u>	<u>7 109 594</u>

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente, despesas com infraestruturas de telecomunicações partilhadas pela Novis, as quais são registadas num primeiro momento como j custo e posteriormente facturadas aos respectivos operadores parceiros, e ainda proveitos relacionados com a cedência de direitos de utilização de software por parte da Optimus.

A rubrica de outros inclui ainda cerca de 1 700 000 euros relativos a reduções de provisões e 378 352 euros de ganho na operação de redução da participação efectuada na Retailbox BV [nota n.º 4, alínea b)].

31 — Fornecimentos e serviços externos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Custos de interligação	216 971 013	187 895 440
Aluguer de circuitos	44 704 669	42 331 000
Comissões	48 266 357	58 403 642
Publicidade e propaganda	34 970 428	36 467 163
Outros	109 380 443	132 412 936
	<u>454 292 910</u>	<u>457 510 181</u>

A rubrica de outros inclui, essencialmente, trabalhos especializados, rendas e alugueres, produtos associados ao jornal, consultoria e conservação e reparação.

32 — Outros custos operacionais:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de outros custos operacionais apresentava a seguinte composição:

	2004	2003
Impostos e taxas	11 753 891	11 779 108
Perdas de imparidade em goodwill (nota n.º 7)	—	434 530
Perdas na dissolução de empresas	—	1 034 000
Outros	1 803 763	1 354 022
	<u>13 557 654</u>	<u>14 601 660</u>

A rubrica de impostos e taxas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 inclui essencialmente as taxas pagas pela subsidiária Optimus à ANACOM, associadas ao número de clientes activos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM.

33 — Resultados financeiros:

Os resultados financeiros, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Resultados financeiros relativos a empresas associadas:		
Perdas relativas a empresas associadas	(35 001)	(479 531)
Ganhos relativos a empresas associadas	24 528	47 236
	<u>(10 473)</u>	<u>(432 295)</u>
Outros resultados financeiros:		
Juros suportados	(16 154 919)	(15 519 813)
Juros obtidos	2 419 333	3 389 153
Perdas de imparidade em investimentos disponíveis para venda e outros activos não correntes	—	(4 420 213)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(211 047)	(2 561 339)
Diferenças de câmbio favoráveis	373 629	2 171 218
Outros custos e proveitos financeiros	(4 848 425)	(6 618 930)
	<u>(18 421 429)</u>	<u>(23 559 924)</u>
	<u>(18 431 902)</u>	<u>(23 992 219)</u>

A rubrica de de ganhos relativos a empresas associadas resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial na participada Unipress (nota n.º 3).

A rubrica de perdas relativas a empresas associadas resulta de perdas na liquidação da Contacto Útil (nota n.º 4).

Os juros obtidos incluem 1 166 094 euros (1 967 877 euros em 2003) referentes à cessão de fundos de curto prazo à Sonae e a aplicações bancárias (nota n.º 16).

34 — Impostos sobre o rendimento:

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 são como segue [(custos)/proveitos]:

	2004	2003
Imposto corrente	(1 390 043)	(1 923 630)
Imposto diferido (nota n.º 10)	<u>(16 761 649)</u>	<u>(9 841 678)</u>
	<u>(18 151 692)</u>	<u>(11 765 308)</u>

35 — Partes relacionadas:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam essencialmente à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria) bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas durante o exercício de 2004 foram os seguintes:

	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Empréstimos obtidos
Saldos:				
Sonae — SGPS	28 689	(146 299)	35 350 004	—
Modelo Continente Hipermercados. S. A.	3 861 149	(1 788 132)	—	—
France Telecom	1 251 286	(808 506)	—	2 361 549
	<u>5 141 124</u>	<u>(2 742 937)</u>	<u>35 350 004</u>	<u>2 361 549</u>
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros debitados	Juros suportados
Transacções:				
Sonae — SGPS	379 875	(173 487)	1 150 340	—
Modelo Continente Hipermercados. S. A.	11 944 110	(611 833)	—	—
France Telecom	5 845 506	(10 353 256)	—	(71 979)
	<u>18 169 491</u>	<u>(11 138 576)</u>	<u>1 150 340</u>	<u>(71 979)</u>

36 — Responsabilidades por garantias prestadas:

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2004	2003
Optimus	Banco Europeu de Investimento	Financiamento	324 458 200	224 458 200
Optimus	ABN AMRO Bank, NV, BCP Investim. e Banco Europeu de Investimento.	Penhor de 66,67% (em 2003) das acções da Optimus para garantia de um financiamento desta participada (nota n.º 19).	—	109 054 127
Optimus	Anacom (a)	Licença UMTS	2 493 989	2 493 989
Optimus e Novis ..	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços.	793 993	1 809 203
Novis	Anacom (a)	Licença de rede fixa	648 437	648 437
Clixgest	Direcção de contribuições e impostos ...	Reembolso do IVA	598 000	284 607
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução n.º 199A/92	271 511	271 511
Novis e Clix	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios.	210 640	—
Público	Fazenda pública do Porto	Proc. de exec. fiscal n.º 3190/98	209 493	209 495
We Do	API	Candidatura Prime	184 004	—
Novis	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios.	119 703	—
Novis	Câmara Municipal de Lisboa	Boa execução de trabalhos a realizar no município de Lisboa.	103 709	256 023
Exit	Direcção-Geral do Turismo	Garantir o cumprim. de obrig. legais referidas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 41.º do Dec.-Lei n.º 209/97 de 13 de Agosto.	99 760	—
Novis	Câmara Municipal de Coimbra	Boa execução de trabalhos a realizar no município de Coimbra.	32 200	—
Novis	Câmara Municipal de Braga	Boa execução de trabalhos a realizar no município de Braga.	45 416	—
Várias	EDP	Fornecimento de energia eléctrica	27 278	—
Novis	Governo Civil do Porto	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios.	14 262	119 703
Público	Lisgráfica	Acções dos processos n.ºs 3768A e 820/95.	—	131 254
			359 265	402 761
			330 669 860	340 139 310

(a) Autoridade Nacional de Comunicações (anteriormente ICP — Instituto de Comunicações de Portugal).

37 — Informação por segmentos:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

Rede móvel, rede fixa e internet, multimedia e sistemas de informação.

As restantes actividades do grupo e os serviços corporativos encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação.

Dada a imaterialidade dos activos e transacções efectuados pelo Grupo fora do território nacional, não é apresentada informação segmental por mercados geográficos.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a interligação, juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 é como segue:

	Rede móvel		Rede fixa e Internet		Multimédia		Sistemas de informação	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Proveitos:								
Vendas e prestações de serviços	659 574 510	636 235 387	150 060 251	128 485 981	55 490 031	52 283 732	82 003 771	63 352 042
Outros proveitos operacionais	13 735 584	12 201 062	3 485 328	15 104 670	220 113	739 627	1 830 665	1 373 229
<i>Total de proveitos</i>	<i>673 310 094</i>	<i>648 436 449</i>	<i>153 545 579</i>	<i>143 590 651</i>	<i>55 710 144</i>	<i>53 023 359</i>	<i>83 834 436</i>	<i>64 725 271</i>
Amortizações e depreciações	(105 373 006)	(98 590 020)	(15 959 303)	(21 252 655)	(1 871 978)	(1 912 267)	(2 813 835)	(2 151 153)
Resultado operacional do segmento	84 779 824	47 917 588	(12 341 189)	(15 877 247)	242 695	(1 427 904)	(408 233)	4 073 942
Juros líquidos	(14 242 085)	(12 566 253)	(943 795)	(1 379 991)	(202 815)	(382 817)	(328 907)	(96 005)
Ganhos e perdas em associadas	(20 814)	(66 604)	—	—	—	1 622 374	—	—
Outros resultados financeiros	(4 278 283)	(6 081 212)	(6 325 368)	(639 769)	31 334	(29 733)	139 134	(324 809)
Impostos sobre o rendimento	(15 695 909)	(4 147 072)	(1 000 615)	(5 801 531)	(29 556)	(554 611)	(1 413 511)	(1 246 914)
Interesses minoritários	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido consol. do exercício	50 542 733	25 056 447	(20 510 967)	(23 698 538)	31 658	(772 691)	(2 011 516)	2 406 214
Activos:								
Imobilizado	594 366 751	612 615 143	79 508 423	79 282 119	2 646 551	4348 124	17 143 346	23 906 157
Existências	10 428 863	6 091 370	340 105	308 989	2 058 520	1 855 672	—	—
Investimentos financ. e outros activos activos não correntes	4 567 239	4 343 756	12 900 647	22 424 572	1 160 849	1 149 530	149 028	156 635
Outros activos do segmento	254 608 656	318 529 507	46 749 143	58 856 274	11 086 968	9 852 027	34 811 838	36 534 392
	863 971 509	941 579 776	139 498 318	160 871 954	16 952 888	17 205 353	52 104 212	60 597 184
Passivos:								
Passivos do segmento (excluindo inte- resses minoritários)	541 070 996	669 182 200	(101 437 350)	(105 406 732)	19 890 962	28 174 976	36 721 257	47 433 699
	Outros		Subtotal		Eliminações		Total	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Proveitos:								
Vendas e prestações de serviços	8 258 174	7 324 224	955 386 738	887 681 366	(75 227 719)	(49 939 022)	880 159 019	837 742 344
Outros proveitos operacionais	1 521 833	2 829 902	20 793 523	32 248 489	(13 825 993)	(25 138 895)	6 967 530	7 109 594
<i>Total de proveitos</i>	<i>9 780 007</i>	<i>10 154 126</i>	<i>976 160 260</i>	<i>919 929 856</i>	<i>(69 053 712)</i>	<i>(75 077 917)</i>	<i>887 126 549</i>	<i>844 851 939</i>
Amortizações e depreciações	(521 925)	(905 291)	(126 540 047)	(124 811 386)	1 342 313	(4 581 586)	(125 197 734)	(129 392 972)
Resultado operacional do segmento	(3 733 515)	(2 583 572)	68 639 582	32 102 808	6 776 212	(15 959 215)	75 415 794	16 143 593
Juros líquidos	1773 872	2 128 827	(13 943 729)	(12 296 239)	208 143	165 579	(13 731 586)	(12 130 660)
Ganhos e perdas em associadas	11 422 734	28 025 438	11 401 920	29 581 208	(11 412 393)	(30 013 503)	(10 473)	(432 295)
Outros resultados financeiros	(24 485 305)	(54 118 689)	(34 928 488)	(61 194 212)	30 242 646	49 764 948	(4 685 842)	(11 429 264)
Impostos sobre o rendimento	(12 168)	(8 846)	(18 151 759)	(11 758 974)	67	(6 333)	(18 151 692)	(11 765 308)
Interesses minoritários	—	78	—	78	(20 783 827)	443 022	(20 783 827)	443 100
Resultado líquido consol. do exercício	(15 034 382)	(26 556 764)	13 017 526	(23 565 332)	5 030 848	4 394 498	18 048 373	(19 170 834)

	Outros		Subtotal		Eliminações		Total	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Activos:								
Imobilizado	2 530 026	5 100 497	696 195 098	725 252 040	2 171 382	(6 040 057)	698 366 479	719 211 983
Existências	57	22 672	12 827 545	8 278 703	—	—	12 827 545	8 278 703
Investimentos financ. e outros activos								
activos não correntes	819 830 160	838 655 170	838 607 923	866 729 663	(831 842 717)	(838 048 314)	6 765 206	28 681 349
Outros activos do segmento	93 644 731	97 233 839	440 901 335	521 006 039	(100 263 868)	(68 482 944)	340 637 467	452 523 095
	914 454 974	941 012 178	1 986 981 901	2 121 266 445	(928 385 203)	(912 571 315)	1 058 596 698	1 208 695 130
Passivos:								
Passivos do segmento (excluindo interesses minoritários)	72 566 330	201 616	568 812 195	639 585 760	49 210 628	166 075 515	618 022 823	805 661 274

38 — Resultados por acção:

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício (18 048 373 euros) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 (226 250 000).

39 — Planos de prémios de desempenho diferidos:

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae — SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição (a)	Período de diferimento		Período de exercício		31 de Dezembro de 2004	
		Data de atribuição	Data de vencimento	De	Até	Número agregado de particip.	Número de opções/ ações
Opções Sonaecom:							
Plano 2000	6,265	31-3-2001	31-3-2004	1-4-2004	31-3-2005	25	65 940
Plano 2001	3,014	31-3-2002	31-3-2005	1-4-2005	31-3-2006	87	595 090
Plano 2002	1,694	31-3-2003	31-3-2006	1-4-2007	31-3-2007	122	2 018 339
Plano 2003	—	—	—	—	—	—	—
Ações Sonaecom:							
Plano 2000	6,265	31-3-2001	31-3-2004	—	—	—	—
Plano 2001	3,014	31-3-2002	31-3-2005	—	—	243	823 307
Plano 2002	1,694	31-3-2003	31-3-2006	—	—	226	1 345 895
Plano 2003	3,190	31-3-2004	31-3-2007	—	—	387	1 287 059
Ações Sonae — SGPS:							
Plano 2000	1,120	31-3-2001	31-3-2004	—	—	—	—
Plano 2001	0,920	31-3-2002	31-3-2005	—	—	11	219 847
Plano 2002	0,360	31-3-2003	31-3-2006	—	—	11	570 281
Plano 2003	0,930	31-3-2004	31-3-2007	—	—	12	255 444

(a) Cotação média do mês anterior à data de atribuição, excepto para as acções Sonae SGPS, em que a cotação usada é a da data de atribuição.

A Sonaecom assinou acordos para cobrir o risco de execução e de variação de preço dos planos de opções e acções. Mediante este acordo, a responsabilidade total da Sonaecom passou a estar limitada a um máximo de 11 977 529 euros. Este valor é contabilizado na rubrica de outros passivos não correntes (9 794 878 euros) (nota n.º 23) e outros passivos correntes (2 182 651 euros) (nota n.º 28), consoante o vencimento da obrigação ocorra no longo ou no curto prazo.

A Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias que espelham as condições do contrato principal, através dos quais transfere as responsabilidades correspondentes para cada subsidiária.

Os custos dos planos de opções e de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3 119 092
Custos reconhecidos no exercício	3 942 611
Custos diferidos no exercício	(746 998)
Outros activos não correntes e correntes (custos diferidos ainda não reconhecidos)	5 662 824
Outros passivos não correntes e correntes (total de custos dos planos)	11 977 529

40 — Outros assuntos:

(i) Em 31 de Dezembro de 2004, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37 177 291 euros e 29 913 608 euros, respectivamente, assim como saldos de outros activos correntes no valor de 347 411 euros, e de outros passivos correntes no valor de 6 856 200 euros, que resultam de um diferendo mantido com a TMN — Telecomunicações Móveis, S. A., relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. A data deste relatório, terminou a fase de julgamento do processo judicial em curso, aguardando-se a emissão da sentença.

(ii) Foi instaurado, no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A., (Maxistar) pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do acordo parassocial, reclamando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do acordo parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas,

por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão.

Por decisão de 13 de Janeiro de 2003, o Tribunal Arbitral que apreciou o diferendo entre a Sonaecom e outros accionistas da Optimus, contra a Maxistar, foi esta última condenada ao pagamento de uma indemnização no valor de 2.344.350 Euros, sobre o qual incidirão os juros legais moratórios desde 13 de Janeiro de 1999, até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Administração da Sonaecom já comunicou à Maxistar a sua preferência pela primeira hipótese, tendo para tal dado instruções no sentido de se arrestarem as referidas acções para garantia daquele crédito.

A Maxistar recorreu da decisão do Tribunal Arbitral, mas tendo em conta as reduzidas hipóteses de recursos dessa natureza, a administração não espera que o mesmo seja admitido.

Perante o não cumprimento pela Maxistar do acórdão arbitral, os restantes accionistas da Optimus deram início a uma acção executiva que está em fase de distribuição no Tribunal.

41 — Compromissos com a sociedade de informação:

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação, num montante máximo de 275 milhões de euros. Muito embora se tenham alterado profundamente as circunstâncias em que os referidos compromissos foram assumidos, a Optimus já realizou investimentos significativos na área em referência, pelo que, tendo em conta a informação disponível à data deste relatório, é do entendimento do conselho de administração da Optimus que, em 31 de Dezembro de 2004, não existem quaisquer responsabilidades por registar decorrentes daquelas obrigações.

42 — Eventos subsequentes:

(i) Em 25 de Janeiro de 2005, os conselhos de administração das empresas Clixgest, Internet e Conteúdos, S. A. e Novis Telecom, S. A., aprovaram um projecto de fusão por incorporação da Clix na Novis, a qual ocorrerá com efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

(ii) Em 28 de Janeiro de 2005, a Sonaecom assinou um contrato com uma instituição financeira portuguesa relativo a um programa de papel comercial (PPC) com um limite de 70 milhões de euros. As emissões ao abrigo do PPC, apesar de destinadas a colocações junto de investidores institucionais, são integralmente tomadas firmes pela instituição financeira responsável pela montagem e gestão do programa. O contrato será efectivo durante cinco anos, renovável por iguais períodos, permitindo à Sonaecom a utilização de fundos por períodos de sete dias a 360 dias até um limite de 70 milhões de euros. O PPC irá providenciar à Sonaecom uma linha de crédito para suportar as suas necessidades de tesouraria, bem como as das suas subsidiárias

que, na actual fase, ainda não tenham capacidade de recorrer a crédito bancário sem recurso ao accionista.

43 — Remunerações atribuídas aos membros do conselho de administração da empresa-mãe:

As remunerações atribuídas aos membros do conselho de administração da Sonaecom, nas empresas incluídas na consolidação, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, ascenderam a 1 775 120 euros e 1 442 199 euros, respectivamente, valores calculados numa base de acréscimo para a remuneração fixa e para o prémio de desempenho. Adicionalmente, os membros do conselho de administração da Sonaecom estão abrangidos pelos planos de prémio de desempenho diferido, conforme descrito na nota n.º 39. O montante total atribuído aos membros do conselho de administração, calculado a preços de mercado na data de atribuição, ascende a 533 951 euros em 2004 (atribuídos em 31 de Março de 2004) e 403 900 euros em 2003 (atribuídos em 31 de Março de 2003). A secção 3.6.3 do relatório de gestão inclui informação mais detalhada sobre a remuneração dos membros do conselho de administração.

Nos relatórios relativos a períodos anteriores, estes valores eram calculados numa base de caixa para a remuneração fixa e numa base de acréscimo para o prémio de desempenho e para os planos de prémios de desempenho diferidos. Assim, o montante considerado no anexo aos balanços e demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 era de 1 943 045 euros.

44 — Trabalhadores ao serviço:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2438 e de 2573, respectivamente.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo conselho de administração e autorizadas para emissão em 24 de Fevereiro de 2005.

O Conselho de Administração: *Belmiro Mendes de Azevedo — Duarte Paulo Teixeira Azevedo — António Castelo Branco Borges — António José Santos Silva Casanova — David Graham Shenton Bain — Jean-François René Pontal — George Christopher Lawrie — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Richard Henry O'Toole.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patricia Maria Cruz Ribeiro da Silva.*

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas consolidadas)

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Sonaecom — SGPS, S. A. e subsidiárias (empresa), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 1 058 596 698 euros e capitais próprios de 440 574 562 euros, incluindo um resultado líquido de 18 048 373 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, con-

forme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonaecom — SGPS, S. A. e subsidiárias em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 24 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves.*

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Sonaecom — SGPS, S. A. (empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade da administração.

Acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da empresa e das principais empresas englobadas na consolidação, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos dos caixa, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório consolidado de gestão do exercício de 2004 preparado pelo conselho de administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas, bem como o relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o relatório consolidado de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da empresa e das empresas participadas, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 24 de Fevereiro de 2005. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (contas consolidadas)

1 — O presente relatório é emitido nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal das contas consolidadas da Sonaecom — SGPS, S. A. (empresa) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas a qual não inclui reservas.

3 — O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

1) Acompanhamento da gestão e actividade da empresa e suas subsidiárias, através da participação em reuniões, da leitura das actas relevantes e da obtenção de informações dos seus responsáveis, tendo solicitado os esclarecimentos que considerámos necessários;

2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo às demonstrações financeiras;

3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e os respectivos anexos, com as normas de contabilidade geralmente aceites em Portugal;

4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

5) Análise do sistema de controlo interno, com vista à determinação do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo considerados apropriados.

6) Análise da adequacidade dos procedimentos seguidos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente princípios adoptados para a consolidação, cálculo das diferenças de consolidação, homogeneização de políticas contabilísticas, a eliminação de transacções e saldos interempresas do grupo e outros necessários nas circunstâncias;

7) Realização de testes de validação de saldos, transacções e outras informações com a extensão e profundidade que considerámos adequadas em função da materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:

a) Verificação das adições do exercício dos principais elementos do imobilizado corpóreo.

b) Análise de valores constantes do imobilizado incorpóreo, nomeadamente quanto à sua elegibilidade e recuperabilidade futura;

c) Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes de contagens efectuados e da respectiva valorização, cálculo e compilação;

d) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros, (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas pela empresa e suas subsidiárias; quando aplicável, análise e teste das reconciliações preparadas pela empresa e suas subsidiárias e aplicação de procedimentos alternativos nos casos de ausência de resposta de terceiros;

e) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa e suas subsidiárias;

f) Solicitação directa e por escrito a advogados e outras entidades, de informações sobre processos de cobrança coersiva, litígios ou acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

g) Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de activos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

h) Análise da situação fiscal, e para fiscal e da adequada contabilização dos impostos e taxas aplicáveis;

i) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção à sua classi-

ficação na demonstração dos resultados e a sua especialização entre exercícios;

j) Análise das operações, transacções e saldos com as entidades relacionadas;

k) Apreciação da política de seguros seguida pela empresa e suas subsidiárias, incluindo a actualização dos capitais seguros nos ramos aplicáveis;

l) Análise da situação relativa aos benefícios de reforma, pré-reforma e *stock options*;

m) Verificámos a conformidade da classificação dos débitos e créditos a médio e longo prazo com os prazos contratados de reembolso e liquidação dos mesmos;

n) Obtenção da declaração de responsabilidade do conselho de administração.

8) Apreciamos a conformidade do relatório de gestão com as demonstrações financeiras do exercício, o qual satisfaz os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Porto, 24 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Acta n.º 31 da assembleia geral

Certifico que, nos termos da acta n.º 31, se mostra que por deliberação tomada em assembleia geral ordinária de 5 de Abril de 2005, foram aprovadas por unanimidade as seguintes propostas:

a) Propõe-se que se delibere aprovar o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2004 tal como apresentados;

b) Propõe-se que se delibere aprovar o relatório de gestão, o balanço e as contas consolidadas do exercício de 2004 tal como apresentados;

c) Conforme consta do relatório de gestão e das contas do exercício, a actividade da sociedade no ano de 2004 gerou um resultado líquido negativo de 3 725 781,79 euros. Nos termos legais e estatutários o conselho de administração propõe à assembleia geral que os resultados sejam transferidos para a conta de resultados transitados;

d) Propõe-se que se delibere conferir um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela administração e fiscalização da sociedade durante o ano de 2004;

e) Face à renúncia apresentada pela Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., ao cargo de fiscal único suplente da sociedade, e ao facto do cargo de fiscal único efectivo da sociedade se encontrar vago, propõe-se que se delibere eleger, para integrar o órgão de fiscalização até ao termo do mandato em curso, relativo ao quadriénio 2004-2007:

Fiscal único efectivo: Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., inscrita na OROC sob o n.º 43, com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1, 6.º, Lisboa, representada pelo Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 746;

Fiscal único suplente: António Marques Dias, casado, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 562, com domicílio no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha 1, 6.º, Lisboa.

f) Propõe-se que seja deliberado proceder à alteração da redacção do artigo 9.º, n.º 1, do pacto social nos seguintes termos:

Artigo 9.º

1 — A sociedade é gerida por um conselho de administração composto de três, cinco, sete, nove ou 11 membros, eleitos em assembleia geral, designando o conselho de administração o presidente e o administrador-delegado, se existir.

Mais se propõe que a sociedade seja representada na escritura de alteração do pacto social por qualquer um dos administradores que poderá, individualmente e para o efeito, constituir mandatário.

g) Propõe-se afectar o valor de 78 641 575,58 euros contabilizado na rubrica de prémios de emissão e a totalidade do montante contabilizado na rubrica outras reservas, do valor de 1 329 130,63 euros, à cobertura de resultados transitados.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Luzia Gomes Ferreira*.
2010158024

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
